



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
PORTUGAL

ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

1993

Catálogo recomendada

ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE. Lisboa, 1993-
Estatísticas do ambiente / ed. Instituto Nacional de Estatística. - 1989/1990/1991- . - Lisboa : I.N.E.,
1993- - 30 cm
Anual
ISSN 0872-5276

Director

Presidente do Conselho de Administração
C. Corrêa Gago

Editor

Instituto Nacional de Estatística

Sede

Av. António José de Almeida
1000 LISBOA
Telefone: (01) 847 00 50
Telex: 63738 PCDINE P
Fax: (01) 847 85 78

Composto

INE - Dep. Est. Demográficas e Sociais

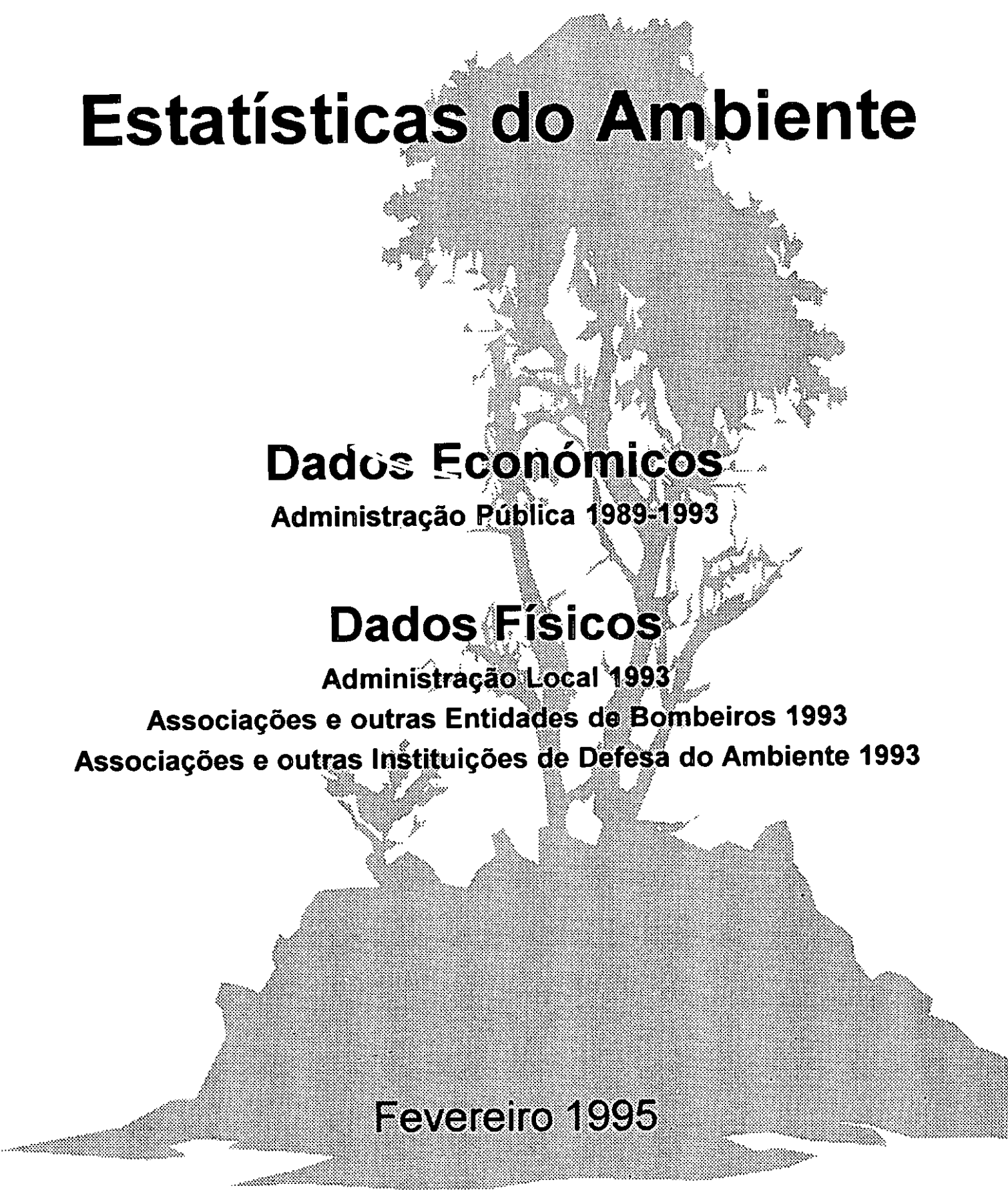
Impresso

Antunes & Amílcar, Lda
Alameda D. Afonso Henriques, 5-B, 5-D
1900 LISBOA

Tiragem: 450 exemplares

Depósito legal n.º. 86.352/95

Preço: 2 600\$00 (IVA incluído)



Estatísticas do Ambiente

Dados Económicos

Administração Pública 1989-1993

Dados Físicos

Administração Local 1993

Associações e outras Entidades de Bombeiros 1993

Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente 1993

Fevereiro 1995

Com a presente publicação, que já constitui a terceira de uma série com periodicidade anual denominada "Estatísticas do Ambiente", o Instituto Nacional de Estatística (INE) apresenta a sua principal produção estatística nesta área, referente ao ano de 1993.

Em 1993, a produção estatística do INE, na área do ambiente, integrou dados económicos referentes aos diversos sectores das Administrações Públicas (Administração Central, Regional e Local e Instituições Particulares sem Fins Lucrativos, nomeadamente Associações e outras Entidades de Bombeiros e Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente); e dados físicos relativos à Administração Local e ainda às Instituições Particulares sem Fins Lucrativos atrás referidas.

Como resultado de uma necessária evolução da produção estatística do INE na área do ambiente, esta edição das "Estatísticas do Ambiente" apresenta grandes alterações de conteúdo relativamente às publicações anteriores. Assim, e para além dos dados físicos e económicos relativos à Administração Local, esta publicação divulga ainda:

- uma série de dados económicos, referentes a 1989-1993, sobre os diversos sectores das Administrações Públicas;
- e dados físicos de 1993, não só da Administração Local, como também das Associações e outras Entidades de Bombeiros e Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente.

A publicação é constituída por quatro capítulos fundamentais: os dois primeiros integram as metodologias e a análise dos dados; no terceiro e quarto capítulos são apresentados os quadros relativos aos dados estatísticos produzidos. Em anexos disponibilizam-se ainda os conceitos, as nomenclaturas e os questionários utilizados.

A disponibilidade da informação estatística do ambiente, em qualquer nível de desagregação regional, é coincidente com a data de fecho desta nota introdutória.

Apesar de não se encontrar publicada, existe informação para todos os quadros apresentados relativa à Administração Local e às Associações Particulares sem Fins Lucrativos (desde que não se encontre sujeita a segredo estatístico), noutros níveis de desagregação geográfica. Em condições a acordar, dentro do regime de prestações de serviços, estes dados poderão ser fornecidos sob pedido específico dirigido ao Departamento de Marketing e Difusão do INE.

O INE expressa os seus maiores agradecimentos a todas as entidades que permitiram a elaboração da presente publicação, em especial às Câmaras Municipais, às Associações e outras Entidades de Bombeiros e às Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, esperando que a mesma constitua um importante instrumento de trabalho para os utilizadores estatísticos.

Agradecemos antecipadamente todas as sugestões e críticas ao conteúdo desta publicação, que nos permitirão melhorar a qualidade da informação apresentada e aumentar o interesse de futuras publicações.

Fevereiro de 1995

Sinais Convencionais

- ... **Dado Confidencial**
- **Resultado Nulo**
- x **Dado Não Disponível**
- ” **Estimativa**
- * **Dado Rectificado**
- o **Dado Inferior a Metade da Unidade**

Siglas

CGE	Conta Geral do Estado
ETA	Estação de Tratamento de Água
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
GEPAT	Gabinete de Estudos do Planeamento e Administração do Território
INE	Instituto Nacional de Estatística
IPAMB	Instituto de Promoção Ambiental
IPSFL	Instituições Particulares sem Fins Lucrativos
IRB	Inspecção Regional de Bombeiros
LVT	Lisboa e Vale do Tejo
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
PIB	Produto Interno Bruto
PIDDAC	Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central
PIDDAR	Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Região Autónoma da Madeira
POP-RAM	Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira
SNB	Serviço Nacional de Bombeiros

Contactos

Núcleo de Estatísticas do Ambiente

Eng.º Mário Jorge Baptista

Dr. Rogério Reis

Telefone: (01) 847 00 50

Ext: 1035

Telex: 65 738 PCDINE P

Fax: (01) 849 11 09

Nota Introdutória	5
Sinais Convencionais, Siglas e Contactos.....	6
Índice	7
1. Informação Física	9
2. Informação Económica	33
3. Dados Físicos.....	57
4. Dados Económicos	95
Anexo I - Conceitos e Nomenclaturas	133
Anexo II - Questionários	155

Capítulo 1

Em 1989 foi criado o Instituto do Ambiente que, mediante recolha, pelo dos diversos municípios, dados ambientais relativos às suas áreas de atuação relacionadas com a natureza, as primeiras lagoas, de ambiente e, em segundo lugar, de qualidade de vida.

O Instituto do Ambiente recolhe, das organizações correspondentes a dois vertentes uma referência nos dados ambientais e outras relativas aos dados físicos. Estas capturas representam a informação referente aos dados físicos.

Os dados físicos recolhidos pelo Instituto do Ambiente permitem analisar as situações existentes de todo o País quanto à forma de utilização dos solos e à disponibilidade, a população, de habitats de desenvolvimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de resíduos, resíduos, depuração e tratamento de resíduos sólidos.

Dados as características dos dados a recolher, e sobretudo a natureza dos registos, consideramos que a recolha de muitos dados nos dados físicos do Instituto do Ambiente deverá ser de âmbito nacional, através da rede de dados municipais, através da rede de dados municipais, através da rede de dados municipais.

A primeira edição do primeiro relatório dos dados físicos do Instituto do Ambiente, realizada em 1990 sobre dados de 1989, revelou que a gestão da grande maioria dos dados municipais não se encontrava como fim de desenvolvimento que lhe permitisse um perfeito conhecimento da realidade existente, pelo que se registaram grandes dificuldades na resposta ao questionário.

Em face, para além de alguns grandes erros na recolha dos registos e questionários, consideramos extremamente importantes as dificuldades dos dados fornecidos pelos municípios, pelo que, em grande e detalhada dos dados relativos a 1989 e, quanto possível, a apresentação dos dados relativos a 1991 em Fevereiro de 1994.

Esta situação levou a dar-se-lhe rapidamente um facto de se ter optado por elaborar um relatório no âmbito de cada uma das áreas de atuação das áreas de atuação e 1994, por forma a garantir uma base de informação dos dados relativos às áreas municipais que, em futuro próximo, não respondam ao tempo oportuno. No entanto, neste momento, não foram desenvolvidos registos com uma qualidade que possibilite a produção de informação dos dados municipais.

Relativamente à edição de 1993, apesar de se terem alguns melhorias na qualidade dos registos, não se registaram melhorias quanto aos registos no questionário e, sobretudo, não foi possível obter uma taxa de resposta de 100%.



F

Informação FÍSICA

1. Informação Física

1.1. Administração Local	13
1.1.1 Metodologia	13
1.1.2. Análise dos Dados	15
1.1.2.1. Ocupação dos Solos	15
<i>1.1.2.1.1. Dados de 1993</i>	15
<i>1.1.2.1.2. Evolução 1991-1993</i>	16
1.1.2.2. Abastecimento de Água	17
<i>1.1.2.2.1. Dados de 1993</i>	17
<i>1.1.2.2.2. Evolução 1991-1993</i>	19
1.1.2.3. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	21
<i>1.1.2.3.1. Dados de 1993</i>	21
<i>1.1.2.3.2. Evolução 1991-1993</i>	23
1.1.2.4. Recolha, Reciclagem, Deposição e Tratamento de Resíduos Urbanos	25
<i>1.1.2.4.1. Dados de 1993</i>	25
<i>1.1.2.4.2. Evolução 1991-1993</i>	28
1.2. Instituições Particulares sem Fins Lucrativos	30
1.2.1. Metodologia	30
1.2.2. Análise dos Dados	31
1.2.2.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros	31
1.2.2.2. Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente	31

1.1. Administração Local

1.1.1. Metodologia

Em 1989 foi criado o Inquérito ao Ambiente que pretendia recolher, junto das câmaras municipais, dados primários relativos às suas áreas de actuação relacionadas com a melhoria do ambiente e, consequentemente, da qualidade de vida.

O Inquérito ao Ambiente engloba dois questionários correspondentes a duas vertentes: uma referente aos dados económicos e outra relativa aos dados físicos.

Neste capítulo apresenta-se a informação referente aos dados físicos.

Os dados físicos recolhidos pelo Inquérito ao Ambiente permitem analisar as situações concelhias de todo o País quanto à forma de utilização dos solos e à disponibilização, às populações, de sistemas de abastecimento de água, de drenagem e tratamento de águas residuais e de recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos urbanos.

Dadas as características dos dados a recolher, o número e a natureza dos inquiridos, considerou-se que a recolha da vertente relativa aos dados físicos do Inquérito ao Ambiente deveria ser de âmbito nacional, exaustiva (totalidade das câmaras municipais), directa, postal e com periodicidade bienal.

A primeira edição da vertente relativa aos dados físicos do Inquérito ao Ambiente, realizada em 1990 sobre dados de 1989, revelou que a gestão da grande maioria das câmaras municipais ainda não se encontrava numa fase de desenvolvimento que lhes permitisse um perfeito conhecimento das realidades concelhias, pelo que se registaram grandes dificuldades na resposta ao questionário.

Este facto, para além de causar grandes atrasos na recolha das respostas ao questionário,

evidenciou enormes deficiências na qualidade dos dados fornecidos pelas câmaras municipais, pelo que, foi inviável a divulgação dos dados relativos a 1989 e apenas permitiu a apresentação dos dados relativos a 1991 em Fevereiro de 1994.

Este atraso ficou a dever-se igualmente ao facto de se ter optado por efectuar um esforço no sentido de realizar uma recolha anual com uma taxa de respostas a 100%, por forma a construir uma base de estimativa dos valores referentes às câmaras municipais que, em futuras edições, não respondam em tempo oportuno. No entanto, ainda assim, não foram conseguidas respostas com uma qualidade que possibilitasse a publicação da totalidade dos quesitos inquiridos.

Relativamente à edição de 1993, apesar de se notarem algumas melhorias na qualidade das respostas, ainda se verificaram bastantes atrasos nas respostas ao questionário e, inclusive, não foi possível obter uma taxa de resposta de 100%.

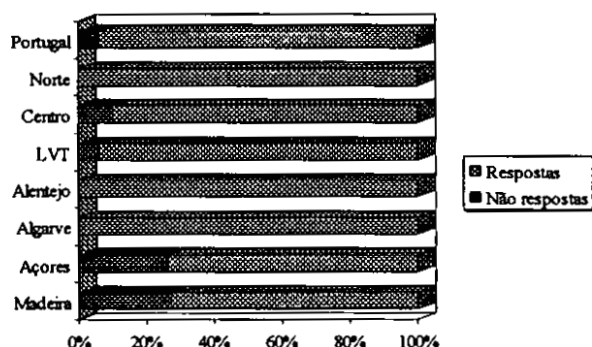
Na altura do fecho da edição de 1993, não foi possível obter respostas das câmaras municipais de: Ílhavo, Ovar, Condeixa-a-Nova, Marinha Grande, Pombal, Fornos de Algodres, Covilhã e Fundão, da região Centro; Seixal, Entroncamento e Golegã, da região de Lisboa e Vale do Tejo; Lajes do Pico, Madalena, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, pertencentes à Região Autónoma dos Açores; Funchal, Santa Cruz e Porto Santo, da Região Autónoma da Madeira.

Com o objectivo de dispôr de dados globais, para colmatar a ausência daquelas respostas, considerou-se que para as câmaras em falta não haveriam alterações a registar relativamente a 1991, pelo que, excepto nos dados relativos à população residente, que foram actualizados de acordo com as estimativas de 31 de Dezembro



de 1993, utilizaram-se os dados referentes a essa edição.

Gráf. 1 - Taxa de Resposta



A melhoria da qualidade dos dados da edição de 1993 relativamente à anterior, permitiu salientar, e consequentemente corrigir após confirmação junto das câmaras municipais, algumas inconsistências verificadas na edição de 1991.

Os dados apresentados relativos à população residente, na edição de 1991 reportam-se à população dos CENSOS 91 (15 de Abril) e na edição de 1993 referem-se às estimativas da população para 31 de Dezembro de 1993, poderão apresentar algum desfasamento relativamente aos totais apresentados para as NUTS III. Tal facto deve-se a uma limitação do questionário que apenas inquiri a população em milhares.

A estrutura deste capítulo consiste em quatro partes relativas: à utilização do solo; ao abastecimento de água; à drenagem e ao tratamento das águas residuais; e à recolha, à reciclagem, à deposição e ao tratamento dos resíduos urbanos. Cada uma destas partes será dividida segundo duas abordagens: uma relativa exclusivamente aos dados do ano de 1993 e outra relativa à comparação entre os dados desse ano e os dados de 1991. Em cada uma dessas abordagens serão referidos aspectos de ordem nacional e regional (NUTS II).

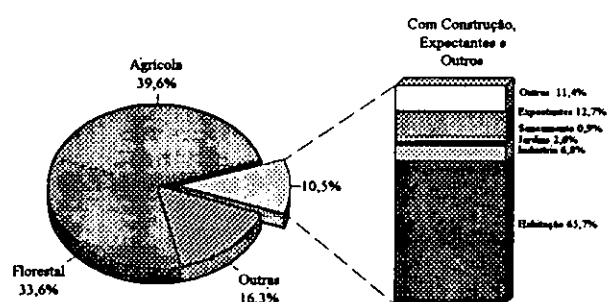
1.1.2. Análise dos Dados

1.1.2.1. Ocupação dos solos

1.1.2.1.1. Dados de 1993

Segundo os dados recolhidos junto das Câmaras Municipais na edição de 1993 da vertente física do Inquérito ao Ambiente, a superfície do território nacional é principalmente utilizada para fins agrícolas (39,6%). Cerca de 33,6% da superfície nacional têm uma ocupação florestal e somente 10,5% dos solos nacionais são considerados como terrenos com construção, expectantes e outros.

Gráf. 2 - Ocupação dos solos em Portugal 1993

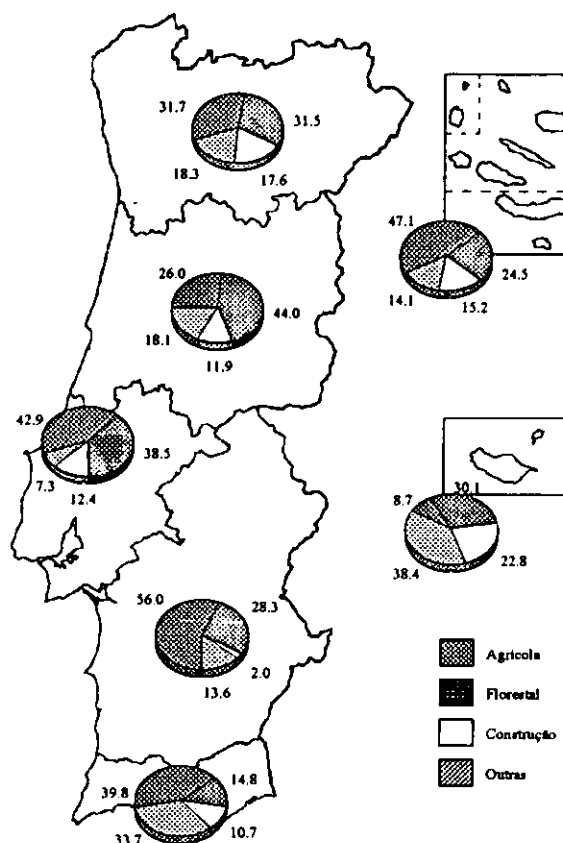


A estrutura de ocupação do território é bastante diferenciada em termos regionais.

O Norte, embora seja a região continental que tem a maior taxa de terrenos com construção, expectantes e outros (17,6%), é predominantemente constituído por superfície agrícola (32,7%) e superfície florestal (31,5%). Na região Centro é de realçar a superfície florestal que ocupa cerca de 44,0% da sua área total. Lisboa e Vale do Tejo é a única região do país em que a soma das superfícies agrícola, florestal e com construção, constitui mais de 90% do seu território (92,8%). A estrutura de ocupação dos solos alentejanos é marcada essencialmente pelos 56,0% de superfície agrícola e pelos 2,0% de terrenos com construção. Grande parte do território algarvio

pertence às superfícies agrícola (40,8%) e outras ocupações (33,7%). Os solos dos Açores, embora apresentem uma das taxas mais elevadas de terrenos com construção (15,2%), têm essencialmente uma ocupação agrícola (46,1%). A superfície da Madeira apresenta, por um lado e como aspecto de maior realce, as mais elevadas taxas de outras ocupações (38,4%) e de terrenos com construção (22,8%) e, por outro, uma reduzida taxa da superfície agrícola (8,7%), a mais baixa de todas as NUTS II.

Fig. 1 - Ocupação dos solos (%) por NUTS II 1993



Tendo em atenção a contribuição de cada região para a estrutura da ocupação do solo nacional, e no que diz respeito à superfície agrícola, os 56,0% dos solos do Alentejo que estão nesta categoria representam 41,5% do total nacional.



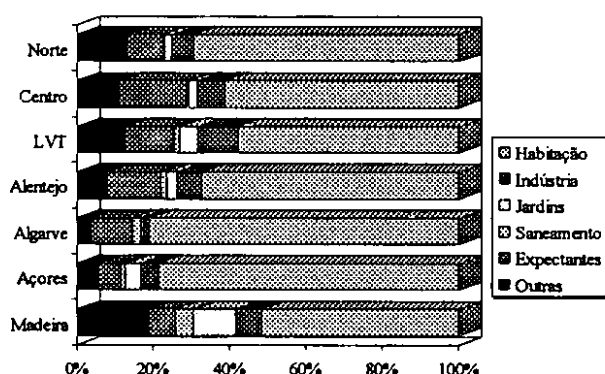
Relativamente à superfície florestal, os solos do Centro pertencentes a esta categoria (44,0%) representam 16,9% do total nacional.

A região Norte, apesar de não apresentar a maior taxa de terrenos com construção (17,6%), é a que contribui em maior percentagem (38,8%) para o total nacional desta rubrica.

A superfície com construção nas várias NUTS II, apresenta uma distribuição bastante diversificada segundo as suas rubricas.

No entanto, os terrenos com habitação e comércio constituem para todas as regiões mais de metade do total da superfície com construção.

Gráf. 3 - Solos ocupados com construção por NUTS II 1993



1.1.2.1.2. Evolução 1991-1993

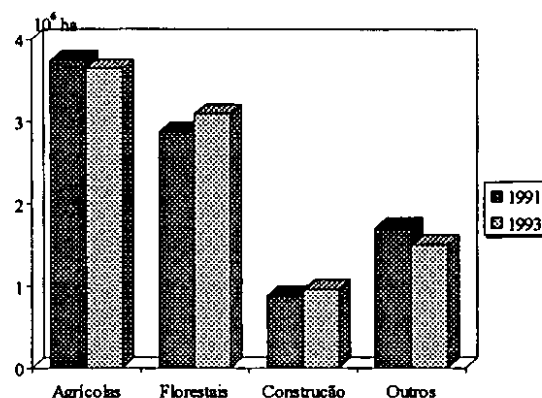
A nível nacional, os dados de 1993 da estrutura da ocupação do solo não apresentam alterações significativas relativamente aos dados de 1991.

No entanto, é de salientar o decréscimo da superfície agrícola em 2,7% e o aumento de 9,3% dos terrenos com construção.

A superfície florestal registou igualmente um aumento de 7,8%.

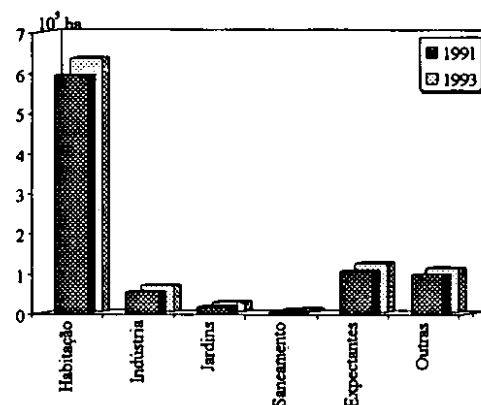
Inseridas nos terrenos com construção, é de assinalar ainda o aumento verificado nas superfícies ocupadas com jardins e outros espaços verdes (27,3%), saneamento básico (47,5%) e indústria (19,7%).

Gráf. 4 - Ocupação dos solos: evolução 1991-1993



O decréscimo da superfície agrícola foi acompanhado pela quase totalidade das NUTS II, sendo excepção apenas os Açores, onde se verificou um ligeiro acréscimo da ordem dos 0,4%. Nas restantes regiões são de salientar os decréscimos de 10,8% do Algarve, de 3,2% de Lisboa e Vale do Tejo, de 2,9% da Madeira e de 2,7% do Alentejo.

Gráf. 5 - Solos ocupados com construção: evolução 1991-1993



No que diz respeito à superfície florestal, a evolução 91-93 não foi homogénea em todas as regiões, havendo a salientar o decréscimo verificado no Norte (2,9%) e os acréscimos do Alentejo (23,0%), do Centro (9,7%) e do Algarve (8,5%).

A superfície ocupada com construção aumentou em todas as NUTS II, especialmente em Lisboa e Vale do Tejo (15,1%) e Centro (13,3%). Dentro desta rubrica, e igualmente constante para todas as NUTS II, é de salientar o acréscimo de área ocupada por habitação e comércio, jardins e espaços verdes, indústria e saneamento básico.



1.1.2.2. Abastecimento de água

1.1.2.2.1. Dados de 1993

Em 1993, cerca de 83,1% da população portuguesa tinha abastecimento de água domiciliário e perto de 8,3% não era servida com qualquer tipo de abastecimento de água municipal.

Gráf. 6 - Abastecimento de água municipal 1993

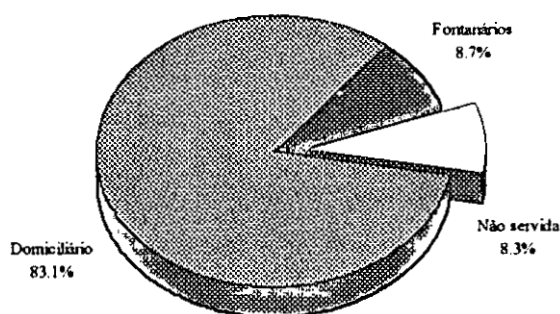
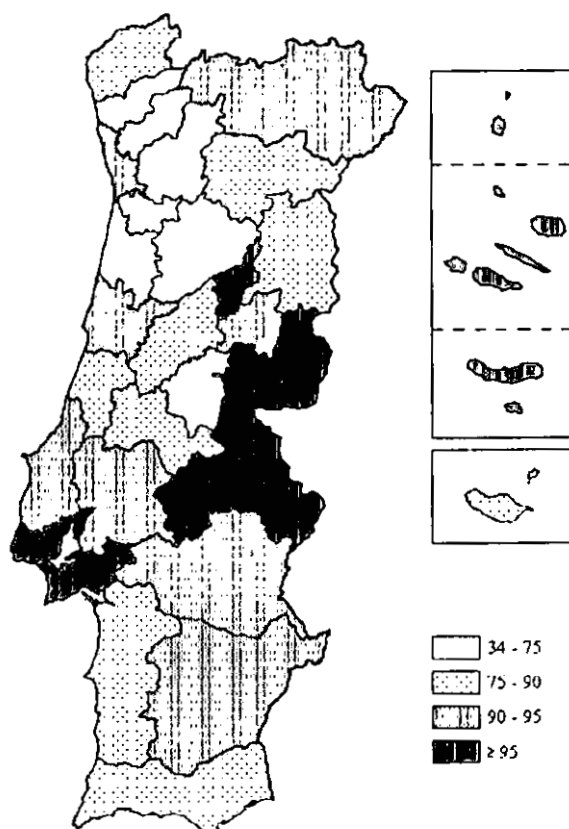


Fig. 2 - População com abastecimento de água domiciliário (%) por NUTS III 1993



A nível de NUTS II, são as regiões dos Açores (96,2%), Lisboa e Vale do Tejo (95,9%) e Alentejo (90,2%) que apresentam um maior índice de abastecimento de água domiciliário.

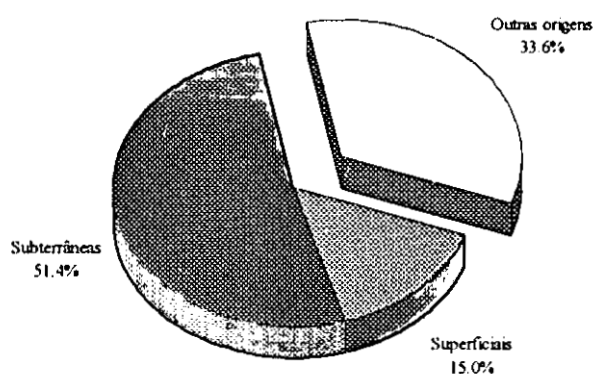
Ao passo que a região Norte é aquela que apresenta um valor nitidamente inferior ao de todas as outras NUTS II (69,0%).

Em termos das origens do abastecimento, a grande maioria do caudal captado, cerca de 66,4%, é proveniente de captações localizadas nos próprios concelhos, sendo o restante proveniente de captações localizadas fora dos mesmos.

Estes valores são bastante influenciados pelo peso do abastecimento a Lisboa e Vale do Tejo (40,3% do caudal captado a nível nacional), em que somente 30,2% do seu caudal captado é proveniente de captações localizadas nos próprios concelhos.

Nas restantes regiões, aquela percentagem, à excepção do Norte com 81,0%, são sempre superiores aos 98,2% da Madeira.

Gráf. 7 - Origens do abastecimento de água municipal 1993

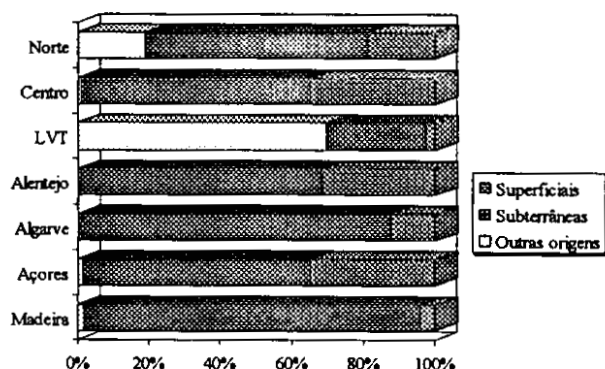


Dos 66,4% do caudal proveniente de captações localizadas nos próprios concelhos, cerca de 51,4% é de origem subterrânea e 15,0% de origem superficial.

Os valores relativos ao caudal de origem subterrânea são igualmente superiores aos verificados para o caudal de origem superficial em todas as NUTS II, variando de 94,2% na Madeira a 27,6% em Lisboa e Vale do Tejo.

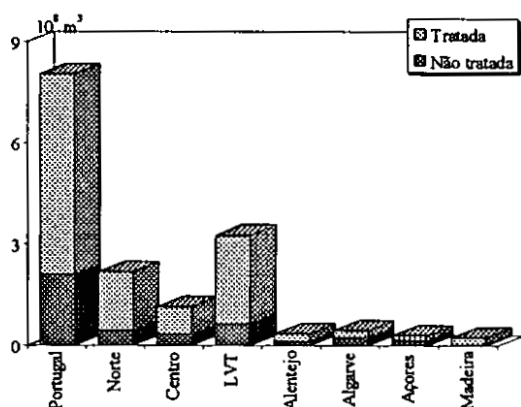


Gráf. 8 - Origens do abastecimento de água municipal por NUTS II 1993



Cerca de 73,9% da água para abastecimento de todo o território nacional sofre tratamento através de estações especificamente destinadas para o efeito. No entanto, esta situação não é homogénea em todas as regiões da NUTS II.

Gráf. 9 - Abastecimento de água municipal: volume tratado e não tratado por NUTS II 1993



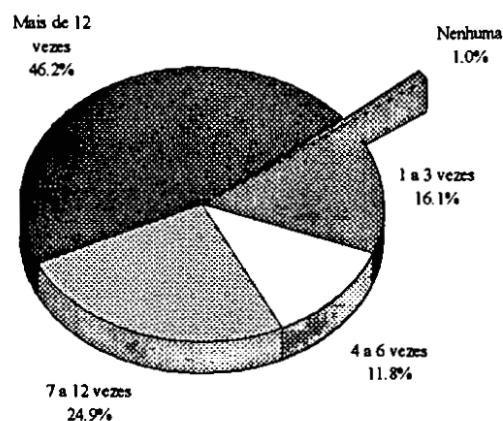
Assim, os índices de tratamento da água de abastecimento mais elevados verificam-se nas regiões da Madeira (83,5%), de Lisboa e Vale do Tejo (79,5%) e do Norte (79,4%). Em contrapartida os mais reduzidos pertencem aos Açores (46,5%) e ao Algarve (42,3%).

Em 141 concelhos é realizado o controlo da qualidade da água de abastecimento público pelo menos uma vez por mês, o que corresponde a 46,2% dos municípios.

Em termos regionais, os valores andam muito próximos dos dados nacionais, à excepção de Lisboa e Vale do Tejo onde 32 dos seus municípios (62,7%) controlam a qualidade da água de abastecimento pelo menos uma vez por mês, e dos Açores e da Madeira em que tal

situação apenas se verifica em cinco (26,3%) e um (9,1%) concelhos, respectivamente.

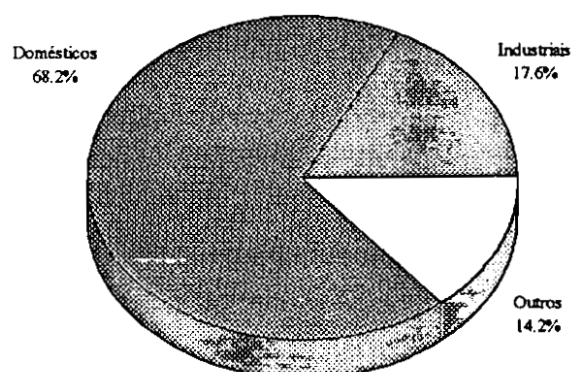
Gráf. 10 - Periodicidade do controlo da qualidade da água de abastecimento municipal 1993



Aliás, neste aspecto, a situação das Regiões Autónomas difere substancialmente do que se verifica no Continente.

Com efeito, nos Açores quase metade dos concelhos (9) só procedem ao controlo da qualidade da água para abastecimento público até três vezes por ano, e dois nem sequer fazem qualquer controlo; e na Madeira cinco concelhos só realizam este controlo até três vezes por ano, e um não realiza qualquer tipo de controlo.

Gráf. 11 - Utilização da água de abastecimento municipal 1993

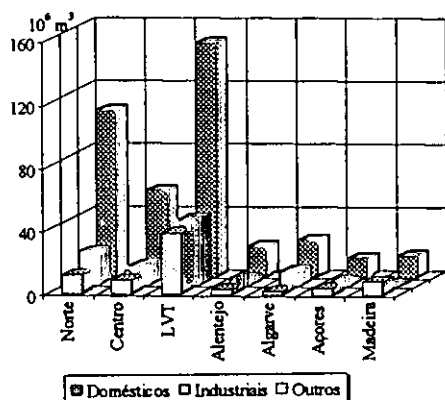


Em Portugal, a maior percentagem da água de abastecimento municipal tem como destino o consumo doméstico (68,2%), sendo a restante repartida pela indústria (17,6%) e outras utilizações (14,2%).



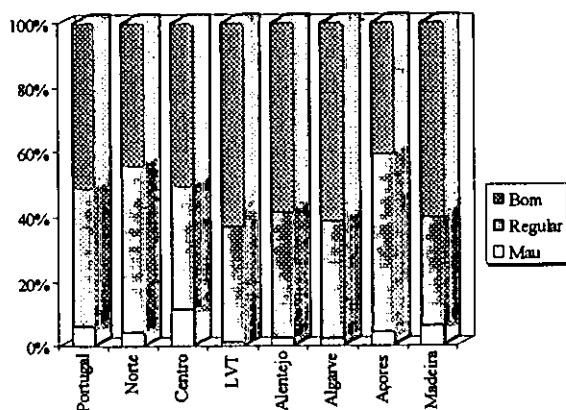
A região de Lisboa e Vale do Tejo consome cerca de 39,2% do total nacional da água para fins domésticos e 43,5% do total nacional da água para abastecimento consumida pela indústria.

Gráf. 12 - Utilização da água de abastecimento municipal por NUTS II 1993



Em termos regionais, a percentagem do consumo doméstico varia entre os 56,8% da Madeira e os 75,8% do Norte; o consumo industrial situa-se entre os 8,1% (Madeira) e os 27,5% (Algarve); e os outros consumos oscilam entre 6,0% (Algarve) e 35,1% (Madeira).

Gráf. 13 - Estado geral dos principais órgãos dos sistemas de abastecimento de água municipal 1993



No que diz respeito ao estado geral dos principais componentes dos sistemas de abastecimento de água (as captações, as estações elevatórias, as aduções, as estações de tratamento de água, os reservatórios e as redes), as Câmaras Municipais de todo o país consideraram que 51,3% se encontravam em bom estado de conservação, 42,5% estavam

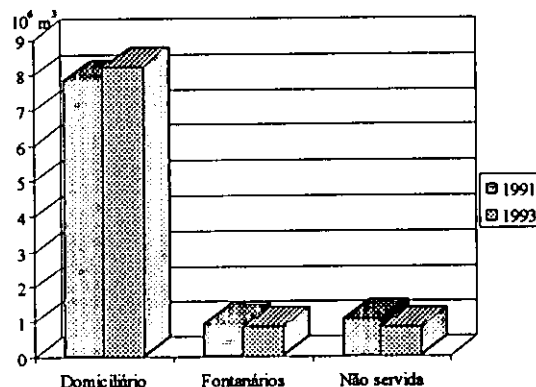
em estado regular e 6,2% encontravam-se em mau estado.

Em termos regionais são os Açores (40,8%) e o Norte (44,2%) quem apresenta percentagens mais baixas de componentes dos sistemas de abastecimento de água em bom estado, sendo as regiões de Lisboa e Vale do Tejo (62,8%) e Algarve (61,2%) quem apresenta valores mais elevados.

1.1.2.2.2. Evolução 1991-1993

Relativamente a 1991, cerca de mais 367 mil pessoas possuem abastecimento de água domiciliário em 1993, o que representa uma subida, em termos gerais, de cerca de 4,7%, passando a taxa de cobertura de 79,7% em 1991 para 83,1% em 1993.

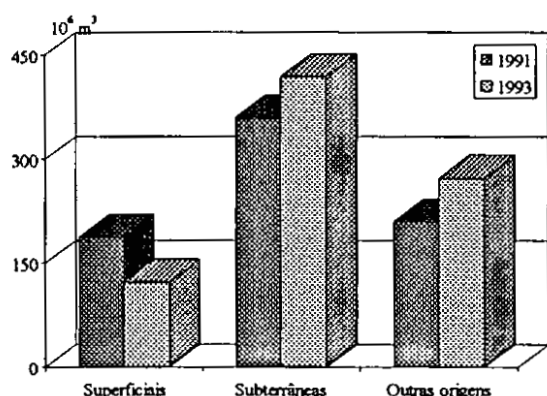
Gráf. 14 - Abastecimento de água municipal: evolução 1991-1993



Em termos regionais, à excepção da Madeira onde baixou a taxa de cobertura de abastecimento de água domiciliário, de 88,9% em 1991 para 88,6% em 1993, todas as outras NUTS II aumentaram as taxas de cobertura.

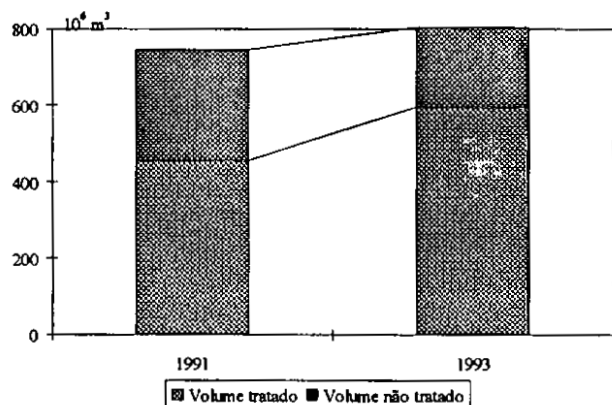
É ainda de realçar que na região Norte, em 1993, têm abastecimento de água domiciliário mais 252 mil pessoas que em 1991 (um aumento de cerca de 11,6%), o que fez com que a sua taxa de cobertura tenha passado de 62,5% para 69,0%.

Em termos de origens de abastecimento, a percentagem do caudal proveniente de captações localizadas fora dos próprios concelhos aumentou substancialmente em 1993, passando de 27,7% para 33,6%.

**Gráf. 15 - Origens do abastecimento de água municipal: evolução 1991-1993**

Verificou-se igualmente um decréscimo acentuado da percentagem relativa ao caudal proveniente de captações de origem superficial, que passou de 24,8% em 1991 para 15,0% em 1993.

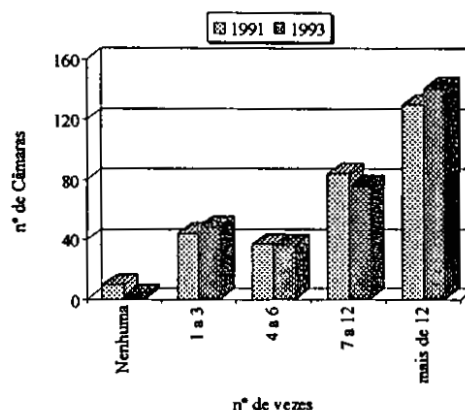
Esta redução originou que mais de metade (51,4%) do caudal captado passasse a ser subterrâneo.

Gráf. 16 - Abastecimento de água municipal: evolução do volume tratado e não tratado 1991-1993

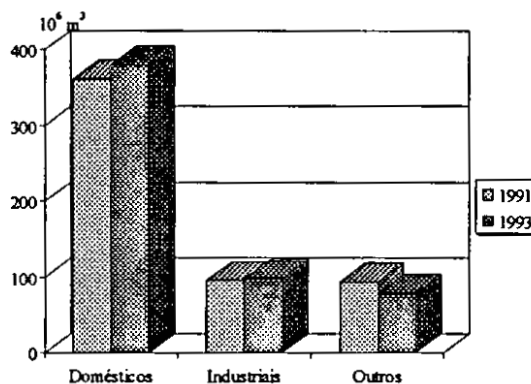
A percentagem do volume total nacional de água para abastecimento que sofre tratamento, aumentou em 1993 relativamente a 1991, passando de 61,2% para 73,9%.

A situação da periodicidade do controlo da qualidade da água de abastecimento municipal sofreu acentuada melhoria desde 1991.

Assim, em 1993 apenas 3 (1,0%) concelhos não fazem qualquer controlo, contra os 10 (3,3%) de 1991, e mais 11 concelhos passaram a controlar a qualidade da água pelo menos uma vez por mês.

Gráf. 17 - Periodicidade do controlo de qualidade da água municipal: evolução 1991-1993

Em 1993, o consumo de água aumentou apenas cerca de 1,0% relativamente a 1991, pelo que este acréscimo ficou abaixo do verificado com o abastecimento de água domiciliário (4,7%). Havendo, inclusive, a registar um decréscimo do consumo de água no Centro (1,5%), Algarve (1,1%) e Açores (44,2%).

Gráf. 18 - Utilização da água de abastecimento municipal: evolução 1991-1993

Em termos da estrutura de utilização dos consumos, não se registou grande alteração relativamente a 1991, tendo-se verificado em 1993 apenas ligeiras subidas nos consumos domésticos (de 65,6% para 68,2%) e industriais (de 17,4% para 17,6%) e uma descida dos outros consumos de 17,0% para 14,2%.

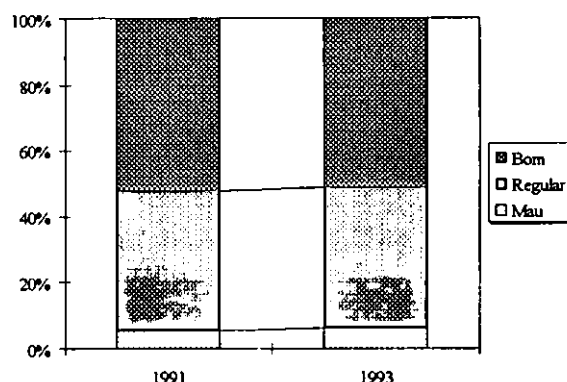
A evolução do estado geral dos órgãos evidencia, de um modo geral, um ligeiro decréscimo de qualidade.

A percentagem das componentes consideradas em bom estado diminuiu de 52,3% para 51,3%



e a percentagem das consideradas em mau estado aumentou de 5,5% para 6,2%.

Gráf. 19 - Estado geral dos órgãos dos sistemas de abastecimento de água municipal: evolução 1991-1993



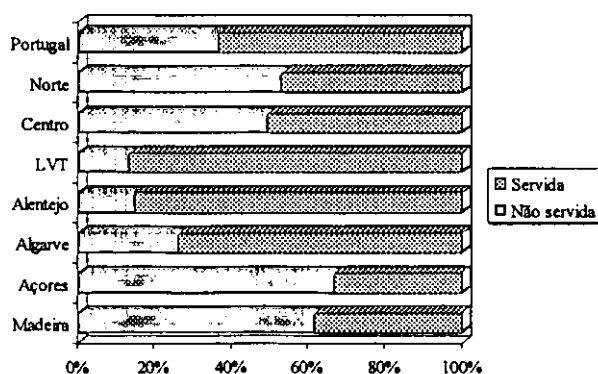
Relativamente às estações de tratamento de água (ETA), o seu número aumentou 51 unidades (702 em 1991 para 753 em 1993), o que corresponde a um aumento de 7,3%. Apesar de, em termos absolutos, o número das ETA consideradas em boas condições de funcionamento ter aumentado de 352 para 365, em termos relativos registou-se um decréscimo, de 50,1% para 48,5%.

1.1.2.3. Drenagem e tratamento de águas residuais

1.1.2.3.1. Dados de 1993

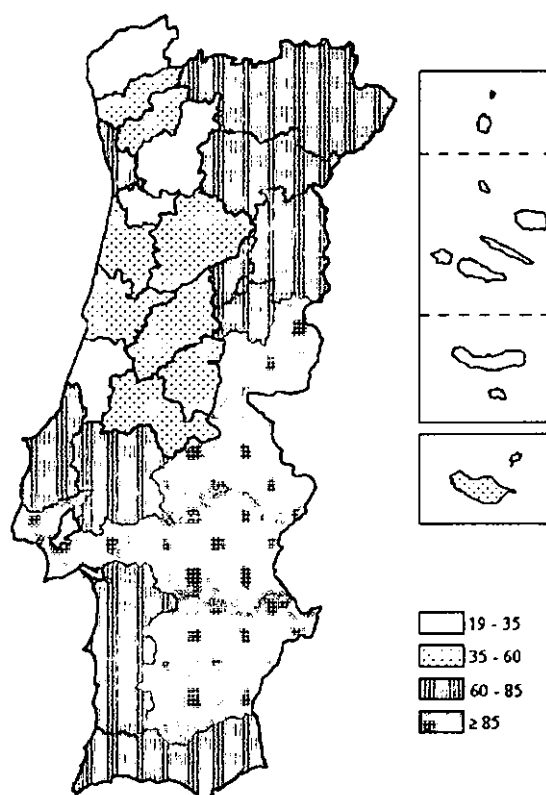
A nível nacional cerca de 63,0 % da população é servida por sistemas de drenagem de águas residuais.

Gráf. 20 - Drenagem de águas residuais: população servida e não servida 1993



No entanto, em termos regionais, apenas nas unidades territoriais de nível II de Lisboa e Vale do Tejo (86,4%), Alentejo (84,9%), Algarve (73,5%) e Centro (50,3%) mais de metade da população residente é servida com este tipo de infra-estrutura. Com menores percentagens de população servida, são de realçar os valores das Regiões Autónomas, 32,9% para os Açores e 38,0% para a Madeira.

Fig. 3 - População servida por sistemas de drenagem de águas residuais por NUTS III (%) 1993



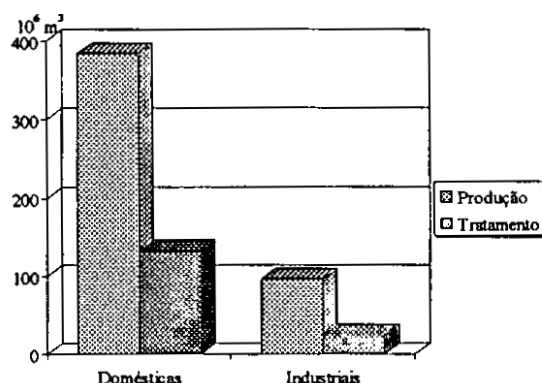
Do total das águas residuais colectadas por sistemas públicos, cerca de 80,0% têm origem doméstica e 20,0% são de origem industrial. Ao nível de NUTS II, esta proporção não é constante mas também não se registam grandes variações. Assim, as percentagens de águas residuais colectadas de origem doméstica variam de 74,1% no Algarve a 85,7% na região Norte.

Cerca de 57,5% do total das águas residuais colectadas são produzidas em Lisboa e Vale do Tejo, subindo esta percentagem para 65,2 se a sua origem for industrial. O Algarve (25,9%), Lisboa e Vale do Tejo (22,7%) e a Madeira



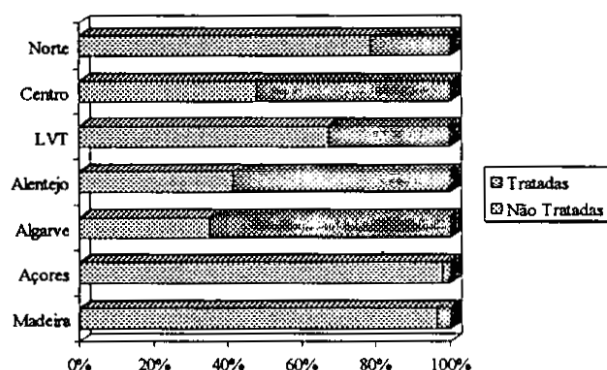
(21,2%) são as regiões com maiores percentagens de produção de águas residuais de origem industrial colectadas.

Gráf. 21 - Produção e tratamento de águas residuais 1993



Somente cerca de 32,7% das águas residuais produzidas e colectadas são tratadas através de estações próprias para o efeito, o que representa 34,6% das águas residuais domésticas e 25,1% das de origem industrial.

Gráf. 22 - Águas residuais domésticas: volume tratado e não tratado por NUTS II 1993

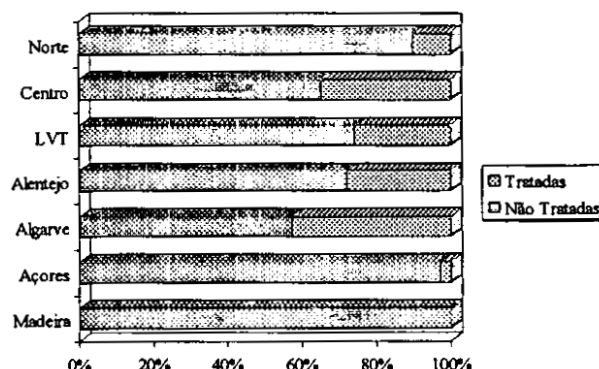


As regiões que apresentam percentagens de tratamento mais elevadas são, o Algarve (59,1%), o Alentejo (53,3%) e o Centro (49,5%).

No entanto, cerca de 54,9% do volume total das águas residuais tratadas provêm da região de Lisboa e Vale do Tejo, que tem uma taxa de tratamento da ordem dos 31,2%.

É igualmente de registar os baixos valores das Regiões Autónomas, 2,8% para a Madeira e 2,1% para os Açores.

Gráf. 23 - Águas residuais industriais: volume tratado e não tratado por NUTS II 1993

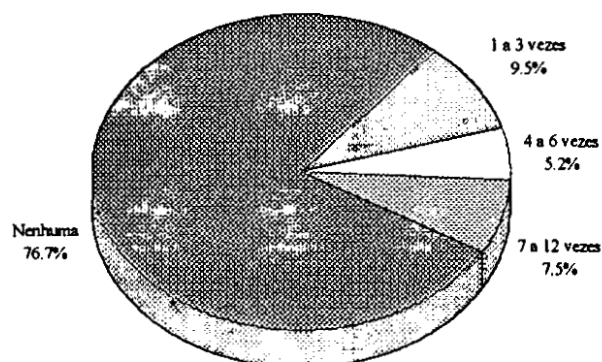


Em termos de águas residuais de origem doméstica, as regiões que apresentam maiores percentagens de tratamento são igualmente o Algarve (64,9%), o Alentejo (58,7%) e o Centro (52,7%).

Relativamente às águas residuais de origem industrial, nenhuma NUTS II atinge uma percentagem de tratamento superior aos 50%. Os valores mais elevados são do Algarve (42,7%), Centro (34,8%), Alentejo (27,8%) e Lisboa e Vale do Tejo (25,9%).

Em 1993, somente em 68 dos concelhos (22,3%) foi realizado qualquer controlo da qualidade das águas residuais de origem doméstica, descendo este valor para 26 (8,5%) quando se observa esse controlo para as águas residuais industriais.

Gráf. 24 - Águas residuais domésticas: periodicidade do controlo de qualidade 1993

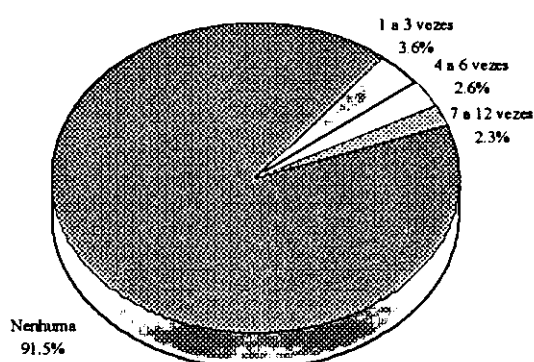


É em Lisboa e Vale do Tejo que um maior número de Câmaras (16) efectua controlo de qualidade das águas residuais domésticas.



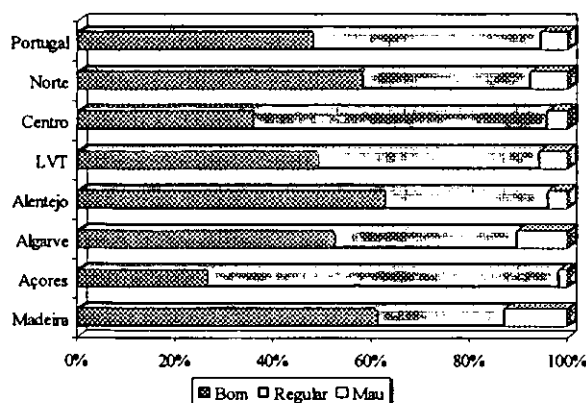
No que diz respeito ao estado geral dos principais componentes dos sistemas de recolha e tratamento público de águas residuais (as redes, os interceptores, os emissários, as estações elevatórias e as estações de tratamento - ETAR), as Câmaras Municipais de todo o país consideraram que 48,1% se encontravam em bom estado de conservação, que 5,5% se encontravam em mau estado e os restantes 46,4% estavam em estado regular.

Gráf. 25 - Águas residuais industriais: periodicidade do controlo de qualidade 1993



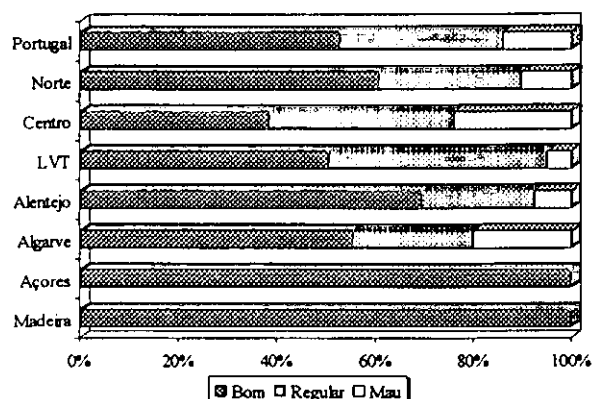
Em termos regionais são os Açores (26,6%) e o Centro (35,8%) quem apresenta percentagens mais baixas de componentes dos sistemas de recolha e tratamento público de águas residuais em bom estado, sendo as regiões do Alentejo (62,8%) e a Madeira (61,3%) quem apresenta valores mais elevados.

Gráf. 26 - Estado geral dos principais órgãos dos sistemas de águas residuais por NUTS II 1993



Considerando apenas as ETAR, as Câmaras Municipais afirmam que, em 1993, 52,8% estavam em bom estado geral e, apenas, 13,8% se encontravam em mau estado.

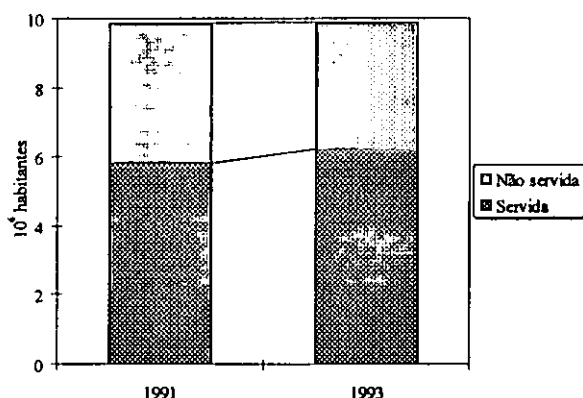
Gráf. 27 - Estado geral das ETAR por NUTS II 1993



1.1.2.3.2. Evolução 1991-1993

Em 1993, e relativamente a 1991, cerca de mais 416 mil pessoas são servidas com sistemas de recolha de águas residuais, o que representa uma subida, em termos gerais, de cerca de 7,2%, passando a taxa de cobertura de 60,0%, em 1991, para 63,0% em 1993.

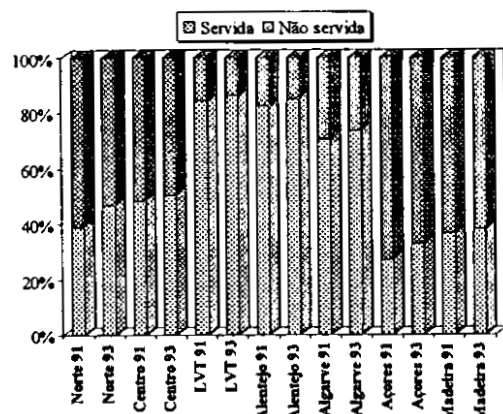
Gráf. 28 - Drenagem de águas residuais: população servida e não servida, evolução 1991-1993



Em termos regionais, nenhuma região baixou a sua taxa de cobertura de sistemas públicos de recolha de águas residuais. Sendo de realçar que na região Norte em 1993 são servidas, com sistemas de colecta de águas residuais, mais 280 mil pessoas que em 1991 (um aumento da ordem dos 20,5%), passando a taxa de cobertura de 39,2% para 46,8%. Também nos Açores se verificou um aumento considerável da taxa de cobertura com sistemas de recolha de águas residuais, cerca de 21,5%, o que corresponde a mais 14 mil pessoas, passando a taxa de cobertura de 27,3% para 36,8%.



Gráf. 29 - Drenagem das águas residuais: população servida e não servida por NUTS II, evolução 1991-1993



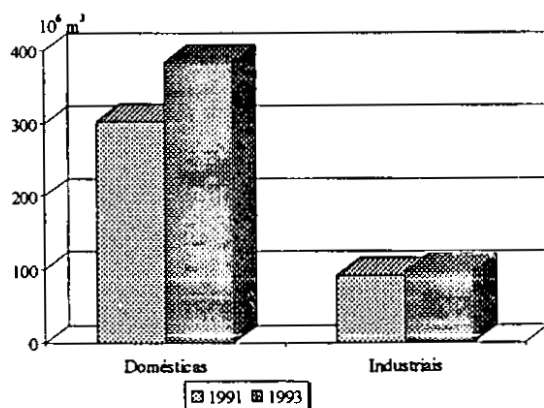
A produção nacional de águas residuais aumentou cerca de 21,9% , o corresponde a acréscimos de 26,7% de águas residuais domésticas e 6,1% de industriais.

Em termos regionais verificou-se um acréscimo geral na produção de águas residuais (nos Açores aumentou 58,9%, em Lisboa e Vale do Tejo 27,8% e no Norte 19,1%), à excepção do Alentejo onde se verificou um decréscimo de 6,3%.

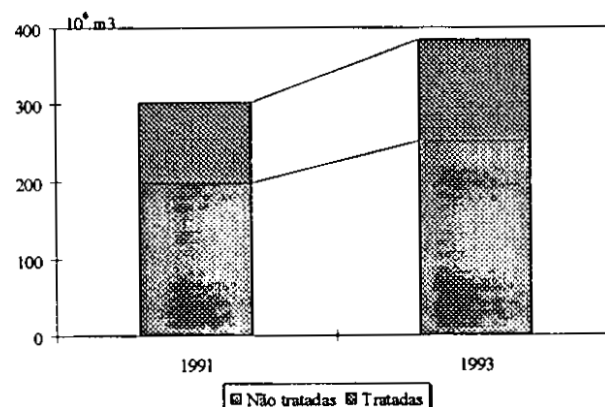
No mesmo período, o tratamento das águas residuais aumentou 18,6%.

No entanto, uma vez que o crescimento da produção de águas residuais foi superior (21,9%), registou-se um ligeiro decréscimo da percentagem de águas residuais tratadas relativamente às não tratadas, era de 33,6% em 1991 e foi de 32,7% em 1993.

Gráf. 30 - Produção de águas residuais colectadas: evolução 1991-1993

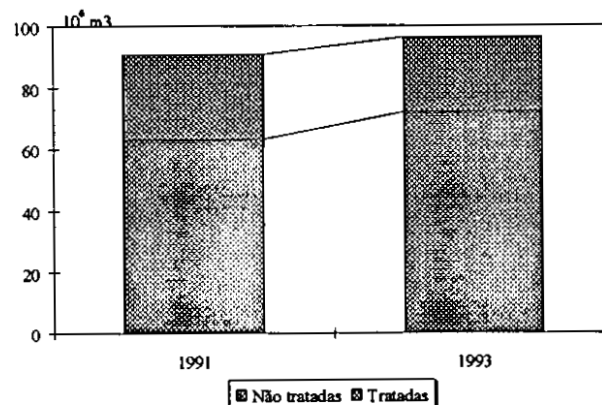


Gráf. 31- Águas residuais domésticas tratadas e não tratadas: evolução 1991-1993



Esta situação verificou-se em quase todas as unidades territoriais de nível II e, especialmente, nas regiões Norte (em que as águas residuais tratadas passaram de 28,9% para 19,7%), Alentejo (58,0% para 53,3%) e Açores (3,9% para 2,1%). Como excepção estiveram Lisboa e Vale do Tejo que passou de 28,6% para 31,2% e o Centro que evoluiu de 47,6% para 49,5%.

Gráf. 32- Águas residuais industriais tratadas e não tratadas: evolução 1991-1993



No que diz respeito à periodicidade do controlo de qualidade das águas residuais, nota-se uma evolução positiva, ainda que ligeira, em termos de quantidade e qualidade.

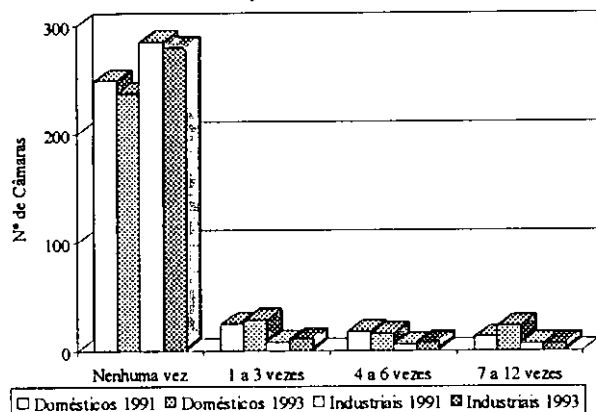
No aspecto quantitativo registou-se a existência de um controlo das águas residuais domésticas em mais 12 concelhos (o que constitui um aumento de 21,4%) e das industriais em mais 5 concelhos (23,8%).

Em termos de qualidade do controlo, a evolução é mais nítida em relação às águas residuais domésticas, na medida em que mais 10 concelhos (um aumento de 76,9%)



passaram a verificar 7 a 12 vezes por ano a sua qualidade.

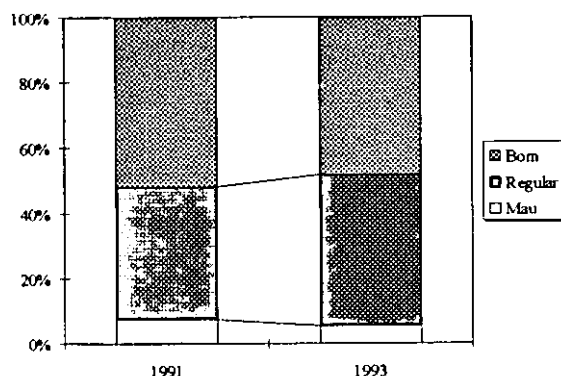
Gráf. 33- Periodicidade do controlo da qualidade das águas residuais domésticas e industriais: evolução 1991-1993



À semelhança do que se verificou para o abastecimento de água, a evolução do estado geral dos órgãos dos sistemas de recolha e tratamento de águas residuais, evidencia, de um modo geral, um ligeiro decréscimo de qualidade, embora menos nítido.

A percentagem das componentes consideradas pelas Câmaras Municipais em bom estado diminui de 51,9% para 48,1%, a percentagem das consideradas em mau estado diminui de 7,4% para 5,5%, engrossando assim a proporção das consideradas em estado regular.

Gráf. 34 - Estado geral dos componentes dos sistemas de águas residuais: evolução 1991-1993

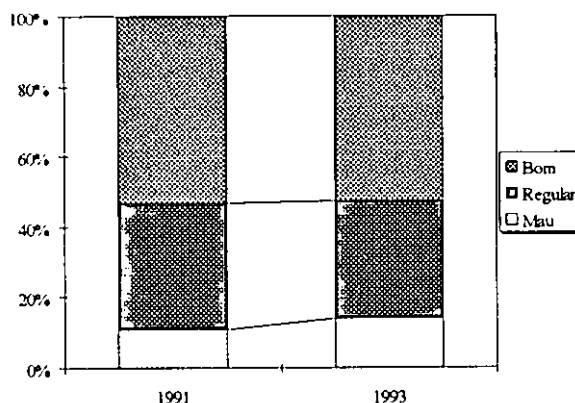


No que diz respeito ao estado geral das ETAR, a situação degradou-se entre 1991 e 1993.

Assim, registou-se um decréscimo das consideradas em bom estado geral (passando de 53,4% para 52,8%) e verificou-se um acréscimo das consideradas em mau estado (de

10,7% para 13,8%). A percentagem das ETAR consideradas em estado regular passou de 35,9% em 1991 para 33,4% em 1993.

Gráf. 35 - Estado geral das ETAR: evolução 1991-1993

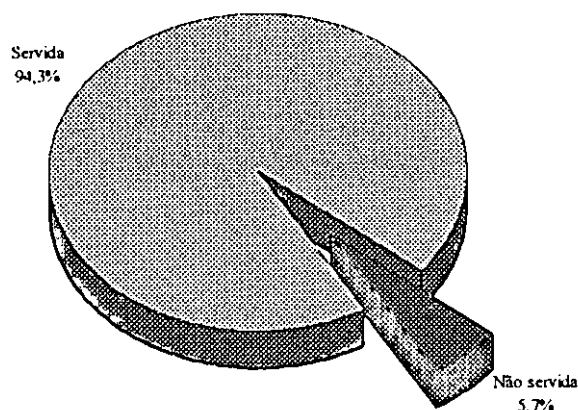


1.1.2.4. Recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos urbanos

1.1.2.4.1. Dados de 1993

Cerca de 5,7% da população nacional não é servida com um sistema de recolha de resíduos urbanos.

Gráf. 36 - Recolha de resíduos urbanos: população servida e não servida 1993

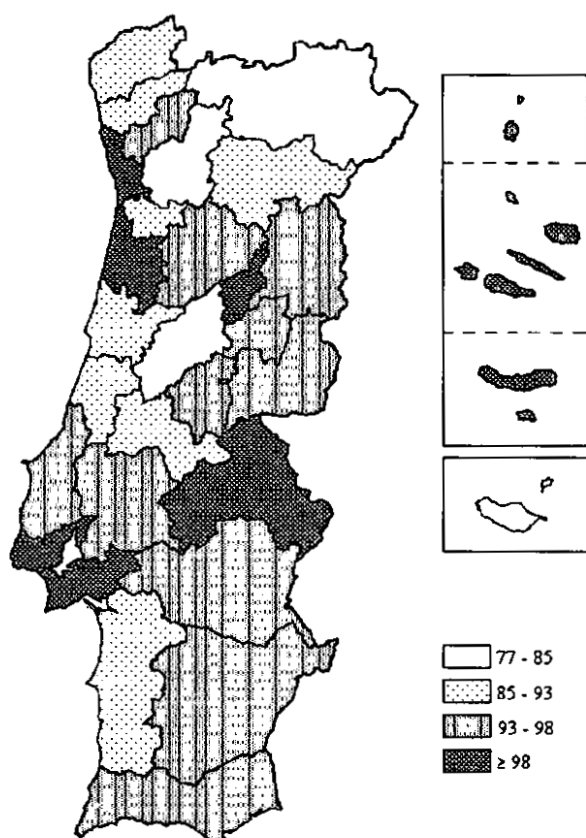


Cerca de 33,3% da população nacional residente em Lisboa e Vale do Tejo produz 34,4% do total dos resíduos urbanos recolhidos em Portugal.

Em termos regionais são de realçar os 100% de cobertura dos Açores e os 98,6% de Lisboa e Vale do Tejo. Com valores mais baixos estão as regiões da Madeira (82,7%) e do Norte (91,5%).

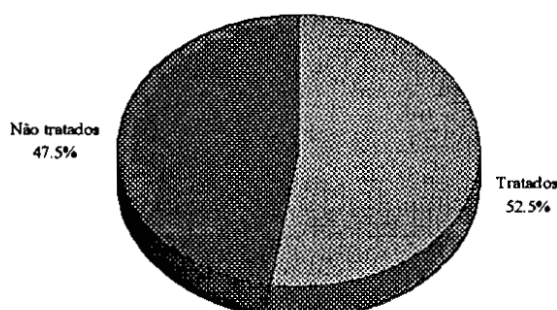


**Fig. 4 - Recolha de resíduos urbanos:
população servida por NUTS III (%)
1993**



Segundo os dados fornecidos pelas Câmaras Municipais, cerca de 52,5% dos resíduos urbanos recolhidos sofrem um processo de tratamento.

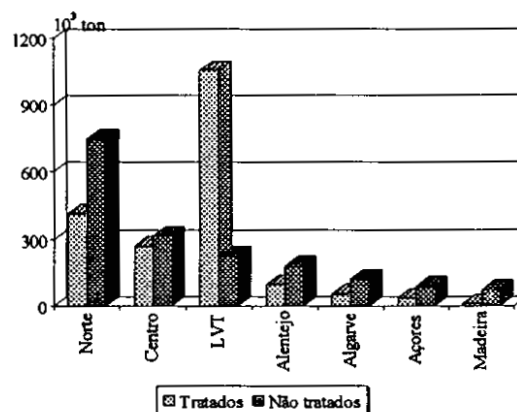
**Gráf. 37 - Resíduos urbanos tratados
e não tratados
1993**



Em termos regionais, as percentagens de tratamento mais elevadas pertencem às regiões de Lisboa e Vale do Tejo (82,4%) - o que constitui cerca de 54,0% do total nacional dos resíduos urbanos tratados - e do Centro

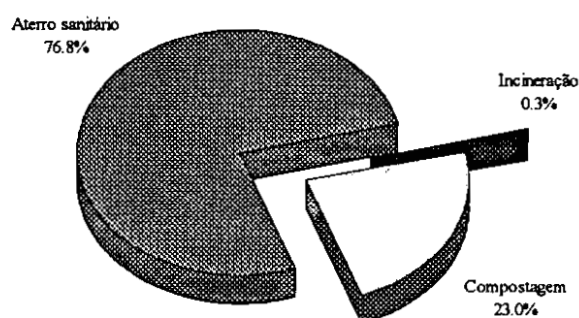
(46,3%), enquanto as percentagens mais reduzidas correspondem à Madeira (14,6%), aos Açores (30,1%) e ao Algarve (30,1%).

**Gráf. 38 - Resíduos urbanos tratados e não tratados
por NUTS II
1993**



O método de tratamento mais largamente utilizado é o aterro sanitário, onde são depositados 76,8% do total de resíduos municipais tratados, seguindo-se-lhe a compostagem (23,0%). A incineração surge como destino final para apenas 0,2% do total nacional de resíduos urbanos colectados.

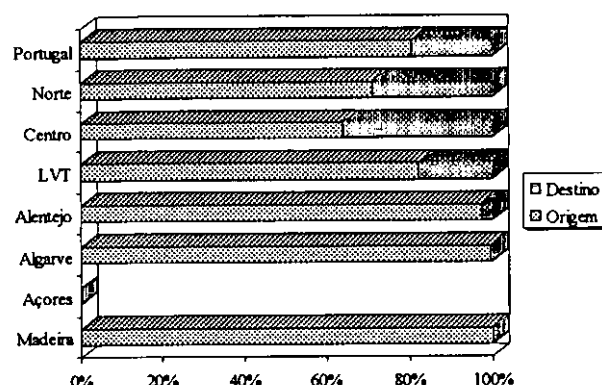
**Gráf. 39 - Resíduos urbanos tratados
segundo o método
1993**



Somente cerca de 0,8% dos resíduos urbanos recolhidos a nível nacional são reciclados. Em termos regionais, apenas a Madeira (2,8%), Lisboa e Vale do Tejo (1,0%) - que constituem cerca de 44,5% do total nacional dos resíduos urbanos reciclados - e o Norte (0,8%) têm uma percentagem superior ou igual à média nacional. Em contrapartida, nos Açores ainda não se faz qualquer tipo de reciclagem de qualquer material.



Gráf. 40 - Reciclagem de resíduos urbanos segundo o método de recolha, por NUTS II 1993

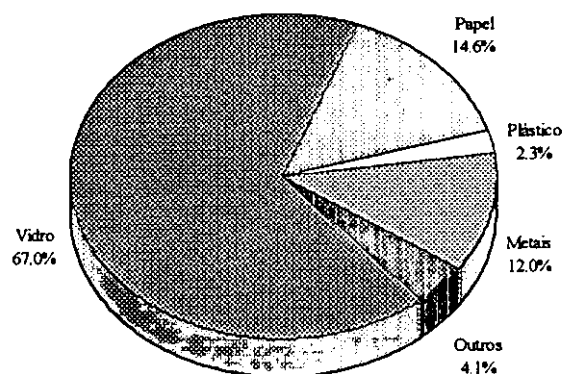


Em Portugal, e em termos globais, a selecção dos resíduos urbanos para reciclagem é preferencialmente efectuada na origem do processo de recolha (80,4%).

Esta percentagem deve-se exclusivamente à reciclagem do vidro (67,0%) e do papel e cartão (14,6%), que representam 81,6% do total reciclado, que é realizada preferencialmente na origem (89,9%).

Todos os outros materiais, à excepção dos metais não ferrosos, são preferencialmente seleccionados no destino.

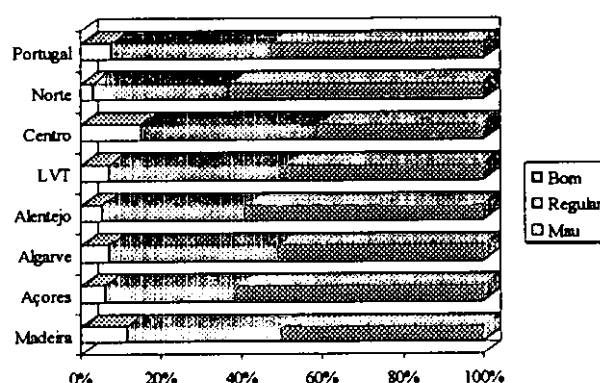
Gráf. 41 - Materiais para reciclagem 1993



No que diz respeito ao estado geral dos principais componentes dos sistemas de recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos urbanos (recipientes, viaturas e locais de deposição), as Câmaras Municipais de todo o país consideraram que 52,6% se encontravam em bom estado de conservação, 39,7% estavam em estado regular e 7,7% encontravam-se em mau estado.

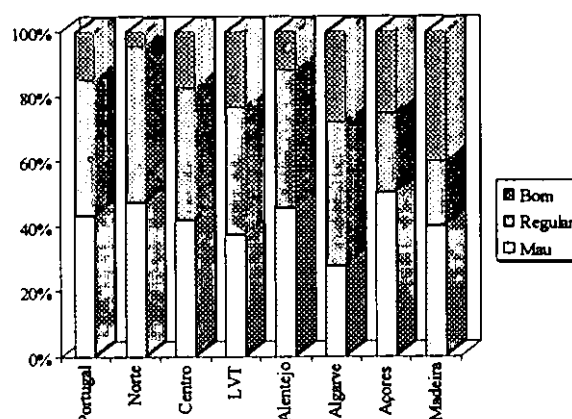
Em termos regionais é o Centro (41,2%) e Lisboa e Vale do Tejo (49,3%) quem apresenta percentagens mais baixas de componentes dos sistemas de abastecimento público de água em bom estado, sendo o Norte (63,2%) e os Açores (61,5%), quem apresenta valores mais elevados.

Gráf. 42 - Estado geral dos componentes dos sistemas de resíduos urbanos por NUTS II 1993



Dos 334 locais de deposição de resíduos urbanos, considerados pelas Câmaras Municipais, apenas 49 (14,7%) estavam em bom estado geral. Ao passo que foram considerados em mau estado geral, 144 locais de deposição, correspondentes a cerca de 43,1% do total.

Gráf. 43 - Estado geral dos locais de deposição por NUTS II 1993



Em todas as unidades territoriais de nível II, a percentagem dos locais de deposição de resíduos urbanos considerados em mau estado é superior, ou igual nos casos do Algarve e da Madeira, à percentagem de locais de deposição considerados em bom estado geral.

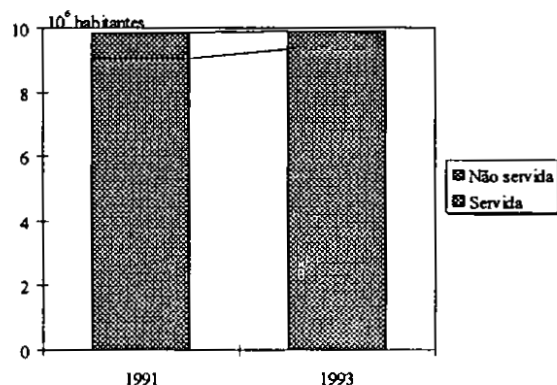


De realçar as elevadas percentagens de locais de deposição em mau estado geral, dos Açores (50,0%), do Norte (47,2%) e do Alentejo (45,5%).

1.1.2.4.2. Evolução 1991-1993

Em 1993, e relativamente a 1991, cerca de mais 280 mil pessoas são servidas com sistemas de recolha de resíduos urbanos em 1993, o que representa uma subida, em termos gerais, de cerca de 3,1%, passando a taxa de cobertura de 91,7% em 1991, para 94,3% em 1993. Em termos regionais, nenhuma região baixou a sua taxa de cobertura. Sendo de realçar que, na região Norte em 1993, são servidas com sistemas de colecta de resíduos urbanos mais 188 mil pessoas que em 1991 (um aumento da ordem dos 6,2%), passando a taxa de cobertura de 87,0% para 91,5%, e que no Algarve se verificou um aumento de 9,2%, passando a taxa de cobertura de 85,5% para 93,3%.

Gráf. 44 - Recolha de resíduos urbanos: população servida e não servida, evolução 1991-1993

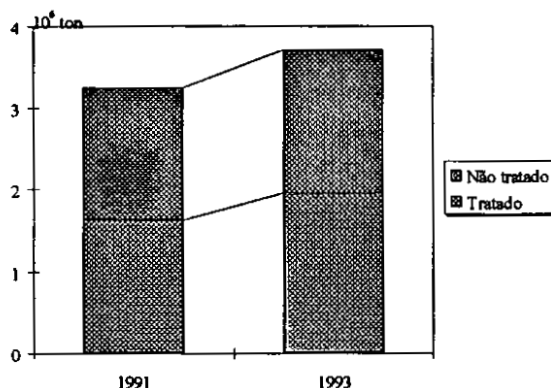


A produção nacional de resíduos urbanos aumentou cerca de 14,4%. Em termos regionais verificou-se um acréscimo geral na produção destes resíduos, sendo de realçar os aumentos verificados no Norte (24,8%) e nos Açores (18,8%).

O tratamento dos resíduos urbanos aumentou cerca de 20,4%, pelo que, ao contrário do que se passou nos sistemas de águas residuais e uma vez que o aumento da produção de resíduos urbanos foi inferior (14,4%), se registou um acréscimo da percentagem de

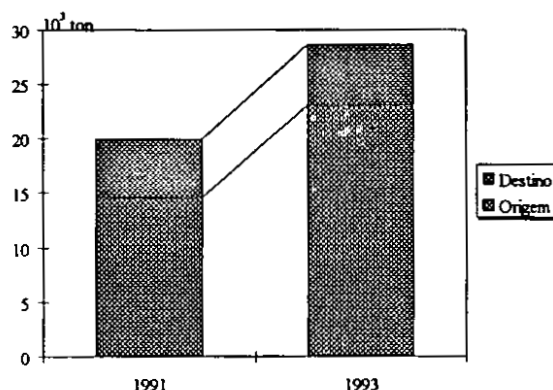
resíduos urbanos tratados relativamente aos não tratados, era de 49,9% em 1991 e foi de 52,5% em 1993.

Gráf. 45 - Resíduos urbanos tratados e não tratados: evolução 1991-1993



Esta situação verificou-se em quase todas as unidades territoriais de nível II e, especialmente, nas regiões dos Açores (em que os resíduos urbanos tratados passaram de 15,2% para 30,1%), Lisboa e Vale do Tejo (72,1% para 82,4%) e Centro (38,5% para 46,3%). Como excepção estiveram o Norte que passou de 42,4% para 35,6% e o Algarve que evoluiu de 39,8% para 30,1%.

Gráf. 46 - Reciclagem de resíduos urbanos segundo o método de recolha: evolução 1991-1993



No que diz respeito à recolha de materiais para reciclagem, verificou-se um aumento global de cerca de 43,7%.

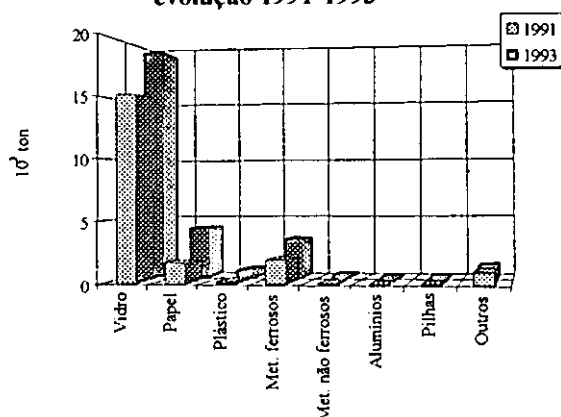
Uma vez que o aumento da produção de resíduos urbanos foi inferior (14,4%), registou-se um acréscimo da percentagem de recolha de materiais para reciclagem relativamente ao total de resíduos urbanos,



passando de 0,6% em 1991 para 0,8% em 1993.

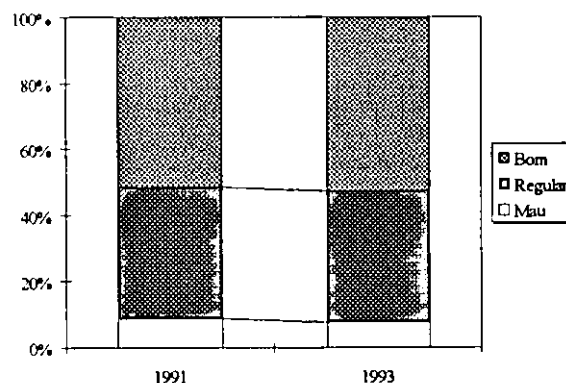
De realçar ainda que o aumento verificado no volume de materiais para reciclagem, deve-se essencialmente à recolha na origem (é o processo em que existe colaboração da população), que teve um acréscimo de 57,6% e passou a representar 80,4% do total reciclado (contra os 73,3% em 1991). Contrariamente a recolha no destino só teve uma subida de 5,4%, passando a representar 19,6% contra os 26,7% em 1991.

Gráf. 47 - Materiais para reciclagem: evolução 1991-1993



Em termos do tipo dos materiais para reciclagem, registou-se uma subida generalizada em todos eles, sendo algumas delas, inclusive, muito evidentes. Assim, os metais não ferrosos subiram cerca de 743,8%; os plásticos aumentaram 379,4%; o papel teve um acréscimo de 252,0%; o alumínio recolhido para reciclagem teve um incremento de 80,6%; os metais ferrosos aumentaram 69,6%; as pilhas e baterias tiveram um acréscimo de 33,3%; o vidro aumentou 27,3%, passando a representar, em 1993, cerca de 67,0% no total do material para reciclar - quando em 1991 representava 75,7%.

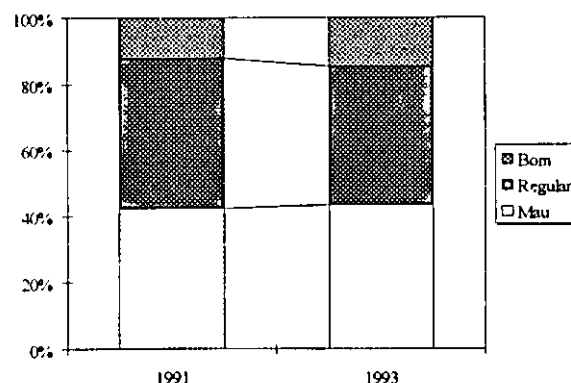
Gráf. 48 - Estado geral dos componentes dos sistemas de resíduos urbanos: evolução 1991-1993



A evolução do estado geral dos órgãos dos sistemas de recolha, reciclagem, deposição e tratamento de resíduos urbanos, evidencia, de um modo geral, um ligeiro acréscimo de qualidade. A percentagem das componentes consideradas em bom estado aumentou de 51,4% para 52,6% e a percentagem das consideradas em mau estado diminuiu de 8,7% para 7,7%.

No que diz respeito aos locais de deposição, registou-se um acréscimo dos considerados em bom estado geral (passa de 12,2% em 1991, para 14,7% em 1993), mas também se verificou um acréscimo dos considerados em mau estado (de 42,3% para 43,1%).

Gráf. 49 - Estado geral dos locais de deposição: evolução 1991-1993



1.2. Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos

1.2.1. Metodologia

As Instituições Particulares sem Fins Lucrativos da Administração Central e Local, são constituídas por organismos exercendo actividades não mercantis, cuja maioria dos recursos provêm dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios. As instituições, que, tendo um papel activo na gestão e protecção do ambiente, podem ser classificadas, em “Associações e outras Entidades de Bombeiros” e em “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”.

O papel desempenhado por estas instituições, na gestão e protecção do ambiente, nomeadamente, as “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, através de acções pedagógicas, de sensibilização e esclarecimento junto das populações, e das “Associações e outras Entidades de Bombeiros”, cujo papel de combate aos fogos florestais, é de importância vital para a

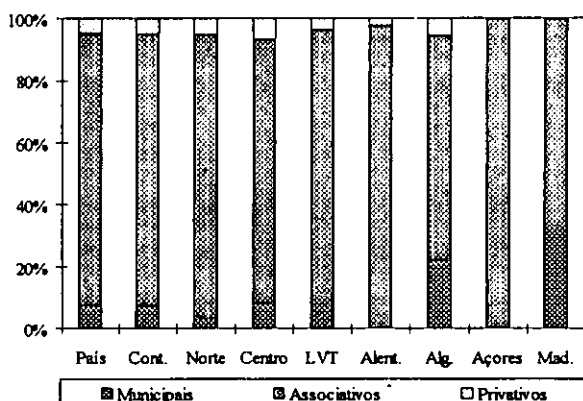
conservação e protecção da natureza e espécies, tornou-se necessário a recolha directa de informação específica e desagregada, no sentido de melhor identificar esta despesa. Assim, no âmbito do programa estatístico comunitário, o INE realizou em 1994, para recolha de informação relativa ao ano de 1993 (com base em ficheiros, cedidos pelo SNB e IPAMB), inquéritos junto das IPSFL, cujo principal objectivo foi a recolha de dados físicos e financeiros, relativos às actividades desenvolvidas. As unidades em falta relativamente aos dois inquéritos foram: “Inquérito às Associações e outras Entidades de Bombeiros” - IRB/Norte (11), IRB/Centro (6), IRB/LVT (6), IRB/Alentejo (2), IRB/Açores (6); “Inquérito às Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente - Região Norte (6), Região Centro (2), Região LVT (7), Região Alentejo e Algarve (2), R.A.Açores (1).

1.2.2. Análise dos Dados

1.2.2.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

Verifica-se que os Corpos de Bombeiros, de natureza associativa, compõem a maior parte do efectivo total (85,7%), sendo pouco significativa a representatividade dos privativos (5,0%). No entanto, nas regiões da Madeira e do Algarve os Corpos de Bombeiros Municipais têm maior expressão (33,3% e 22,2%, respectivamente, do total).

Gráf. 50 - Número de Corpos de Bombeiros, por distribuição geográfica, segundo a sua natureza 1993



As actividades desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros, distribuem-se por quatro tipos de serviço, dos quais os "Serviços de Saúde", são os mais representativos. A diferenciação verificada quanto ao número de actividades desenvolvidas ao nível da região, resulta das necessidades sociais, as quais se ligam intrinsecamente a factores demográficos, económicos, políticos ou culturais. Assim, a importância relativa das actividades desenvolvidas no "Serviço de Saúde", à excepção da Região Autónoma dos Açores, é bastante elevada, constituindo em média 80,7% do número total de actividades, cabendo ao serviço "Socorros a Náufragos", a parte menos significativa (0,04%). Geograficamente, é a região Centro que apresenta a maior proporção de actividades desenvolvidas no

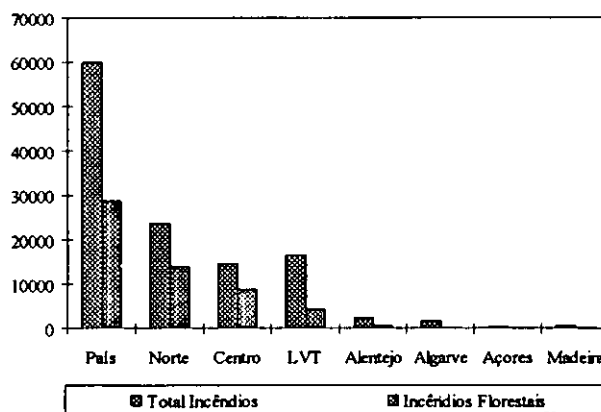
serviço "Incêndios" (4,8% do total), seguindo-se a região Norte, com cerca de 3,5%. Nas restantes regiões observa-se que o "Serviço de Incêndios", contribui, em média, com 1,9%, relativamente ao total de actividades desenvolvidas.

Actividades desenvolvidas, por tipo de serviço, segundo a distribuição geográfica 1993

(em % do total na região)	País	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
Serviço								
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Incêndios	2,8	3,5	4,8	1,8	1,3	2,6	2,0	2,0
Saúde	83,9	81,6	80,2	86,6	85,6	87,5	49,0	94,5
Socorros a Náufragos	0,04	0,04	0,03	0,1	0,01	0,1	0,1	0
Outros Serviços	13,4	14,9	15,0	11,5	13,1	9,8	48,9	3,6

Em Portugal verificaram-se, em 1993, 28 657 incêndios florestais, os quais se concentraram sobretudo nas regiões Norte e Centro.

Gráf. 51 - Actividades (Fogos Florestais) desenvolvidas pelos Corpos de Bombeiros, segundo a distribuição geográfica (1993)



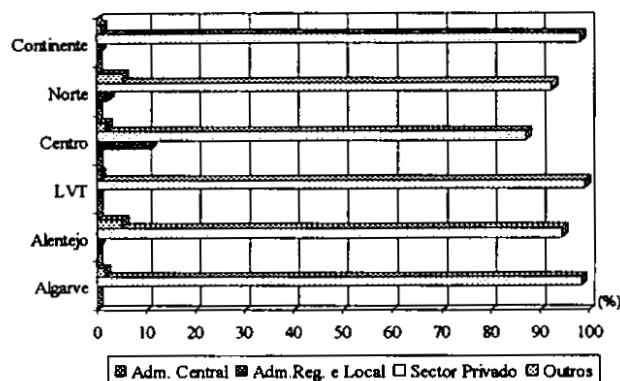
1.2.2.2. Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente

As Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente têm no sector privado, a sua principal fonte de associados (94,4% do número total), variando entre 99,3% (LVT) e 87,3% (Centro). É na região Centro que os associados da Administração Regional e Local são mais representativos (10,9% do total),



seguindo-se-lhe a região Norte (2,2%). De salientar a modesta participação deste tipo de associados nas regiões do Alentejo e LVT, que no seu conjunto apenas pesam 0,4%.

Gráf. 52 - Número de associados, por distribuição geográfica 1993



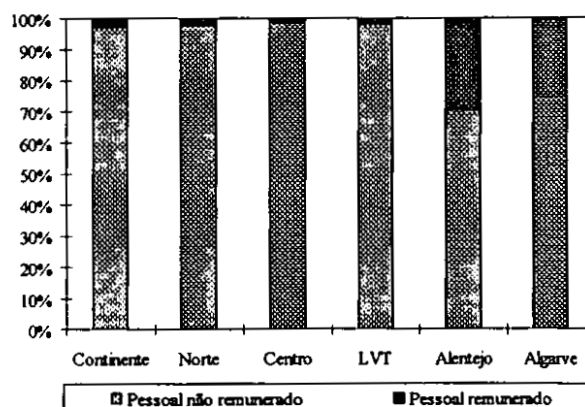
Analisando a distribuição regional das actividades das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, constata-se que 50,0% do total das actividades desenvolvidas por tipo de actividade, estão concentradas na região de LVT. Das actividades desenvolvidas, destacam-se as “Acções de Sensibilização Pública” (36,0% do total), seguidas dos “Passeios de Natureza” (25,3% do total). Verifica-se uma certa variabilidade ao nível dos tipos de actividades desenvolvidas de região para região: no Norte as “Outras Actividades” representam 42,9% do total; na região Centro a “Cooperação Integrada Internacional” totaliza 51,8% do total; em LVT observa-se uma estrutura mais uniforme das actividades desenvolvidas, verificando-se para as restantes regiões o predomínio das “Outras Actividades” e “Congressos”.

Actividades desenvolvidas, por tipo de actividade, segundo a distribuição geográfica (Continente) 1993

(em % do n.º total)	Norte	Centro	LVT	Alentejo	Algarve
Publicações	13,7	7,8	59,5	6,5	6,5
Estudos Técnicos	13,8	4,6	52,9	19,5	5,7
Ações de Formação	28,7	9,8	50,3	6,3	2,1
Ações de Sensibilização Pública	19,1	13,9	57,3	4,0	3,0
Congressos	16,7	0,0	50,0	16,7	8,3
Colóquios / Conferências	27,7	24,7	33,1	7,2	2,4
Exposições e Feiras	18,4	14,4	53,6	7,2	4,0
Cooperação Integ. Internacional	3,5	51,8	40,0	2,4	2,4
Passeios de Natureza	24,9	7,9	49,9	7,9	1,1
Outras Actividades	42,9	1,6	3,2	36,5	0,0

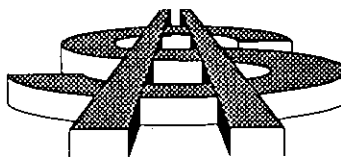
Relativamente à caracterização das actividades por domínio, verifica-se que a maioria destas actividades desenvolve-se no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagens” (43,0% do total). No âmbito destas actividades regista-se, de um modo geral, um significativo contributo das prestações de serviço não remuneradas (87,8%). No entanto, observa-se que nas regiões do Alentejo e Algarve, esta tendência se inverte, sendo o contributo do pessoal remunerado de 29,7% e 25,5% respectivamente, do total de pessoal. O contributo do pessoal remunerado nas outras regiões é pouco significativo, e representa em média, aproximadamente 2,0% do total.

Gráf. 53 - Tipo de prestação de serviço, por distribuição geográfica 1993



Capítulo 2

A Administração Local reúne as Autarquias Locais, os Serviços Autónomos das Administrações Locais e, potencialmente, as Instituições Particulares sem Fins Lucrativos da Administração Local. Estas, de acordo com o sistema de informação definido pelo EUROSTAT, para o ambiente, têm um tratamento individualizado, agrupando as Instituições Particulares sem Fins Lucrativos da Administração Central e Local. Na Administração Local, é de salientar o papel de extrema importância desempenhado pelas Câmaras Municipais, na gestão e protecção do ambiente. Dado a sua competência em matéria de execução e gestão dos seus próprios orçamentos, a realização de um inquérito específico junto destes organismos, foi a forma encontrada mais adequada à obtenção de informação económica relativa à gestão e protecção do ambiente. Realizando-se pelo I.N.E. desde 1989, a aprovação da nova "Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente" pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas em Junho de 1994, implicou a necessidade de reformulação deste inquérito, nomeadamente, quanto à divisão dos domínios e à desagregação das rubricas dos agrupamentos económicos. A classificação económica utilizada, assemelha-se bastante à da Administração Central, classificando-se desta



forma, todo o tipo de despesa, em despesas correntes e de capital. Dado o carácter exaustivo desta operação estatística e no sentido de obter uma série de dados estatísticos coerente, houve necessidade de proceder a estimativas dos dados em falta. Partindo do pressuposto, que a despesa total e em gestão e protecção do ambiente, evoluindo em valor da mesma forma, utilizou-se uma das seguintes metodologias: calcularam-se índices de valor tendo por base as Contas de Gestão das Câmaras Municipais em falta, distinguindo entre despesas correntes e de capital, na impossibilidade do cálculo seria referido, obtiveram-se estimativas dessas despesas,

através do índice do consumo colectivo das Administrações Públicas para as despesas correntes, e do índice de valor para o investimento da Administração

Local (C.G.E./estimativa de execução). Não foram obtidas respostas ao "Inquérito ao Ambiente'93" (dados financeiros), das seguintes Câmaras Municipais: Região Centro (Ilhavo, Ovar, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Condeixa-a-Nova, Tábua, Vila Nova de Poiares, Fornos de Algodres, Marinha Grande); Região de Lisboa e Vale do Tejo (Amadora, Setúbal, Torres Novas, Entroncamento); Açores (Lajes do Pico, Madalena, Ponta Delgada, Ribeira grande, Vila Franca do Campo); Madeira (Machico, Santa Cruz, Porto Santo).

E

Informação ECONÓMICA

2. Informação Económica

2.1. Administrações Públicas	37
2.1.1. Metodologia.....	37
2.1.2. Análise dos Dados	38
2.2. Administração Central	39
2.2.1. Metodologia.....	39
2.2.2. Análise dos Dados	40
2.2.2.1. <i>Síntese</i>	40
2.2.2.2. <i>Estado (CGE)</i>	40
2.2.2.3. <i>Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central</i>	41
2.2.2.4. <i>Fundos Privativos da Conta Geral do Estado</i>	42
2.3. Administração Regional	43
2.3.1. Metodologia.....	43
2.3.2. Análise dos Dados	44
2.4. Administração Local	45
2.4.1. Metodologia.....	45
2.4.2. Análise dos Dados	46
2.5. Instituições Particulares sem Fins Lucrativos	52
2.5.1. Metodologia.....	52
2.5.2. Análise dos Dados	53
2.5.2.1. <i>Associações e outras Entidades de Bombeiros</i>	53
2.5.2.2. <i>Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente</i>	54

2.1. Administrações Públicas

2.1.1. Metodologia

A unidade institucional adoptada pelo Sistema de Contas Nacionais como unidade estatística fundamental, caracteriza-se pelo seu comportamento e autonomia de decisão. Às Administrações Públicas (sector institucional responsável por um significativo fluxo financeiro na área do ambiente), compete a produção de serviços não mercantis destinados à colectividade, bem como a realização de operações de redistribuição do rendimento e das riquezas nacionais. O sistema de Contabilidade Nacional em vigor na União Europeia considera o sector institucional “Administrações Públicas” dividido em subsectores, dos quais se destacam a Administração Central, a Administração Regional, a Administração Local e a Segurança Social.

Segundo o “Système Européen de Rassemblement de l’Information Economique sur l’Environnement” (SERIEE) as unidades consideradas no sector institucional Administrações Públicas, e cuja função principal é a gestão e protecção do ambiente, podem dividir-se em duas categorias: produtores característicos especializados e não especializados. Podemos identificar na primeira categoria as unidades que produzem serviços não mercantis directamente ligados à gestão e protecção do ambiente. Na segunda categoria,

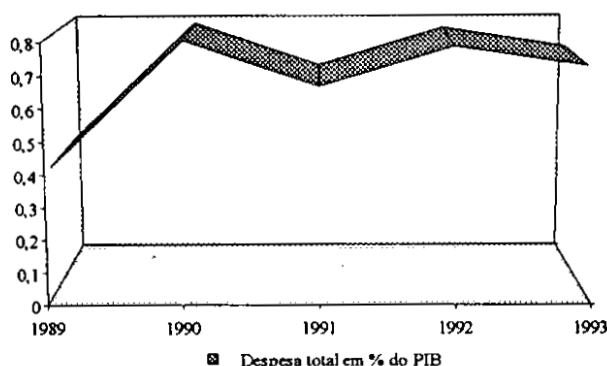
ou seja, nos produtores característicos não especializados consideram-se as unidades que prestam serviços de gestão e protecção do ambiente como actividade auxiliar de uma actividade principal, secundária ou única não característica, e nas quais se incluem as unidades correspondentes às Administrações Públicas (Central, Regional e Local e IPSFL). A recolha de dados relativos à despesa total das Administrações Públicas em gestão e protecção do ambiente, provém de várias fontes, nomeadamente, da análise das Estatísticas das Finanças Públicas, da análise de Contas de Gerência e Orçamentos do Estado, bem como, de Inquéritos realizados junto de algumas unidades estatísticas do sector em análise. O recurso a fontes de informação tão diversas, implicou nalguns casos o cálculo de estimativas, nomeadamente nos casos de insuficiência de dados, onde a distinção entre actividades de protecção do ambiente não era tão evidente.

O período de recolha de dados reporta-se ao quinquénio 1989-1993, tendo sido utilizadas as nomenclaturas inerentes ao Sistema de Contabilidade Nacional, Classificação Económica das Despesas Públicas e ao sistema de recolha de dados relativos à gestão e protecção do ambiente (SERIEE).

2.1.2. Análise dos Dados

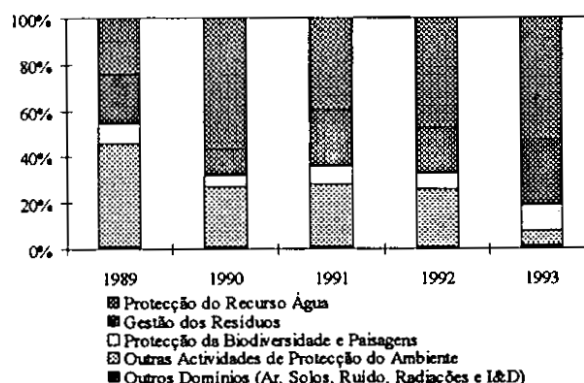
De 1989 a 1993 o peso relativo no PIB nacional, das despesas das Administrações Públicas, em gestão e protecção do ambiente, evoluiu positivamente, observando-se para o total das despesas uma taxa de crescimento média anual de +25,1%. Durante o período em análise, observou-se um ritmo de crescimento mais elevado entre 1989 e 1990 (de 31 818 para 75 864,3 milhares de contos, respectivamente). Em 1992 atingiu-se o pico do quinquénio com 98 553,1 milhares de contos. A “Protecção do Recurso Água” foi, de entre os domínios considerados, o que maior representação obteve na despesa total (em média 44,6%).

Gráf. 1 - Variação das despesas em gestão e protecção do ambiente, em % do PIB 1989-1993



O sector institucional que maior evolução positiva registou, em termos de contribuição para a despesa total, foi a Administração Regional e Local (taxa de crescimento médio anual de 25,5%), detendo na globalidade a maior fatia da despesa total em gestão e protecção do ambiente (em média 74,7%), enquanto que a Administração Central e as Instituições s/Fins Lucrativos se quedaram por representatividades de 24,7% e 0,7% (em média), respectivamente.

Gráf. 2 - Despesas da Administração Pública, segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente 1989-1993



A maior parte das despesas em gestão e protecção do ambiente destinou-se aos domínios “Protecção do Recurso Água” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” (em média 44,6% e 25,5%, respectivamente), os quais, decresceram em termos de peso relativo no total, de 69,2% em 1989 para 60,1% em 1993. Os domínios “Protecção da Biodiversidade e Paisagens” e “Gestão dos Resíduos” ganharam alguma representatividade entre 1989 (29,9%) e 1993 (38,3%). Evolução diferente demonstraram os domínios “Protecção da Qualidade do Ar e Clima” e “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”: o primeiro apresentou um acréscimo em valor bastante significativo (617,7% relativamente a 1989), enquanto que o segundo decresceu acentuadamente de 44,8% em 1989, para 6,9% em 1993, do total.

As despesas referentes à “Protecção da Biodiversidade e Paisagens” mostraram uma tendência para a estabilidade ao longo do período em análise, representando em média 7,2% da despesa total.

2.2. Administração Central

2.2.1. Metodologia

Em Portugal, a Administração Central é um dos principais sectores institucionais responsável por um significativo fluxo financeiro na área da gestão e protecção do ambiente. Englobando o Estado e demais organismos centrais, a sua competência exerce-se a nível nacional, incluindo igualmente, alguns organismos autónomos que, embora exercendo actividade a nível local, constituem meios de acção da Administração Central e são por esta financiados a título principal.

Para a recolha de dados financeiros, consideraram-se as unidades pertencentes aos subsectores institucionais: Estado, Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central (Serviços e Fundos Autónomos do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais e Serviço Nacional de Bombeiros), e ainda, os Fundos Privativos da CGE. Foram analisados deste

modo, instrumentos contabilísticos disponíveis, como a “Conta Geral do Estado”, “Contas de Gerência” de algumas instituições neste nível de administração, tendo esta recolha sido complementada com informação solicitada junto de alguns organismos, nomeadamente, o Departamento Central de Planeamento (informação relativa ao PIDDAC).

Para as rubricas de natureza económica utilizou-se o novo esquema de “Classificação Económica das Despesas Públicas”, “Classificação Funcional das Despesas Públicas”, recorrendo-se para classificação dos domínios de gestão e protecção do ambiente, à “Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente” (aprovada no Conselho Económico e Social das Nações Unidas em Junho de 1994).

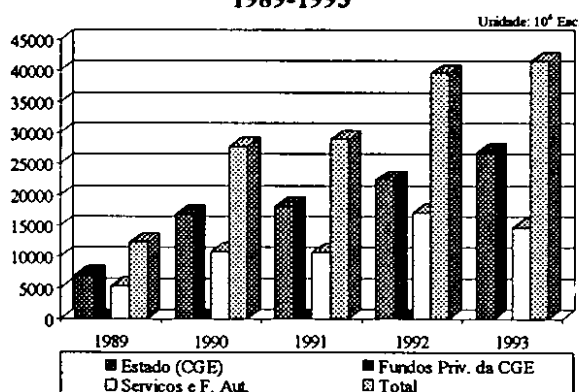
2.2.2. Análise dos Dados

2.2.2.1. Síntese

A despesa total em gestão e protecção do ambiente, evoluiu positivamente (taxa de crescimento médio anual de +27,5%) no período em análise, tendo atingido em 1993 o valor de 41 480,3 milhares de contos. O ritmo de crescimento apresentou contudo diferentes expressões consoante o subsector institucional considerado, nomeadamente o Estado (CGE), os Serviços e Fundos Autónomos e os Fundos Privativos da CGE, os quais, registaram taxas de crescimento médio anual de 30,7%, 22,8% e -10,5%, respectivamente.

Refira-se que a despesa total dos Fundos Privativos da CGE cresceu em valor até 1990, tendo posteriormente decaído acentuadamente em 1991. De notar igualmente, que os dados individualizados dos Fundos Privativos da CGE tomam como referência o período de 1989 a Junho de 1992, data a partir da qual foram incluídos no Estado (CGE).

Gráf. 3 - Despesas da Administração Central, em gestão e protecção do ambiente 1989-1993

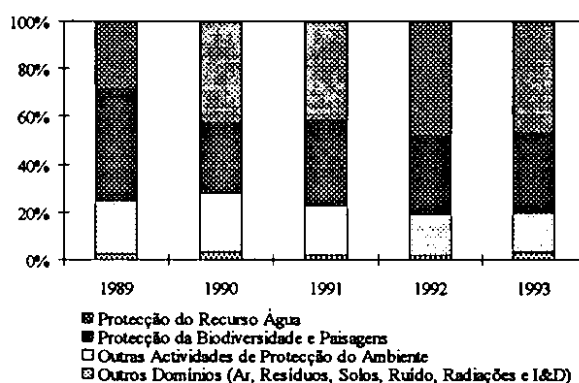


Da despesa total da Administração Central em gestão e protecção do ambiente, para o período em análise, 60,5% reportam-se em média ao Estado (CGE), constituindo-se assim, o principal agente dessa despesa.

A “Protecção do Recurso Água” e a “Protecção da Biodiversidade e Paisagens”

absorveram, em 1993, a maior parte da despesa da Administração Central (80,7%). A sua evolução para o conjunto destes domínios, foi de um modo geral, positiva apesar de se ter observado uma quebra entre 1989 e 1990 de cerca de 3,3%. O domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” representou, em 1993, 16,2% da despesa total, tendo crescido substancialmente em valor entre 1989 e 1990 (150,9%), verificando-se a partir desta data um decréscimo pouco significativo (taxa de crescimento médio anual -0,2%).

Gráf. 4 - Despesas da Administração Central, segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente 1989-1993



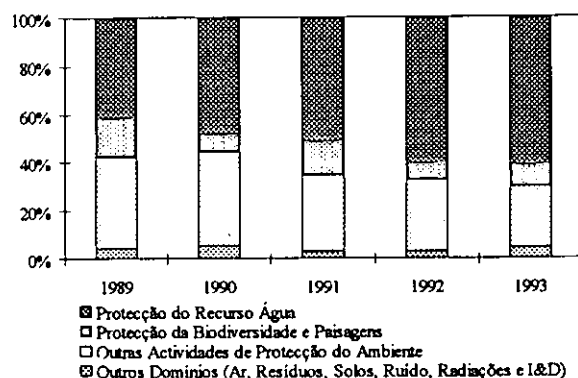
2.2.2.2. Estado (CGE)

O domínio “Protecção do Recurso Água”, que representando aproximadamente 52,3% da despesa total do Estado (CGE) entre 1989 e 1993, apresentou a taxa de crescimento médio anual mais elevada (41,5%). Por outro lado, as “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” representavam cerca de 24,8% do total em 1993 (após terem sofrido uma ligeira quebra em 1991), enquanto que o domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagens”, diminuiu de importância (16,3% em 1989 para 9,2% em 1993). A “Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas” e “Protecção contra o Ruído e Vibrações” sofreram uma baixa muito acentuada ao longo do quinquénio de



referência, devendo-se este facto, à classificação de uma forma mais abrangente de alguns programas de investimento na área do ambiente.

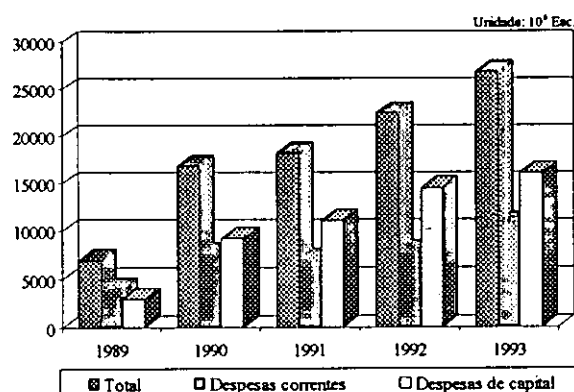
Gráf. 5 - Despesas do Estado (CGE), segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente. 1989-1993



Comportamento inverso apresentou a evolução das despesas do Estado (CGE) no domínio "Gestão dos Resíduos", já que evidenciou uma taxa de crescimento médio anual de 54,6%, passando de uma representação de apenas 1,1% do total em 1989 para 2,5% em 1993 (683,9 milhares de contos).

No que se refere à natureza das despesas do Estado (CGE) em gestão e protecção do ambiente, observou-se um crescimento médio anual mais evidente das despesas de capital (40,1%) relativamente às despesas correntes (21,6%). Consequentemente registou-se uma quebra de representatividade das despesas correntes entre 1989 e 1993 (de 57,7% da despesa total em 1989 para 40,2% em 1993), a qual foi compensada pelas despesas de capital (59,8% em 1993).

Gráf. 6 - Despesas do Estado (CGE), segundo os agregados económicos. 1989-1993

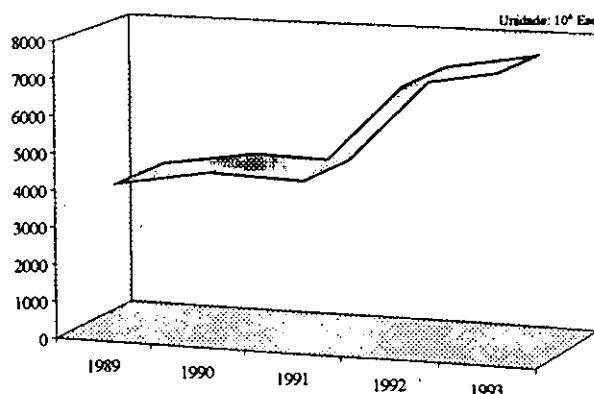


2.2.2.3. Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central

As despesas dos Serviços e Fundos Autónomos da Administração Central, em gestão e protecção do ambiente, evoluíram, no período em análise, a uma taxa de crescimento média anual de +22,8%. A sua evolução é contudo instável, apresentando no período de 1989 a 1991, um decréscimo da sua participação no total (5,5 pontos percentuais), aumentando de seguida (16,2%, relativamente a 1991), correspondendo em 1993 o valor de 14 635,2 milhares de contos, ou seja, 35,3% do total da despesa da Administração Central, em gestão e protecção do ambiente.

O SNB para além de se assumir como financiador da despesa dos Corpos de Bombeiros, através de transferências efectuadas, é também produtor de um serviço de gestão e protecção do ambiente, nomeadamente, através da sua acção no combate aos fogos florestais. No período de 1989 a 1993, a taxa de crescimento médio anual da despesa total foi de +13,1% (despesa média de 5 528,7 milhares de contos).

Gráf. 7 - Despesas do SNB, em gestão e protecção do ambiente 1989-1993

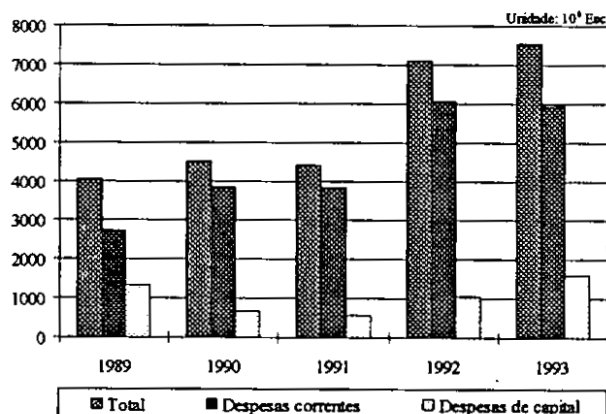


Constata-se que esta evolução foi, no entanto, irregular: assim, depois de uma subida de 9,6% de 1989 para 1991, diminuiu cerca de 2,0% em 1992 retomando, de seguida, uma taxa anual média de 19,5%. Em termos estruturais, o peso das despesas correntes evoluiu de uma forma regular (em média representou cerca de 80,0% da despesa total): depois de uma subida em 1990 (+21,2%), e de



uma certa estabilidade até 1992, verificou-se seguidamente, uma descida pouco significativa de -1,2%. Por outro lado, as despesas de capital evoluíram de 32,9% em 1989 para 21,1% em 1993 (da despesa total considerada).

Gráf.8 - Despesas do SNB, em gestão e protecção do ambiente, segundo os agregados económicos 1989-1993



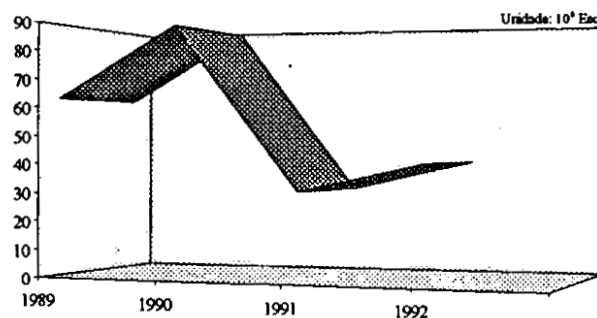
2.2.2.4. Fundos Privativos da Conta Geral do Estado

O principal realce que merece o estudo da evolução da despesa total em gestão e protecção do ambiente dos Fundos Privativos

da Conta Geral do Estado, recai sobre a taxa de crescimento médio anual negativa (-10,5%) observada entre 1989 e 1992.

Este comportamento não foi, contudo homogéneo, dado que após se ter verificado um crescimento assinalável de 1989 para 1990 (39,2%), atingindo-se neste ano o pico do período em análise com um total de 88,4 milhares de contos, decresceu acentuadamente para 1991 (-65,4%) voltando a aumentar o nível da despesa total em 1992, com 40,8 milhares de contos.

Gráf. 9 - Despesas dos Fundos Privativos da CGE, em gestão e protecção do ambiente 1989-1992



2.3. Administração Regional

2.3.1. Metodologia

A Administração Regional reúne os Órgãos dos Governos Regionais (Açores e Madeira) e os Serviços e Fundos Autónomos da Administração Regional. As Estatísticas das Finanças Públicas existentes para os diferentes níveis das administrações regionais, são muito agregadas, não sendo por isso possível, a ventilação das rubricas económicas pelos vários domínios de gestão e protecção do ambiente. De igual modo, verifica-se que as nomenclaturas existentes, ao nível da classificação institucional, funcional e económica, não permitem também esse tipo de ventilação.

Assim, para a recolha de informação relativa à despesa total em gestão e protecção do ambiente, analisaram-se para o período considerado, as Contas da Região Autónoma

dos Açores (1989-1992) e da Região Autónoma da Madeira (1989-1992), nomeadamente para esta última, o PIDDAR (Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração da Região Autónoma da Madeira) e o POP-RAM (Programa Operacional Plurifundos da Região Autónoma da Madeira).

Para a Região Autónoma dos Açores, e na impossibilidade de se isolar os valores relativos à despesa total em gestão e protecção do ambiente (e dessa forma definir a estrutura por grandes agregados económicos, e os domínios correspondentes), considerou-se o valor total da despesa da Secretaria Regional do Turismo e Ambiente, conseguindo-se deste modo a identificação e quantificação dos valores a apurar.

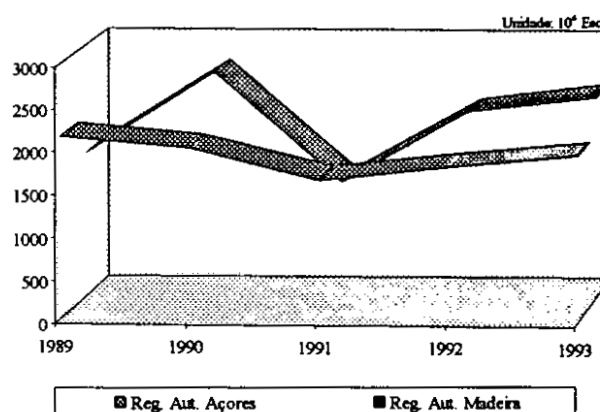
2.3.2. Análise dos Dados

A despesa total em gestão e protecção do ambiente da Região Autónoma dos Açores, decresceu entre 1989 e 1993, apresentando uma taxa de crescimento médio anual de -1,9%. Até 1991 essa taxa foi de -8,6%, manifestando, a partir daí, uma evolução positiva com pequenos acréscimos anuais até 1993 (+5,9%). Em 1993 atingiu-se o valor de 1 937,4 milhares de contos, sendo o domínio "Protecção do Recurso Água", aquele que assumiu maior expressão na despesa total.

Na Região Autónoma da Madeira, a despesa total em gestão e protecção do ambiente caracterizou-se ao longo do mesmo período de tempo, por uma certa instabilidade. Apesar de se ter verificado uma taxa de crescimento médio anual de +7,1%, observaram-se valores muito dispersos em 1990 (2 669,8 milhares de contos), em 1991 (1 356,5 milhares de contos) e em 1993 (2 382,5 milhares de contos).

Partindo do pressuposto que a despesa total e em gestão e protecção do ambiente evoluirão da mesma forma, foram calculadas relativamente ao ano de 1992, estimativas das despesas, utilizando-se respectivamente, o índice de valor do consumo colectivo, e o índice de valor de FBCF das Administrações Públicas (CGE de 1991/92).

Gráf.10 - Despesas das Regiões Autónomas, em gestão e protecção do ambiente 1989-1993



2.4. Administração Local

2.4.1. Metodologia

A Administração Local reúne diversos órgãos deste nível de administração, dos quais destacamos os Municípios, os Serviços Autónomos da Administração Local e potencialmente as Instituições Particulares sem Fins Lucrativos da Administração Local. Estas últimas, de acordo com o sistema de informação definido para o ambiente pelo EUROSTAT, têm um tratamento individualizado, agrupando as Instituições Particulares sem Fins Lucrativos da Administração Central e Local.

Na Administração Local, é de salientar o papel de extrema importância desempenhado pelos Municípios na gestão e protecção do ambiente. Dado a sua competência em matéria de execução e gestão dos seus próprios orçamentos, a realização de um inquérito específico junto destes organismos, foi a forma encontrada mais adequada visando a recolha de dados financeiros relativos à gestão e protecção do ambiente.

Realizando-se (“Inquérito ao Ambiente”) pelo INE desde 1989, a aprovação da nova “Classificação Estatística Europeia das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente” pelo Conselho Económico e Social das Nações Unidas em Junho de 1994, implicou a necessidade de reformulação deste inquérito, nomeadamente, quanto à divisão dos domínios e à desagregação das rubricas dos agrupamentos económicos.

A classificação económica utilizada, assemelha-se bastante à da Administração

Central, classificando-se desta forma, todo o tipo de despesas, em despesas correntes e de capital.

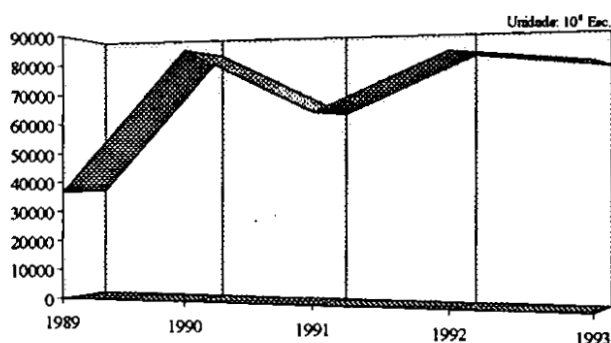
Dado o carácter exaustivo desta operação estatística e no sentido de obter uma série de dados estatísticos coerente, houve necessidade de proceder a estimativas dos dados em falta. Partindo do pressuposto, que a despesa total e em gestão e protecção do ambiente, evoluirão em valor da mesma forma, utilizou-se as seguintes metodologias: calcularam-se índices de valor tendo por base as Contas de Gerência das Câmaras Municipais em falta, distinguindo entre despesas correntes e de capital; na impossibilidade do cálculo atrás referido, obtiveram-se estimativas dessas despesas, através do índice do consumo colectivo das Administrações Públicas para as despesas correntes, e do índice de valor para o investimento da Administração Local (CGE/estimativa de execução).

Relativamente ao “Inquérito ao Ambiente/93” (dados financeiros), não foram obtidas respostas das seguintes Câmaras Municipais: Região Centro (Ílhavo, Ovar, Covilhã, Fundão, Idanha-a-Nova, Condeixa-a-Nova, Tábua, Vila Nova de Poiares, Fornos de Algodres, Marinha Grande); Região de Lisboa e Vale do Tejo (Amadora, Setúbal, Torres Novas, Entroncamento); Açores (Lajes do Pico, Madalena, Ponta Delgada, Ribeira Grande, Vila Franca do Campo); Madeira (Machico, Santa Cruz, Porto Santo).

2.4.2. Análise dos Dados

Em Portugal, a evolução das despesas em gestão e protecção do ambiente, apresentou uma certa instabilidade, apesar de se ter verificado entre 1989 e 1993, uma taxa de crescimento média anual positiva (+16,5%). O pico do quinquénio em análise atingiu-se em 1990, com o valor de 84 566,1 milhares de contos, do qual se destacou o domínio “Protecção do Recurso Água” (72,9%) do total. Contrariando a tendência geralmente positiva verificada no quinquénio, o total da despesa em 1991, registou uma quebra de 25,1% relativamente ao ano transacto. A partir de então e até 1993, retomou-se a taxa de crescimento médio anual de +7,6%.

Gráf. 11 - Despesas da Administração Local (Municípios), em gestão e protecção do ambiente 1989-1993

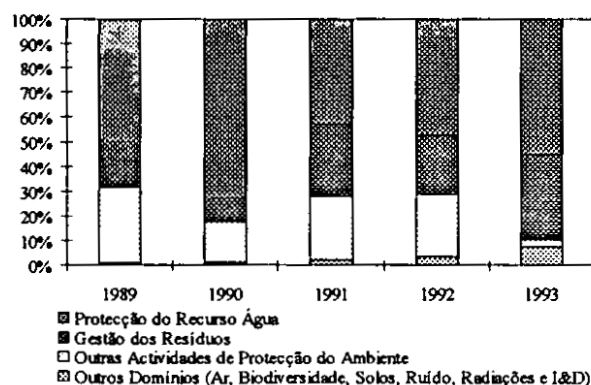


O crescimento das despesas mostrou-se pouco homogêneo ao nível dos diversos domínios considerados. Assim, em termos estruturais, os domínios “Protecção do Recurso Água”, e “Gestão dos Resíduos”, absorveram em 1993, 45,4% e 28,6%, respectivamente, das despesas em Portugal, o que revela a grande importância que estes assumem na definição da política ambiental.

O domínio “Gestão dos Resíduos”, evoluiu positivamente entre 1989 (18,2%) e 1993 (28,6%), a uma taxa de crescimento médio anual de +32,6%. A “Protecção da Qualidade do Ar e Clima”, apresentou a maior taxa de crescimento médio anual ao longo do período

1989-1993 (de 0,02% para 0,3% do total da despesa), apesar de ser pouco significativo o seu peso no total. Os domínios “Protecção da Biodiversidade e Paisagens” e “Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas” que representavam 0,7% e 0,2% em 1989, passaram a 4,9% e 0,8%, respectivamente, das despesas totais observadas em 1993. No mesmo período de tempo, o domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” registou uma quebra muito acentuada, decrescendo de 30,6% em 1989, para 2,4% em 1993, da despesa total. De notar que de 1990 para 1991 houve um acréscimo de aproximadamente 9 pontos percentuais relativamente ao total, verificando-se uma quebra significativa em valor entre 1992 e 1993 (89,1%). As despesas em “Protecção contra o Ruído e Vibrações” contribuíram, em 1993, apenas com 0,02%.

Gráf. 12 - Despesas da Administração Local (Municípios), segundo os domínios de gestão e protecção do ambiente 1989 - 1993

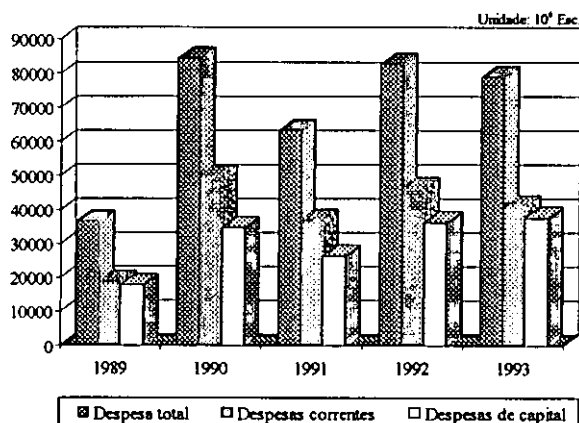


Analisando as componentes das despesas, constata-se que, ao longo do período 1989-1993, o peso das despesas correntes atingiu um máximo em 1990 (59,0% correspondente a 49 901,8 milhares de contos), tendo a partir de então, decrescido sucessivamente até 1993 (52,3% correspondente a 41 205,1 milhares de contos). Naturalmente as despesas de capital apresentaram um comportamento inverso, ou



seja, registaram uma quebra em termos percentuais em 1990 (7,3 pontos), tendo a partir de então, aumentado a uma taxa de crescimento médio anual de +2,1%.

Gráf. 13 - Despesas da Administração Local (Municípios), em gestão e protecção do ambiente 1989-1993



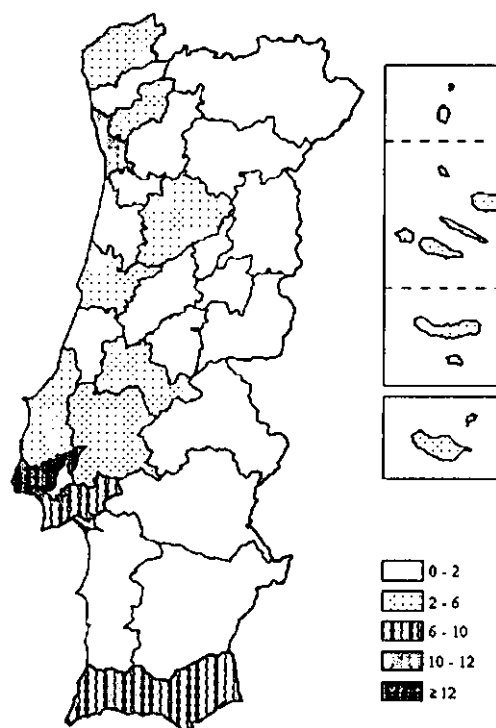
A execução orçamental em 1993 das despesas em gestão e protecção do ambiente dos Municípios, atingiu o valor total de 78 830,8 milhares de contos, o que representa um decréscimo de 4,7% (3 877,5 milhares de contos), relativamente ao ano transacto. Nos agrupamentos de despesa com maior peso relativo sobressaem as “Despesas com o pessoal” (Remunerações), a “Aquisição de bens de capital”, “Outras despesas de capital” e “Aquisição de bens e serviços correntes”, com 31,7%, 31,4%, 13,7% e 7,9%, respectivamente, da despesa total. Seguem-se-lhes as “Outras despesas correntes” e as “Despesas com o pessoal” (Contribuições para a Segurança Social), representando estas, no seu conjunto 11,2% da despesa.

No período 1989-1993, as regiões Norte e LVT, que apresentavam as maiores despesas em ambiente, registaram taxas de crescimento médio anual de +10,4% e +28,1%, respectivamente. Observou-se nos Açores, a maior taxa de crescimento médio anual (+39,2%) e a menor na Madeira com apenas +1,6%.

A distribuição regional da despesa em gestão e protecção do ambiente para o ano de 1993, permite constatar que esta se concentra na

região de LVT (47,5%), assinalando-se também uma significativa representação da região Norte (22,6%). O conjunto das restantes regiões do País totaliza 29,9% do total. Em 1993, as despesas correntes variaram entre o máximo registado em LVT (19991,3 milhares de contos) e o mínimo na região Autónoma dos Açores (679,4 milhares de contos), registando as despesas de capital, o máximo na região de LVT (17 476,7 milhares de contos) e o mínimo na Região Autónoma da Madeira (510,3 milhares de contos).

Fig.1 - Despesas da Administração Local (Municípios) em gestão e protecção do ambiente (%) 1993

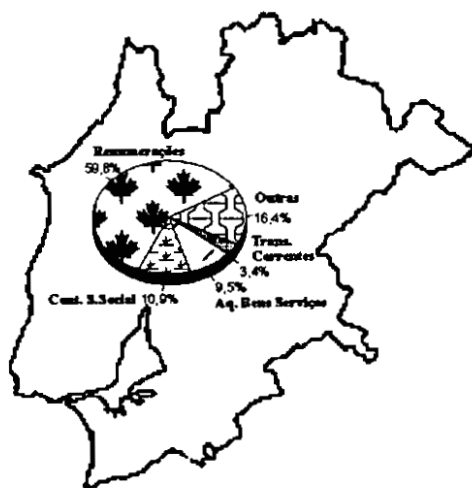


Na região de LVT as “Despesas correntes” (Remunerações) representaram, em 1993, 59,8% das despesas correntes, seguindo-se as “Outras despesas correntes” (16,4%), as “Despesas correntes” (Contribuições para a Segurança Social) (10,9%), a “Aquisição de bens e serviços” (9,5%) e as “Transferências correntes” (3,4%). De referir que se verificou idêntica estrutura da despesa para as restantes regiões (à excepção do Norte e Açores), sendo o peso relativo das despesas correntes para o País, em média 52,7%.



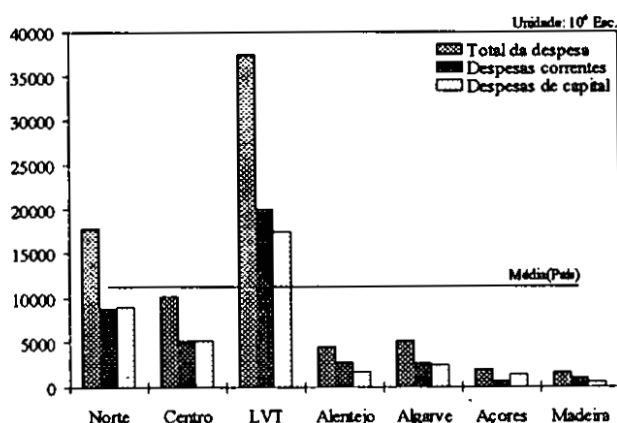
Nas regiões Norte e Açores, o esforço de investimento foi maior, registando-se em ambas, um maior peso relativo das despesas de capital em relação ao total, representando estas em média, para o conjunto das regiões, 47,3% da despesa total.

Fig. 2 - Estrutura das despesas correntes em gestão e protecção do ambiente na região LVT 1993



A despesa média por região, foi de 11 261,5 milhares de contos, posicionando-se apenas as regiões de LVT e Norte acima dessa média.

Gráf. 14 - Despesas da Adm. Local (Municípios), em gestão e protecção do ambiente, segundo a distribuição geográfica 1993



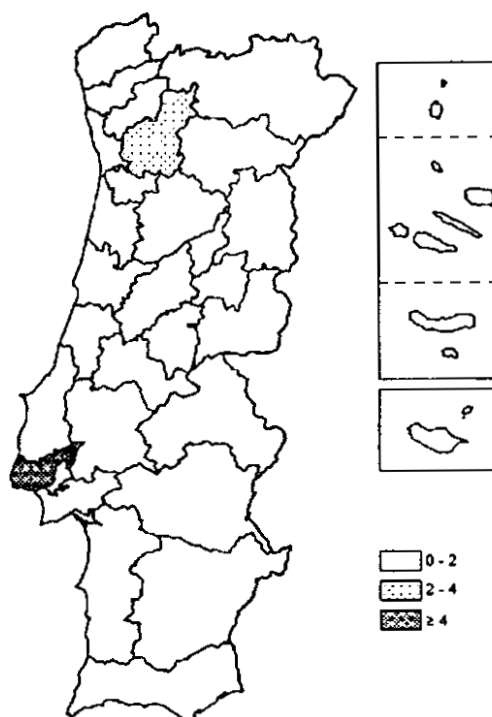
Os domínios mais representativos na despesa em gestão e protecção do ambiente são analisados mais detalhadamente, nomeadamente, "Protecção da Qualidade do Ar e Clima", "Protecção do Recurso Água", "Gestão dos Resíduos", "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas", "Protecção da

Biodiversidade e Paisagens" e "Outras Actividades de Defesa do Ambiente".

Domínio "Protecção da Qualidade do Ar e Clima"

Mais de 95,0% das despesas dos municípios, reportada ao domínio "Protecção da Qualidade do Ar e do Clima", está concentrada na região de LVT, nomeadamente, na região da Grande Lisboa (94,24%). A região do Tâmega, assume de igual modo uma certa importância, com cerca de 3,13% da despesa total.

Fig. 3 - Despesas da Administração Local (Municípios), no domínio "Protecção da Qualidade do Ar e Clima" (%) 1993



A análise das despesas por classificação económica, revela para o ano de 1993, um comportamento diferenciado ao nível das "Despesas correntes" e das "Despesas de capital". Assim, enquanto as "Despesas correntes" registaram um aumento significativo (38,4 pontos percentuais) relativamente ao ano transacto, já as "Despesas de capital" tiveram um comportamento inverso. Relativamente às "Despesas correntes", constata-se para o período em análise, uma certa instabilidade na



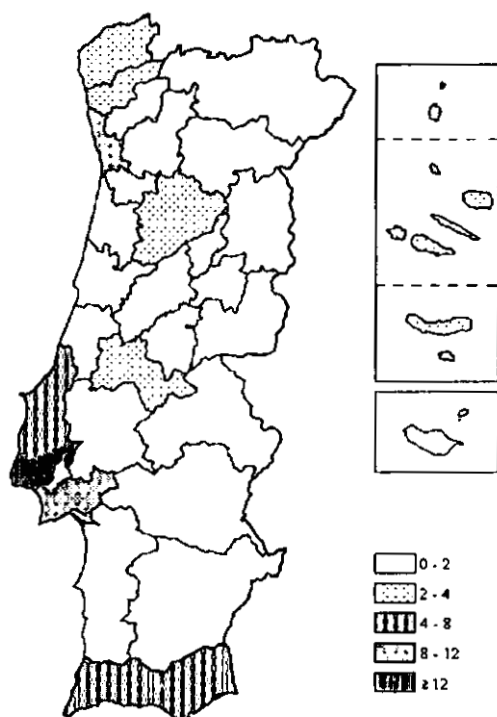
sua evolução. Registando uma evolução positiva no período de 1989-1991 (taxa de crescimento anual de 146,0%), verifica-se em 1992 uma quebra substancial (46,4%), retomando em 1993 um aumento significativo, equivalente a 200,2 milhares de contos.

As “Despesas de capital” apresentaram comportamento inverso, registando sucessivas quebras no período 1989-1992. Verifica-se igualmente que, é no ano de 1992, aquele onde se regista o menor peso relativo das “Despesas correntes” (14,7%), no total. Para o ano de 1993, os agrupamentos das despesas com maior peso relativo, são: as “Despesas correntes” (Remunerações, 61,0%), as “Aquisições de bens e serviços correntes” e “Aquisições de bens de capital” (17,8% e 14,2%, respectivamente), representando as restantes rubricas económicas, 7,0% do total.

Domínio “Protecção do Recurso Água”

As despesas dos Municípios em 1993, no domínio “Protecção do Recurso Água”, ascendeu a 43 457,3 milhares de contos. Analisando a distribuição regional das despesas, constata-se que estas se destinam

Fig. 4 - Despesas da Administração Local (Municípios), no domínio “Protecção do Recurso Água” (%)
1993



sobretudo à região de LVT (50,5%), na qual, as regiões da Grande Lisboa e Península de Setúbal assumem 31,2% e 9,4%, respectivamente. Observa-se igualmente uma significativa representação da região Norte (23,6%). No seu conjunto estas duas regiões ocupam mais de 74,0% das despesas neste domínio. O Algarve e o Alentejo representam 6,3% e 4,8%, respectivamente, como se pode observar no cartograma. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira contribuem com 2,9% da despesa total. Assim, da observação do cartograma, verifica-se a oposição por um lado, do litoral urbano, densamente povoado e onde as despesas no domínio “Protecção do Recurso Água” são elevadas; ao interior, caracterizado pela menor importância do aspecto atrás referido.

Relativamente às componentes das despesas, regista-se a diminuição do peso relativo das “Despesas correntes” no período 1989-1991 (126,9% de 1989 para 1991) verificando-se seguidamente, e até 1993, um crescimento significativo (taxa de crescimento médio anual de 24,7%).

A evolução das “Despesas de capital” registou (à excepção do ano de 1992) pequenos decréscimos até 1993, correspondendo neste ano a 62,0% do total das despesas (26 927,6 milhares de contos). Em 1993, as “Aquisições de bens de capital, e as “Outras despesas de capital” representaram no conjunto 55,6%, sendo o peso relativo das “Despesas de capital” (Remunerações) igual a 20,0%, do total.

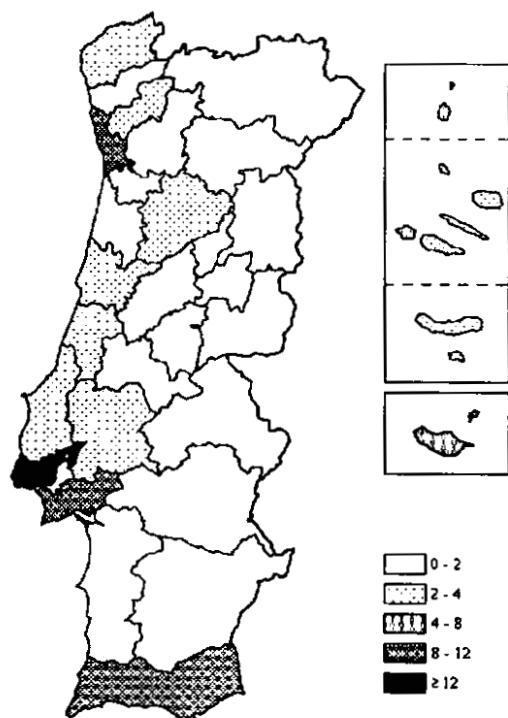
Domínio “Gestão dos Resíduos”

Apesar de se observar uma certa dispersão das despesas no domínio “Gestão dos Resíduos”, verifica-se que a região de LVT demarca-se das restantes regiões, representando 42,7% do total das despesas. A região da Grande Lisboa concentra por si só 26,0% do total. As Regiões Autónomas representam conjuntamente 8,4% da despesa total neste domínio. À semelhança do verificado relativamente às despesas dos Municípios, no domínio “Protecção do Recurso Água”, podemos de igual modo, distinguir dois pólos, nomeadamente o litoral,



densamente povoado, e em oposição, a zona interior do País com uma fraca prestação para o total das despesas neste domínio

Fig. 5 - Despesas da Administração Local (Municípios), no domínio "Gestão dos Resíduos" (%) 1993



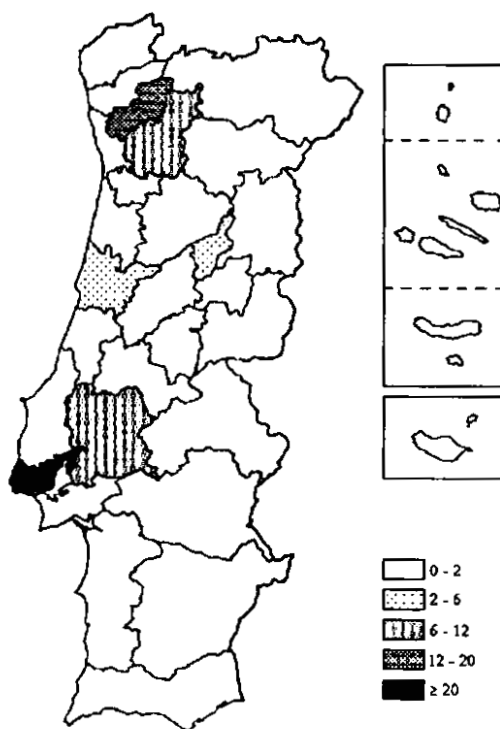
A análise das componentes da despesa total para este período, regista em 1993 (relativamente a 1989) um aumento de 18,5 pontos percentuais do peso relativo das "Despesas correntes" (taxa de crescimento médio anual 32,6%), sendo neste ano igual a 74,3% do total (20 314,9 milhares de contos). Verifica-se igualmente em 1991 um significativo peso destas despesas no total (77,0%), correspondendo a uma variação relativamente a 1990 de 129,4%.

Naturalmente as "Despesas de capital" apresentaram um comportamento inverso, registando em 1991 o menor contributo para o total da despesa (23,0%), verificando-se de seguida um aumento até 1993 (25,0%), à taxa de crescimento médio anual de 13,9%. Em 1993 a distribuição das despesas segundo a classificação económica, regista o elevado contributo das "Despesas correntes" (Remunerações, 52,3%), sendo o peso relativo das "Aquisições de bens e serviços correntes" e "Aquisições de bens de capital", 11,9% e 19,0%, respectivamente, do total.

Domínio "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas"

A despesa nacional em 1993, no domínio "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas" tem origem na sua maioria na região de LVT (60,0%), sendo o contributo da Grande Lisboa de 49,1%. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, assumem no seu conjunto 0,1% dessa despesa. A região Norte ocupa a segunda posição (29,1%), seguindo-se a zona Centro (9,4%), o Alentejo (0,7%) e o Algarve (0,7%).

Fig. 6 - Despesas da Administração Local (Municípios), no domínio "Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas" (%) 1993



A análise das despesas por agregados económicos neste domínio, regista em 1990, o maior peso relativo das despesas correntes no total (60,5%), tendo-se verificado neste ano um aumento significativo de 28,6 pontos percentuais relativamente ao ano de 1989. As despesas de capital registaram para o período em análise uma evolução positiva (taxa de crescimento médio anual 69,7%), contribuindo em 1993 com 68,2% do total das despesas (516,7 milhares de contos).

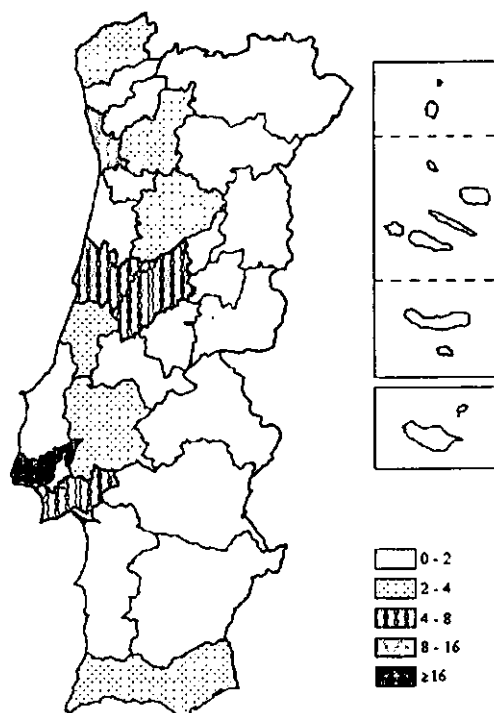


Registe-se em 1993, o elevado contributo das “Aquisições de bens de capital” e “Outras despesas de capital”, representando no conjunto 63,5%, da despesa total.

Domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagens”

A despesa total no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagens” concentra-se principalmente em três regiões: região de LVT (49,0%), Norte (25,8%) e Centro (18,9%). As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira representam no seu conjunto 1,4% do total.

Fig. 7 - Despesas da Administração Local (Municípios), no domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagens” (%) 1993

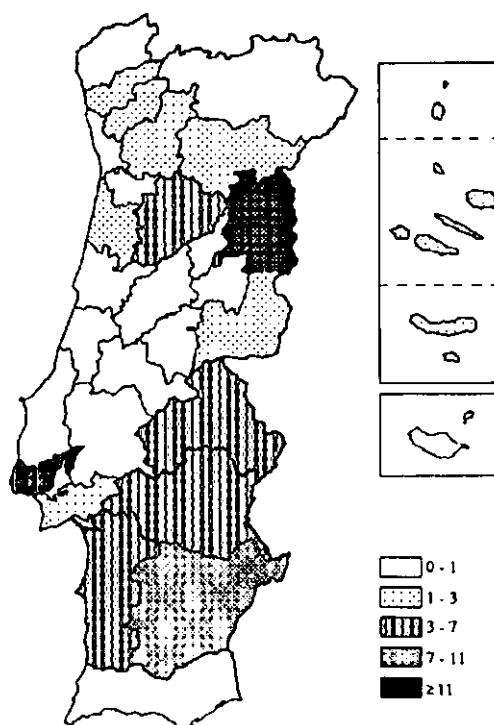


A análise dos agregados económicos, regista uma evolução instável para o período em referência. De salientar o facto de em 1991, o peso relativo das despesas correntes ser 91,0% (do total), verificando-se em 1993 uma diminuição do contributo destas (51,9%), reflectindo neste ano o valor de 2 444,2 milhares de contos. Em 1993, o peso relativo das “Despesas correntes” (Remunerações) no total é 23,4%, correspondendo as “Aquisições de bens de capital, e “Outras despesas de capital” a mais de 37,1% do total da despesa.

Domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”

Contrariamente ao que se observa para os domínios previamente analisados, torna-se interessante observar que as despesas em “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” repartem-se mais homoganeamente pelo território nacional. Apesar disso, a sua distribuição assume papel preponderante a sul e centro do País. Assim, constata-se que mais de 91,9% da despesa total está concentrada nas regiões de LVT, Centro e Alentejo (36,3%, 31,4% e 24,3%, respectivamente). O Norte (6,2%), os Açores (1,2%) e o Algarve (0,6%), constituem as regiões com menor representatividade ao nível da despesa nacional no âmbito deste domínio. Relativamente à composição dos agregados das despesas, verificou-se para o período em análise, a perda do peso relativo das despesas correntes (83,2% em 1989 para 63,8% em 1993), enquanto que o referente às despesas de capital tem evoluído de uma forma instável, registando o mínimo em 1989 (16,7%) e o máximo em 1993 (36,2%).

Fig. 8 - Despesas da Administração Local (Municípios), no domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente” (%) 1993



2.5. Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos

2.5.1. Metodologia

As Instituições Particulares sem Fins Lucrativos da Administração Central e Local, são constituídas por organismos exercendo actividades não mercantis, cuja maioria dos recursos provêm dos financiamentos do Estado, dos órgãos regionais ou dos municípios. As instituições, que, tendo um papel activo na gestão e protecção do ambiente, podem ser classificadas neste sector são: as “Associações e outras Entidades de Bombeiros” e as “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”.

Para a análise do sector, foram recolhidos dados relativos ao período 1989-1993, recorrendo-se a diferentes metodologias. Deste modo, os dados das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, referentes ao período 1989-1991, por agregados económicos (despesas correntes e despesas de capital), foram recolhidos pelo GEPAT, tendo os dados referentes ao ano de 1992, sido estimados através do cálculo de índices de valor para as despesas correntes e de capital. Foram utilizados, respectivamente, os índices de valor do consumo colectivo, e de FBCF das Administrações Públicas (CGE de 1991-1992).

Relativamente ao período de 1989-1992, das “Associações e outras Entidades de Bombeiros”, foi seguida uma metodologia de recolha de dados, que consistiu na afectação do total da despesa aos agentes financiadores dessa mesma despesa, nomeadamente, organismos da Administração Central (Serviço Nacional de Bombeiros e Fundos Privativos da CGE) e da Administração Local (Municípios). Para esse efeito foram recolhidos dados de operações económicas destes organismos e ainda das Estatísticas das Finanças Públicas (INE).

O papel desempenhado por estas instituições, na gestão e protecção do ambiente, nomeadamente, as “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, através de acções pedagógicas, de sensibilização e esclarecimento junto das populações, e das “Associações e outras Entidades de Bombeiros”, cujo papel de combate aos fogos florestais, é de importância vital para a conservação e protecção da natureza e espécies, afigurou-se indispensável a recolha directa de informação específica e desagregada, no sentido de a melhor identificar esta despesa. Assim, no âmbito do programa estatístico comunitário, o INE realizou em 1994, para recolha de informação relativa ao ano de 1993 (com base em ficheiros cedidos pelo SNB e pelo IPAMB), inquéritos junto das IPSFL, cujo principal objectivo foi a recolha de dados físicos e financeiros, relativos às actividades desenvolvidas. Pretende-se desta forma, suprir algumas insuficiências, nomeadamente, melhorar a ventilação das despesas pelos vários domínios, superar limitações existentes ao nível das nomenclaturas, identificar transferências por categoria de destinatário e por actividade característica, etc.

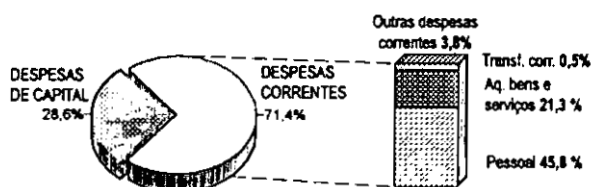
Estes inquéritos, cuja periodicidade é anual, inscreve-se num programa mais vasto de produção de informação económica, relativa à despesa em gestão e protecção do ambiente, por parte dos vários sectores institucionais, nomeadamente, a execução das “Contas do Ambiente”. As unidades em falta relativamente aos dois inquéritos foram: “Inquérito às Associações e outras Entidades de Bombeiros” - IRB/Norte (11), IRB/Centro (6), IRB/LVT (6), IRB/Alentejo (2), IRB/Açores (6); “Inquérito às Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente - Região Norte (6), Região Centro (2), Região LVT (7), Região Alentejo e Algarve (2), R.A.Açores (1).

2.5.2. Análise dos Dados

2.5.2.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros

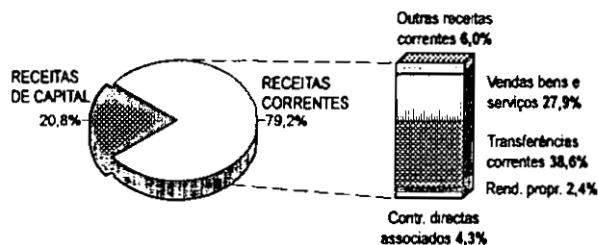
Em 1993, as despesas dos Corpos de Bombeiros ultrapassam 25 milhões de contos, dos quais as “Despesas correntes” representam 71,4%, enquanto que as “Despesas de capital” atingem unicamente 28,6%. Do agregado despesas correntes, são as “Despesas com o pessoal” que preenchem a maior fatia com 45,8%, enquanto que, a “Aquisição de bens e serviços” e “Outras despesas correntes” representam 21,3% e 3,8%, respectivamente, da despesa total.

Gráf. 15 - Estrutura das despesas, dos Corpos de Bombeiros (1993)



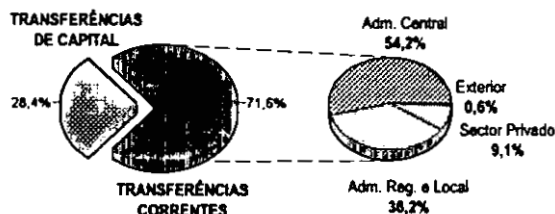
Analisando a composição das despesas de capital, verifica-se que é significativa a parte correspondente à “Aquisição de bens de capital” (Investimentos 26,1%), representando as “Transferências de capital” e “Outras despesas de capital”, no seu conjunto, apenas 3,6%, do total da despesa. O financiamento destas instituições para o ano de 1993, provém na sua maioria das receitas correntes (79,2% do total), quedando-se as receitas de capital pelos 21,0%. É significativa a parte da despesa financiada pelas “Transferências correntes” e “Venda de bens e serviços” (38,6% e 28,0%, respectivamente), cuja contribuição, em conjunto com as “Transferências de capital” (15,3%) totaliza mais de 80,0% das receitas totais. Seguem-se-lhes, por ordem de grandeza, as “Outras receitas correntes” (6,0%), enquanto que as “Contribuições directas dos associados” representam apenas 4,3% do financiamento dos Corpos de Bombeiros.

Gráf. 16 - Estrutura das receitas, dos Corpos de Bombeiros (1993)



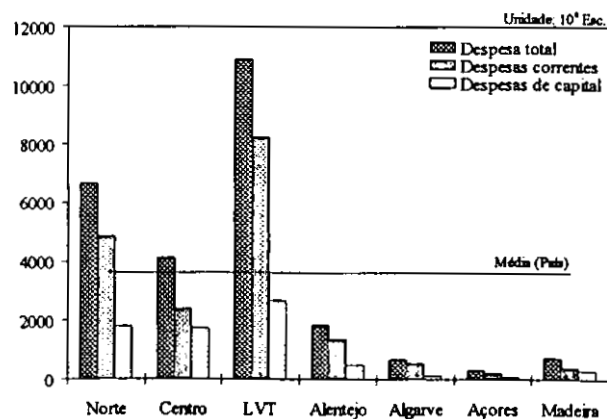
De salientar a importância da Administração Central no financiamento da despesa, já que, a parte correspondente às transferências (correntes e de capital) por parte deste sector institucional, representam no seu conjunto, mais de 28,4% do total das receitas.

Gráf. 17 - Estrutura das transferências, relativas ao financiamento dos Corpos de Bombeiros (1993)



Geograficamente, a localização da despesa concentra-se essencialmente nas regiões de LVT e Norte, com um total de 17,5 milhões de contos (70,0% do valor total).

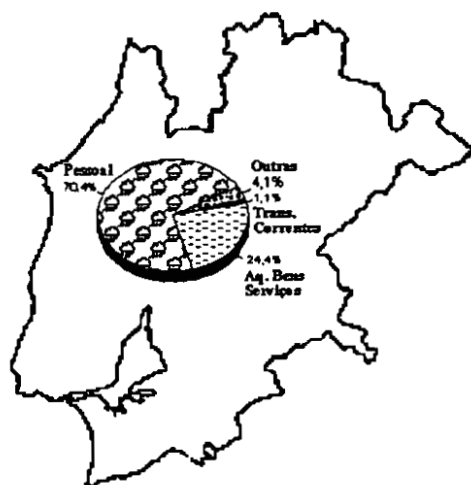
Gráf. 18 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (1993)





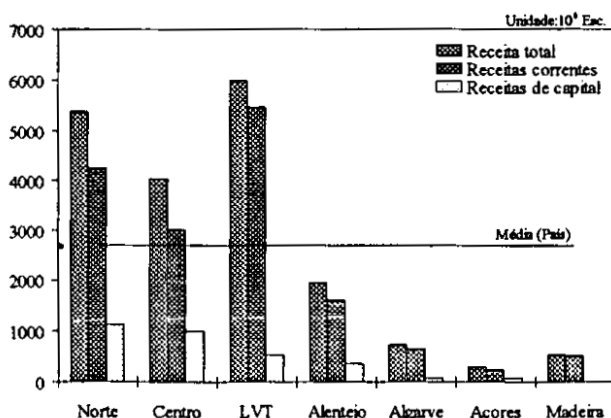
Na região de LVT as “Despesas com o pessoal” ascenderam a 70,4% das despesas correntes, seguindo-se-lhe a “Aquisição de bens e serviços”, “Outras despesas correntes” e “Transferências correntes” (24,4%, 4,1% e 1,1%, respectivamente).

Fig. 9 - Despesas dos Corpos de Bombeiros, na região de LVT (1993)



Relativamente à distribuição das despesas ao nível das regiões, verifica-se que mais de 58,0% da despesa total, está concentrada em 20,0% das regiões (Grande Porto, Tâmega, Baixo Vouga, Oeste, Grande Lisboa e Península de Setúbal), as quais estão apetrechadas, em 1993, com mais de 100 viaturas auxiliares e de socorros a incêndios, tendo ocorrido mais de 570 fogos florestais. Regionalmente, a estrutura das receitas, apresenta dispersão idêntica ao total do País, variando entre 7004,2 milhares de contos na região de LVT, e apenas 308,9 milhares de contos na região dos Açores (relação de 1 para 23).

Gráf. 19 - Receitas dos Corpos de Bombeiros, por NUTS II (1993)

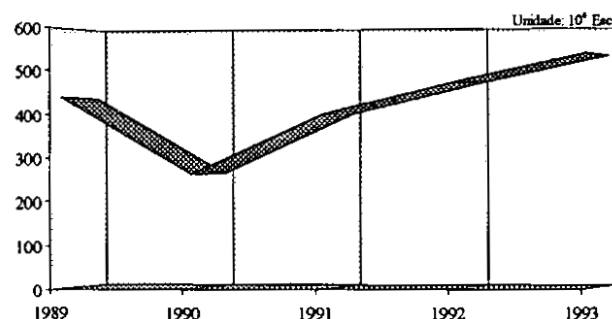


A receita total distribui-se essencialmente pelas regiões de LVT (35,1%), e Norte (27,0%), representando o conjunto das restantes regiões do País, aproximadamente, 37,9%.

2.5.2.2. Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente

A evolução da despesa das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, registou alguma oscilação durante o período em análise, resultando numa taxa de crescimento média anual de +4,1%. O ano de 1993 aponta para uma subida de +22,2% na despesa global relativamente a 1989, reflectindo neste ano, o valor de 535,9 milhares de contos, continuando assim a tendência de crescimento registada nos últimos três anos.

Gráf. 20- Despesas das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente 1989-1993

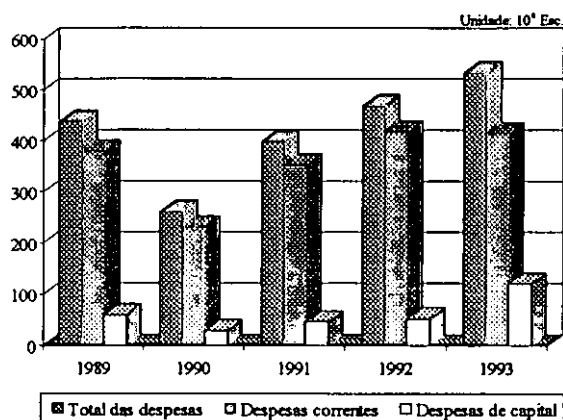


No período 1989-1993, as “Despesas correntes” acompanham a evolução positiva da despesa total, com uma taxa de crescimento médio anual de +1,8%, atingindo em 1993 os 415,4 milhares de contos.

As “Despesas de capital”, depois de uma variação negativa de -49,1% entre 1989 e 1990, passaram a registar uma tendência de crescimento semelhante à das despesas correntes, atingindo o pico do quinquénio 1989-1993, em 1993 com 120,5 milhares de contos.



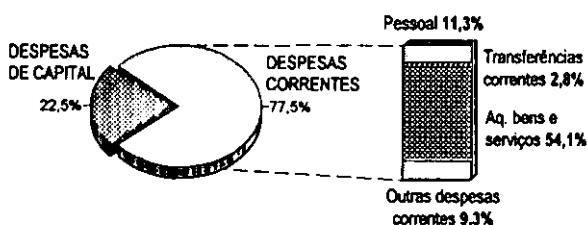
Gráf. 21 - Despesas das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, em gestão e protecção do ambiente 1989-1993



Em 1993, a parte das despesas correntes destas instituições eleva-se a 77,5% do total, sendo a “Aquisição de bens e serviços” bastante significativa (54,1% do total da despesa). Seguem-se por ordem de grandeza as “Despesas com o pessoal” (11,3%), “Outras despesas correntes” (9,3%), sendo o peso relativo das “Transferências correntes” apenas 2,8% da despesa total.

Das rubricas incluídas em despesas de capital, constata-se que as “Despesas de capital” (Investimentos) atingiram 11,4% da despesa total, enquanto que as operações financeiras e “Outras despesas de capital” representam no seu conjunto, 11,1% do total.

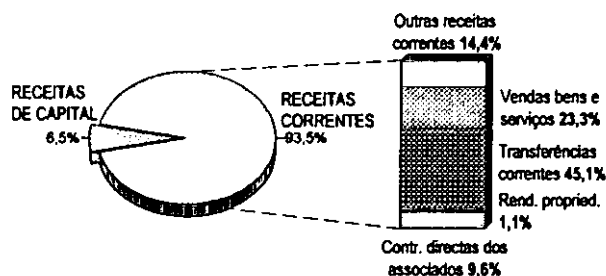
Gráf. 22 - Despesas das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, segundo os agregados económicos 1993



O financiamento das despesas consegue-se sobretudo através das “Transferências” correntes e de capital, as quais representam, respectivamente, 45,1% e 4,6% do total das receitas, destacando-se o papel da

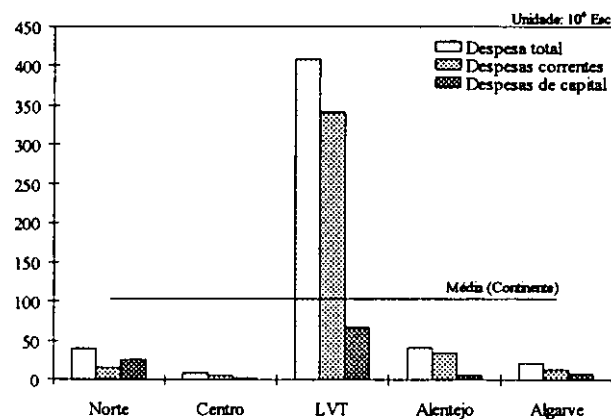
Administração Central e Local, neste financiamento. A parte das despesas correntes financiada pela “Venda de bens e serviços”, eleva-se a 23,3%. As “Contribuições directas dos associados”, e “Outras receitas correntes” representam 9,6% e 14,4%, respectivamente. As operações financeiras totalizam 1,8% das receitas de capital, verificando-se que o conjunto das “Vendas de bens de investimento” e “Outras receitas de capital” apenas representam 0,1%.

Gráf. 23 - Receitas das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, segundo os agregados económicos 1993



No Continente, e para o ano de 1993, as despesas (535,9 milhares de contos), circunscrevem-se, quase que em exclusivo, à região de LVT (78,5%), sendo o peso relativo das restantes regiões apenas 21,5% do valor total das despesas.

Gráf. 24 - Despesa das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, por distribuição geográfica 1993

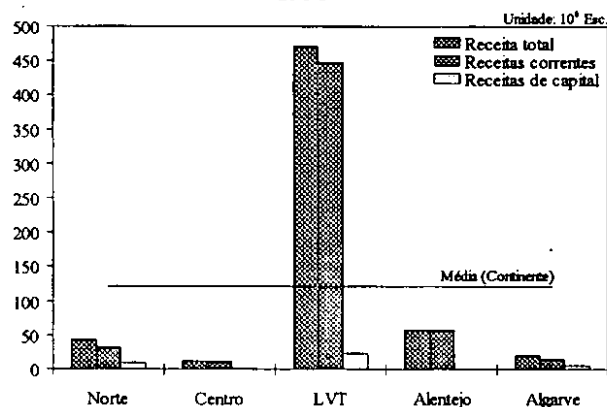


A distribuição das receitas pelas várias regiões (471,5 milhares de contos na região de LVT e



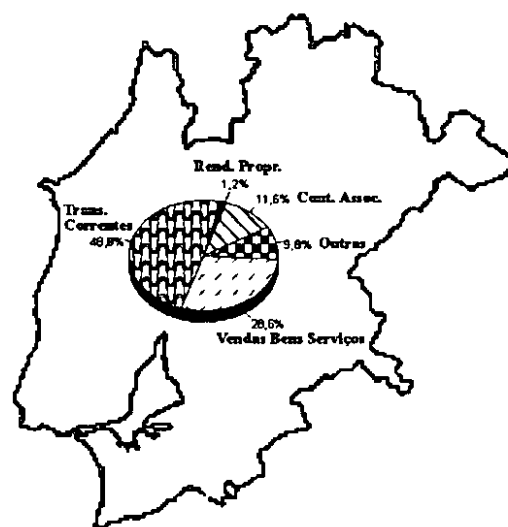
apenas 12,1 milhares de contos na região Centro, ou seja, uma relação de 1 para 39), permite concluir que se verificam significativas disparidades regionais.

Gráf. 25 - Receitas das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, por NUTS II 1993



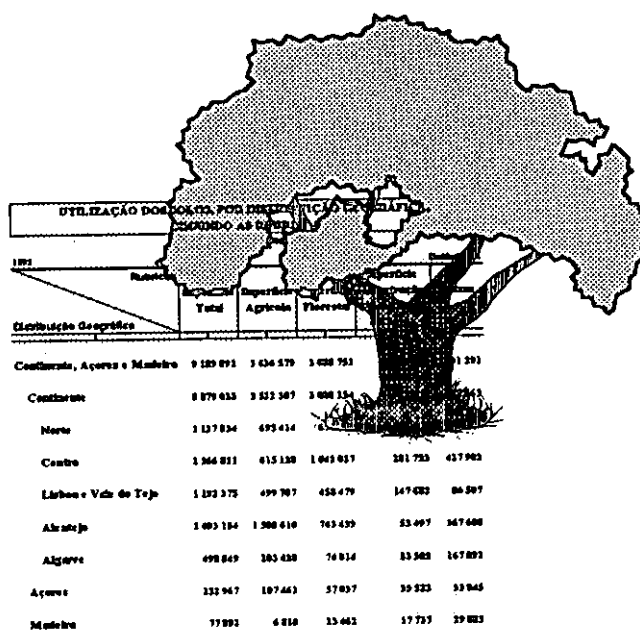
Na região de LVT as “Transferências correntes” e a “Venda de bens e serviços”, representam 48,8% e 28,6% das receitas correntes no Continente, verificando-se que as “Contribuições directas dos associados”, “Rendimentos de propriedades” e “Outras receitas correntes”, contribuem no seu conjunto com 22,6%, relativamente ao total das receitas no Continente.

Fig. 10 - Receitas das “Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente”, em LVT 1993



Similarmente ao verificado na estrutura da despesa, constata-se igualmente que a região LVT ocupa uma posição destacada no que se refere à receita (77,8%), relegando as regiões do Alentejo e Norte para participações de 9,6% e 7,1%, respectivamente. Finalmente o Algarve e o Centro, representam apenas, no seu conjunto, 5,5% do total.

Capítulo 3



F^{Dados}
FÍSICOS

3. Dados Físicos

3.1. Administração Local	61
3.1.1. Ocupação dos Solos	62
<i>3.1.1.1. Ocupação dos Solos, por Distribuição Geográfica, segundo as Rubricas</i>	62
<i>3.1.1.2. Superfície com Construção, Expectantes e Outras, por Distribuição Geográfica, segundo as rubricas</i>	63
3.1.2. Abastecimento de Água	64
<i>3.1.2.1. Abastecimento de Água, por Distribuição Geográfica, segundo as Rubricas</i>	64
<i>3.1.2.2. Estado Geral dos Órgãos pertencentes aos Abastecimento de Água, por Distribuição Geográfica</i>	67
3.1.3. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	69
<i>3.1.3.1. Drenagem e Tratamento de Águas Residuais, por Distribuição Geográfica, segundo as Rubricas</i>	69
<i>3.1.3.2. Estado Geral dos Órgãos pertencentes à Drenagem e ao Tratamento das Águas Residuais, por Distribuição Geográfica</i>	71
3.1.4. Recolha, Reciclagem, Deposição e Tratamento de Resíduos Urbanos	73
<i>3.1.4.1. Recolha, Deposição e Tratamento de Resíduos Urbanos, por Distribuição Geográfica, segundo as Rubricas</i>	73
<i>3.1.4.2. Materiais para Reciclagem, por Distribuição Geográfica, segundo o Local de Selecção e o Tipo</i>	75
<i>3.1.4.3. Estado Geral dos Órgãos pertencentes à Recolha, Deposição e Tratamento de Resíduos Urbanos, por Distribuição Geográfica</i>	77
3.2. Instituições Particulares Sem Fins Lucrativos	79
3.2.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros	80
<i>3.2.1.1. Número de Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo a sua Natureza</i>	80

3.2.1.2. <i>Número de Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo o Índice de Profissionalização</i>	81
3.2.1.3. <i>Número de Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Área Geográfica de Intervenção, segundo a sua Natureza</i>	82
3.2.1.4. <i>Número de Acções Desenvolvidas pelas Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo o Tipo de Serviço</i>	83
3.2.1.5. <i>Pessoal ao Serviço das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo a sua Natureza e Situação de Actividade no Quadro de Pessoal</i>	84
3.2.1.6. <i>Número de Viaturas de Socorros a Incêndios e Viaturas Auxiliares das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo a Natureza dos Corpos de Bombeiros</i>	85
3.2.2. Associações e Outras Instituições de Defesa do Ambiente	86
3.2.2.1. <i>Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica</i>	86
3.2.2.2. <i>Número de Associados de Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo a Natureza Jurídica</i>	87
3.2.2.3. <i>Actividades Desenvolvidas pelas Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Tipo de Actividade, segundo o Domínio de Gestão e Protecção do Ambiente</i>	88
3.2.2.4. <i>Actividades Desenvolvidas pelas Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo o Domínio de Gestão e Protecção do Ambiente</i>	90
3.2.2.5. <i>Actividades Desenvolvidas pelas Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo o Tipo de Actividade</i>	92
3.2.2.6. <i>Pessoal ao Serviço das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo o Tipo de Prestação de Serviço e Categoria Profissional</i>	94

3.1. Administração Local

**3.1.1.1 - OCUPAÇÃO DOS SOLOS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO AS RUBRICAS**

1993						Unidade: ha
Distribuição Geográfica	Rubricas	Superfície Total	Superfície Agrícola	Superfície Florestal	Superfície Construção Expectantes e Outros	Outras
		2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira		9 189 892	3 636 579	3 088 753	963 169	1 501 391
Continente		8 879 033	3 522 307	3 008 254	909 909	1 438 563
Norte		2 127 834	695 414	670 295	373 472	388 653
Minho-Lima		221 033	59 971	77 541	43 845	39 676
Cávado		124 262	32 075	38 554	40 409	13 224
Ave		123 775	43 595	36 350	32 070	11 760
Grande Porto		81 740	20 690	24 662	31 741	4 647
Tâmega		262 904	51 206	109 987	49 125	52 586
Entre Douro e Vouga		85 917	9 378	36 983	30 856	8 700
Douro		411 181	164 282	115 892	53 782	77 225
Alto Trás-os-Montes		817 022	314 217	230 326	91 644	180 835
Centro		2 366 821	615 138	1 042 027	281 753	427 903
Baixo Vouga		180 696	51 443	75 097	33 443	20 713
Baixo Mondego		206 240	69 931	90 274	31 183	14 852
Pinhal Litoral		174 083	34 490	79 140	24 571	35 882
Pinhal Interior Norte		261 747	44 953	131 311	40 481	45 002
Dão-Lafões		348 333	68 342	193 891	51 110	34 990
Pinhal Interior Sul		190 600	53 655	87 681	4 671	44 593
Serra da Estrela		87 164	13 469	22 276	4 152	47 267
Beira Interior Norte		406 882	104 516	99 276	82 937	120 153
Beira Interior Sul		373 812	139 634	186 386	5 087	42 705
Cova da Beira		137 264	34 705	76 695	4 118	21 746
Lisboa e Vale do Tejo		1 192 375	499 707	458 479	147 682	86 507
Oeste		251 279	142 334	65 491	28 546	14 908
Grande Lisboa		104 694	43 476	9 566	34 261	17 391
Península de Setúbal		151 954	53 264	55 113	25 417	18 160
Médio Tejo		257 661	106 722	111 630	28 540	10 769
Lezíria do Tejo		426 787	153 911	216 679	30 918	25 279
Alentejo		2 693 154	1 508 610	763 439	53 497	367 608
Alentejo Litoral		526 417	236 020	146 807	3 812	139 778
Alto Alentejo		593 673	305 289	207 094	25 782	55 508
Alentejo Central		722 725	463 960	207 944	14 012	36 809
Baixo Alentejo		850 339	503 341	201 594	9 891	135 513
Algarve		498 849	203 438	74 014	53 505	167 892
Açores		232 967	107 462	57 037	35 523	32 945
Madeira		77 892	6 810	23 462	17 737	29 883

**3.1.1.2 - SUPERFÍCIE COM CONSTRUÇÃO, EXPECTANTES E OUTRAS, POR
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS**

1993

Unidade: ha

Rubricas Distribuição Geográfica	Superfície com Construção, Expectantes e Outras						
	Total	Construção Habitacional e Comercial	Construção Industrial	Jardins e Outros Esp. Verdes	Para Fins de Saneamento Básico	Expectantes	Outras
1	2	3	4	5	6	7	8
Continente, Açores e Madeira	963 169	632 490	65 352	24 955	8 244	121 919	110 209
Continente	909 909	595 447	62 477	21 535	7 074	118 415	104 961
Norte	373 472	258 578	22 441	6 752	1 540	35 103	49 058
Minho-Lima	43 845	35 929	2 518	623	41	2104	2630
Cávado	40 409	16 211	581	143	22	6744	16708
Ave	32 070	16 361	2 483	407	116	1977	10726
Grande Porto	31 741	24 539	3 488	404	243	1603	1464
Tâmega	49 125	31 263	1 339	285	136	7138	8964
Entre Douro e Vouga	30 856	23 357	1 840	167	46	3321	2125
Douro	53 782	40 441	2 960	1 410	680	4836	3455
Alto Trás-os-Montes	91 644	70 477	7 232	3 313	256	7380	2986
Centro	281 753	172 463	20 148	5 660	1 521	50 775	31 186
Baixo Vouga	33 443	18 498	4 334	169	99	5429	4914
Baixo Mondego	31 183	22 241	2 632	282	90	2254	3684
Pinhal Litoral	24 571	15 399	722	254	132	5322	2742
Pinhal Interior Norte	40 481	25 027	2 849	1 119	177	6560	4749
Dão-Lafões	51 110	39 821	2 686	1 094	431	5624	1454
Pinhal Interior Sul	4 671	3 515	433	181	35	290	217
Serra da Estrela	4 152	2 331	122	508	11	977	203
Beira Interior Norte	82 937	39 099	5 379	1 670	525	23605	12659
Beira Interior Sul	5 087	3 422	394	128	10	661	472
Cova da Beira	4 118	3 110	597	255	11	53	92
Lisboa e Vale do Tejo	147 682	85 040	15 554	7 212	2 181	19 026	18 669
Oeste	28 546	17 006	2 445	1 596	282	4815	2402
Grande Lisboa	34 261	17 168	3 495	3 050	115	5500	4933
Península de Setúbal	25 417	10 598	3 369	1 009	1 414	2826	6201
Médio Tejo	28 540	19 391	3 242	727	256	2720	2204
Lezíria do Tejo	30 918	20 877	3 003	830	114	3165	2929
Alentejo	53 497	36 017	3 397	1 537	781	7 711	4 054
Alentejo Litoral	3 812	2 352	863	84	217	244	52
Alto Alentejo	25 782	21 354	839	231	199	844	2315
Alentejo Central	14 012	3 996	1 369	963	186	6377	1121
Baixo Alentejo	9 891	8 315	326	259	179	246	566
Algarve	53 505	43 349	937	374	1 051	5800	1994
Açores	35 523	27 909	1 675	1 420	367	2204	1948
Madeira	17 737	9 134	1 200	2 000	803	1300	3300

**3.1.2.1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO AS RUBRICAS**

1993

1993

Distribuição Geográfica	Rubricas	População (10 ³ habitantes)				Total de Captações	Caudal Total (10 ³ m ³)	Origens do Abastecimento				
		Total	Servida		Não Servida			Superficiais		Subterrâneas		Outras Origens (10 ³ m ³)
			Com abastecimento domiciliário	Com Fontanários				Captações (n°)	Caudal (10 ³ m ³)	Captações (n°)	Caudal (10 ³ m ³)	
Continente, Açores e Madeira		9 890	8 223	858	819	9 216	814 854	1 047	122 173	8 169	419 170	273 511
Continente		9 395	7 766	843	796	8 555	751 812	839	108 829	7 716	370 513	272 470
Norte		3 508	2 422	543	543	3 714	221 283	531	42 003	3 183	137 253	42 027
Minho-Lima		249	200	39	10	172	16 859	17	7 601	155	9 258	-
Cávado		361	217	126	18	365	13 873	8	3 903	357	9 710	260
Ave		470	225	103	142	142	12 144	8	4 342	134	7 438	364
Grande Porto		1 179	1 086	14	79	32	132 438	7	8 146	25	83 990	40 302
Tâmega		522	180	204	138	611	7 986	39	4 037	572	3 851	98
Entre Douro e Vouga		258	90	16	152	61	4 789	3	1 057	58	3 732	-
Douro		238	213	21	4	827	14 222	129	7 950	698	5 269	1 003
Alto Trás-os-Montes		231	211	20	-	1 504	18 972	320	4 967	1 184	14 005	-
Centro		1 715	1 416	181	118	2 904	115 462	213	40 286	2 691	73 944	1 232
Baixo Vouga		354	265	32	57	138	13 655	29	931	109	12 479	245
Baixo Mondego		329	296	12	21	50	24 062	4	396	46	23 598	68
Pinhal Litoral		225	175	30	20	67	19 419	2	3 060	65	15 857	502
Pinhal Interior Norte		136	118	8	10	462	6 721	38	2 950	424	3 771	-
Dão-Lafões		282	207	73	2	1 164	12 746	63	7 189	1 101	5 356	201
Pinhal Interior Sul		49	36	12	1	286	10 535	15	9 587	271	948	-
Serra da Estrela		53	51	2	-	119	4 593	14	2 510	105	2 017	66
Beira Interior Norte		116	104	9	3	305	7 213	32	3 675	273	3 388	150
Beira Interior Sul		80	79	-	1	101	4 668	7	4 338	94	330	-
Cova da Beira		91	85	3	3	212	11 850	9	5 650	203	6 200	-
Lisboa e Vale do Tejo		3 297	3 161	90	56	726	328 170	39	8 561	687	90 655	228 954
Oeste		360	339	22	9	205	29 787	17	3 913	188	18 732	7 142
Grande Lisboa		1 832	1 788	32	12	39	208 794	2	373	37	2 257	206 164
Península de Setúbal		649	619	20	10	118	57 008	15	2 650	103	40 358	14 000
Médio Tejo		225	196	12	17	221	14 550	5	1 625	216	12 298	627
Lezíria do Tejo		231	219	4	8	143	18 031	-	-	143	17 010	1 021
Alentejo		531	479	15	37	789	37 328	52	11 775	737	25 296	257
Alentejo Litoral		96	76	7	13	148	10 201	5	1 132	143	9 069	-
Alto Alentejo		126	121	3	2	272	7 400	8	1 561	264	5 584	255
Alentejo Central		170	154	1	15	219	10 661	7	3 857	212	6 802	2
Baixo Alentejo		139	128	4	7	150	9 066	32	5 225	118	3 841	-
Algarve		344	288	14	42	422	49 569	4	6 204	418	43 365	-
Açores		240	231	2	7	511	35 374	158	12 239	353	22 594	541
Madeira		255	226	13	16	150	27 668	50	1 105	100	26 063	500

3.1.2.1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS

(Continuação)

1993						
Distribuição Geográfica	Rubricas	Tratamento		ETA	Reservatórios	
	Total (10 ³ m ³)	Volume Tratado (10 ³ m ³)	Volume não Tratado		Total (n°)	Capacidade (10 ³ m ³)
	13	14	15	16	17	18
Continente, Açores e Madeira	804 952	594 567	210 385	753	7 345	165 463
Continente	744 304	556 135	188 169	721	6 801	162 063
Norte	220 140	174 862	45 278	171	2 577	29 647
Minho-Lima	16 879	12 491	4 388	38	206	2 423
Cávado	13 873	7 560	6 313	10	98	254
Ave	12 144	11 849	295	9	142	39
Grande Porto	132 438	121 007	11 431	13	116	396
Tâmega	7 916	4 589	3 327	22	305	3 018
Entre Douro e Vouga	4 689	2 995	1 694	8	83	24
Douro	13 029	6 871	6 158	38	640	15 382
Alto Trás-os-Montes	19 172	7 500	11 672	33	987	8 111
Centro	115 345	80 911	34 434	258	2 307	38 190
Baixo Vouga	13 647	10 015	3 632	22	138	1 925
Baixo Mondego	24 062	21 562	2 500	15	225	142
Pinhal Litoral	19 419	6 525	12 894	4	160	50
Pinhal Interior Norte	6 720	5 030	1 690	30	454	22 834
Dão-Lafões	12 638	8 303	4 335	53	395	1 061
Pinhal Interior Sul	10 535	9 906	629	41	266	10 134
Serra da Estrela	4 593	3 774	819	16	115	23
Beira Interior Norte	7 213	5 248	1 965	51	269	1 962
Beira Interior Sul	4 668	4 598	70	23	167	35
Cova da Beira	11 850	5 950	5 900	3	118	24
Lisboa e Vale do Tejo	326 981	259 976	67 005	183	1 153	89 123
Oeste	28 598	23 843	4 755	32	365	9 110
Grande Lisboa	208 794	180 244	28 550	19	268	61 662
Península de Setúbal	57 008	39 255	17 753	20	130	17 138
Médio Tejo	14 550	8 443	6 107	59	255	370
Lezíria do Tejo	18 031	8 191	9 840	53	135	843
Alentejo	37 039	21 441	15 598	81	533	3 506
Alentejo Litoral	10 201	2 404	7 797	27	106	129
Álto Alentejo	7 400	3 458	3 942	10	166	1 678
Alentejo Central	10 662	8 581	2 081	22	150	53
Baixo Alentejo	8 776	6 998	1 778	22	111	1 646
Algarve	44 799	18 945	25 854	28	231	1 597
Açores	32 980	15 332	17 648	29	387	3 294
Madeira	27 668	23 100	4 568	3	157	106

3.1.2.1 - ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS

(Continuação)

1993

Distribuição Geográfica	Rubricas	Periodicidade do Controlo da Qualidade da Água (nº de Municípios)					Consumos (10 ³ m ³)			
		Vezez por Ano					Total	Domésticos	Industriais	Outros
		Nenhum	1 a 3	4 a 6	7 a 12	+ 12				
		19	20	21	22	23	24	25	26	27
Continente, Açores e Madeira		3	49	36	76	141	556 319	379 426	98 162	78 731
Continente		-	37	32	71	135	511 225	352 895	92 728	65 602
Norte		-	18	9	17	40	139 401	105 663	21 622	12 116
Minho-Lima		-	3	1	-	6	13 230	10 625	1 582	1 023
Cávado		-	-	-	2	4	11 806	7 941	3 221	644
Ave		-	1	-	1	4	9 070	6 094	2 067	909
Grande Porto		-	-	-	-	9	68 684	52 542	9 874	6 268
Tâmega		-	4	2	4	5	6 211	4 956	863	392
Entre Douro e Vouga		-	1	-	-	4	3 864	2 665	701	498
Douro		-	7	1	7	4	10 232	7 135	2 081	1 016
Alto Trás-os-Montes		-	2	5	3	4	16 304	13 705	1 233	1 366
Centro		-	13	13	18	34	77 082	54 806	13 214	9 062
Baixo Vouga		-	1	1	4	6	9 863	7 101	1 348	1 414
Baixo Mondego		-	1	-	2	5	17 910	10 926	3 996	2 988
Pinhal Litoral		-	1	1	-	3	10 687	6 225	3 261	1 201
Pinhal Interior Norte		-	5	4	1	4	5 091	4 476	529	86
Dão-Lafões		-	4	2	3	6	9 303	6 064	1 230	2 009
Pinhal Interior Sul		-	-	2	-	3	1 338	1 126	150	62
Serra da Estrela		-	-	-	3	-	2 658	2 389	214	55
Beira Interior Norte		-	1	1	4	3	5 523	4 194	824	505
Beira Interior Sul		-	-	1	1	2	3 783	2 747	665	371
Cova da Beira		-	-	1	-	2	10 926	9 558	997	371
Lisboa e Vale do Tejo		-	2	6	11	32	230 400	148 830	42 713	38 857
Oeste		-	-	1	3	9	21 427	14 853	3 838	2 736
Grande Lisboa		-	-	-	-	7	143 974	84 188	29 185	30 601
Península de Setúbal		-	-	-	-	9	39 537	31 434	4 832	3 271
Médio Tejo		-	1	2	6	2	11 491	7 388	3 019	1 084
Lezíria do Tejo		-	1	3	2	5	13 971	10 967	1 839	1 165
Alentejo		-	2	4	18	22	28 631	19 859	5 345	3 427
Alentejo Litoral		-	-	-	2	3	7 160	3 527	2 903	730
Alto Alentejo		-	2	-	4	8	6 638	5 196	834	608
Alentejo Central		-	-	-	7	7	9 136	6 741	1 097	1 298
Baixo Alentejo		-	-	4	5	4	5 697	4 395	511	791
Algarve		-	2	-	7	7	35 711	23 737	9 834	2 140
Açores		2	7	1	4	5	20 323	12 462	3 431	4 430
Madeira		1	5	3	1	1	24 771	14 069	2 003	8 699

3.1.2.2 - ESTADO GERAL DOS ÓRGÃOS PERTENCENTES AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

1993										%
Distribuição Geográfica	Órgãos	Captações			Estações Elevatórias			Aduções		
		Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau
Continente, Açores e Madeira		40,0	54,1	5,9	49,5	46,9	3,6	56,0	37,3	6,7
Continente		39,0	55,4	5,6	49,4	46,9	3,7	55,4	39,2	5,4
Norte		40,0	55,9	4,1	45,2	51,3	3,5	49,7	42,9	7,4
Minho-Lima		18,0	76,2	5,8	43,1	56,9	0,0	30,3	57,8	11,9
Cávado		86,3	11,5	2,2	48,6	34,3	17,1	28,4	65,3	6,3
Ave		17,6	82,4	0,0	56,2	43,8	0,0	80,0	20,0	0,0
Grande Porto		25,0	75,0	0,0	55,6	44,4	0,0	78,1	21,9	0,0
Tâmega		24,4	72,5	3,1	51,1	48,9	0,0	39,1	47,7	13,2
Entre Douro e Vouga		26,2	73,8	0,0	61,6	26,9	11,5	14,9	85,1	0,0
Douro		46,3	46,7	7,0	38,1	59,9	2,0	57,5	35,4	7,1
Alto Trás-os-Montes		37,2	59,1	3,7	45,7	49,3	5,0	55,6	39,5	4,9
Centro		26,3	64,5	9,2	37,5	56,3	6,2	58,7	37,6	3,7
Baixo Vouga		39,8	58,0	2,2	37,8	62,2	0,0	62,5	31,8	5,7
Baixo Mondego		52,0	46,0	2,0	80,0	16,7	3,3	68,0	26,8	5,2
Pinhal Litoral		20,9	77,6	1,5	22,0	76,0	2,0	24,6	75,4	0,0
Pinhal Interior Norte		44,4	50,4	5,2	42,7	56,2	1,1	50,9	48,2	0,9
Dão-Lafões		23,8	65,5	10,7	26,8	59,8	13,4	75,7	23,6	0,7
Pinhal Interior Sul		8,4	80,8	10,8	11,4	65,9	22,7	22,3	69,4	8,3
Serra da Estrela		27,7	46,2	26,1	63,0	29,6	7,4	62,1	17,2	20,7
Beira Interior Norte		30,5	63,6	5,9	23,8	75,2	1,0	47,8	48,6	3,6
Beira Interior Sul		13,9	60,4	25,7	28,6	57,1	14,3	86,0	9,3	4,7
Cova da Beira		10,4	86,3	3,3	63,6	36,4	0,0	97,8	0,0	2,2
Lisboa e Vale do Tejo		53,3	43,1	3,6	60,7	36,2	3,1	73,5	21,2	5,3
Oeste		56,1	36,6	7,3	80,3	18,9	0,8	91,0	8,5	0,5
Grande Lisboa		33,3	64,1	2,6	39,7	60,3	0,0	59,4	29,7	10,9
Península de Setúbal		50,8	49,2	0,0	72,7	27,3	0,0	62,5	25,0	12,5
Médio Tejo		45,7	50,7	3,6	61,9	29,4	8,7	67,8	22,8	9,4
Lezíria do Tejo		68,5	30,1	1,4	54,2	45,8	0,0	59,1	39,8	1,1
Alentejo		55,5	40,8	3,7	63,4	36,6	0,0	48,2	50,4	1,4
Alentejo Litoral		48,0	52,0	0,0	63,2	36,8	0,0	39,4	60,6	0,0
Alto Alentejo		56,6	40,1	3,3	43,8	56,2	0,0	40,0	60,0	0,0
Alentejo Central		63,0	29,2	7,8	66,3	33,7	0,0	50,0	46,6	3,4
Baixo Alentejo		50,0	48,0	2,0	80,4	19,6	0,0	59,5	39,4	1,1
Algarve		62,3	36,0	1,7	66,2	32,3	1,5	41,7	56,2	2,1
Açores		50,1	39,5	10,4	52,8	43,4	3,8	65,1	16,1	18,8
Madeira		60,0	34,7	5,3	54,5	45,5	0,0	47,0	41,6	11,4

3.1.2.2 - ESTADO GERAL DOS ÓRGÃOS PERTENCENTES AO ABASTECIMENTO DE ÁGUA, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

(Continuação)

1993 Distribuição Geográfica	Órgãos	ETA			Reservatórios			Redes			%
		Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau	
		11	12	13	14	15	16	17	18	19	
Continente, Açores e Madeira		48,4	46,5	5,1	57,0	39,8	3,2	52,1	41,2	6,7	
Continente		47,2	47,8	5,0	57,1	39,9	3,0	53,7	39,1	7,2	
Norte		46,8	49,7	3,5	51,0	45,5	3,5	43,1	52,9	4,0	
Minho-Lima		26,3	73,7	0,0	52,5	45,6	1,9	10,4	82,9	6,7	
Cávado		60,0	30,0	10,0	81,6	17,4	1,0	41,7	52,0	6,3	
Ave		44,4	55,6	0,0	21,1	74,7	4,2	81,6	18,4	0,0	
Grande Porto		84,6	15,4	0,0	69,8	28,5	1,7	40,5	54,6	4,9	
Tâmega		40,9	50,0	9,1	45,3	48,5	6,2	47,1	49,3	3,6	
Entre Douro e Vouga		50,0	25,0	25,0	18,1	79,5	2,4	79,0	16,2	4,8	
Douro		57,9	39,5	2,6	55,3	39,2	5,5	79,6	15,7	4,7	
Alto Trás-os-Montes		42,4	57,6	0,0	51,6	46,3	2,1	28,7	67,7	3,6	
Centro		31,4	59,7	8,9	56,2	40,2	3,6	53,1	33,9	13,0	
Baixo Vouga		40,9	54,6	4,5	54,4	39,1	6,5	54,3	15,7	30,0	
Baixo Mondego		53,3	40,0	6,7	68,4	27,1	4,5	66,6	16,9	16,5	
Pinhal Litoral		0,0	100,0	0,0	28,7	70,7	0,6	35,7	46,4	17,9	
Pinhal Interior Norte		63,4	33,3	3,3	43,6	55,3	1,1	2,7	97,2	0,1	
Dão-Lafões		30,2	66,0	3,8	49,8	45,1	5,1	72,2	24,5	3,3	
Pinhal Interior Sul		9,8	82,9	7,3	52,6	40,6	6,8	10,5	88,6	0,9	
Serra da Estrela		75,0	12,5	12,5	59,1	34,8	6,1	61,2	26,6	12,2	
Beira Interior Norte		3,9	76,5	19,6	76,2	22,3	1,5	42,3	51,7	6,0	
Beira Interior Sul		43,5	43,5	13,0	75,4	24,0	0,6	83,0	10,9	6,1	
Cova da Beira		33,3	66,7	0,0	73,7	19,5	6,8	37,7	59,4	2,9	
Lisboa e Vale do Tejo		52,4	45,4	2,2	65,4	32,7	1,9	62,8	36,8	0,4	
Oeste		59,4	37,5	3,1	82,2	17,8	0,0	84,9	13,8	1,3	
Grande Lisboa		89,4	5,3	5,3	45,2	52,2	2,6	40,1	59,6	0,3	
Península de Setúbal		70,0	30,0	0,0	54,6	40,8	4,6	62,5	37,5	0,0	
Médio Tejo		45,8	52,5	1,7	68,3	28,6	3,1	38,6	50,3	11,1	
Lezíria do Tejo		35,9	62,2	1,9	65,2	34,1	0,7	68,5	31,5	0,0	
Alentejo		70,4	25,9	3,7	70,8	28,3	0,9	49,9	44,2	5,9	
Alentejo Litoral		70,4	29,6	0,0	77,4	22,6	0,0	46,6	40,0	15,4	
Alto Alentejo		60,0	20,0	20,0	65,1	32,5	2,4	39,5	55,8	4,7	
Alentejo Central		54,6	40,9	4,5	62,0	37,3	0,7	48,1	46,4	5,5	
Baixo Alentejo		90,9	9,1	0,0	84,7	15,3	0,0	62,7	35,5	1,8	
Algarve		92,9	7,1	0,0	60,2	36,8	3,0	64,8	31,5	3,7	
Açores		79,3	13,8	6,9	55,0	39,8	5,2	37,3	60,1	2,6	
Madeira		66,7	33,3	0,0	61,8	35,0	3,2	67,3	26,5	6,2	

3.1.3.1 - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS

1993

Rubricas	População (10 ³ habitantes)			Produção de Esgotos (10 ³ m ³)			Esgotos Tratados (10 ³ m ³)			
	Total	Servida	Não Servida	Total	Domésticos	Industriais	Total	Domésticos	Industriais	
Distribuição Geográfica	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Continente, Açores e Madeira	9 890	6 233	3 657	480 078	383 866	96 212	156 876	132 752	24 124	
Continente	9 395	6 057	3 338	468 317	374 302	94 015	156 576	132 472	24 104	
Norte	3 508	1 643	1 865	93 958	80 544	13 414	18 532	17 168	1 364	
Minho-Lima	249	85	164	7 580	7 491	89	525	462	63	
Cávado	361	159	202	7 693	6 870	823	1 155	555	600	
Ave	470	177	293	6 524	4 810	1 714	754	731	23	
Grande Porto	1 179	743	436	51 385	43 297	8 088	8 741	8 635	106	
Tâmega	522	107	415	2 772	2 526	246	1 945	1 774	171	
Entre Douro e Vouga	258	49	209	3 030	2 476	554	1 330	1 278	52	
Douro	238	171	67	6 213	5 271	942	1 686	1 589	97	
Alto Trás-os-Montes	231	152	79	8 761	7 803	958	2 396	2 144	252	
Centro	1 715	862	853	51 644	44 060	7 584	25 585	22 949	2 636	
Baixo Vouga	354	144	210	5 302	5 031	271	4 034	3 768	266	
Baixo Mondego	329	160	169	9 962	7 561	2 401	3 418	2 696	722	
Pinhal Litoral	225	63	162	5 597	4 978	619	2 586	2 011	575	
Pinhal Interior Norte	136	50	86	2 373	2 326	47	733	715	18	
Dão-Lafões	282	151	131	6 225	5 831	394	5 231	5 010	221	
Pinhal Interior Sul	49	19	30	2 867	2 192	675	851	776	75	
Serra da Estrela	53	41	12	1 577	1 570	7	330	323	7	
Beira Interior Norte	116	91	25	4 945	3 841	1 104	2 239	2 094	145	
Beira Interior Sul	80	72	8	3 096	2 430	666	1 426	1 419	7	
Cova da Beira	91	71	20	9 700	8 300	1 400	4 737	4 137	600	
Lisboa e Vale do Tejo	3 297	2 848	449	276 179	213 449	62 730	86 144	69 899	16 245	
Oeste	360	247	113	25 045	20 639	4 406	7 299	5 091	2 208	
Grande Lisboa	1 832	1 755	77	197 522	150 995	46 527	62 676	53 676	9 000	
Península de Setúbal	649	577	72	33 087	27 644	5 443	7 117	7 117	-	
Médio Tejo	225	113	112	11 960	6 777	5 183	7 809	2 772	5 037	
Lezíria do Tejo	231	156	75	8 565	7 394	1 171	1 243	1 243	-	
Alentejo	531	451	80	20 549	16 993	3 556	10 955	9 968	987	
Alentejo Litoral	96	75	21	3 401	2 783	618	2 643	2 149	494	
Alto Alentejo	126	108	18	5 922	5 274	648	2 785	2 668	117	
Alentejo Central	170	147	23	6 522	5 981	541	3 877	3 527	350	
Baixo Alentejo	139	121	18	4 704	2 955	1 749	1 650	1 624	26	
Algarve	344	253	91	25 987	19 256	6 731	15 360	12 488	2 872	
Açores	240	79	161	4 669	3 972	697	100	80	20	
Madeira	255	97	158	7 092	5 592	1 500	200	200	-	

3.1.3.1 - DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS

(Continuação)

1993

Distribuição Geográfica	Rubricas	ETAR (n°)	Periodicidade do Controlo da Qualidade de Esgotos (n° de Municípios)							
			Vezez por Ano							
			Domésticos				Industriais			
			Nenhum	1 a 3	4 a 6	7 a 12	Nenhum	1 a 3	4 a 6	7 a 12
			11	12	13	14	15	16	17	18
Continente, Açores e Madeira		659	237	29	16	23	279	11	8	7
Continente		656	210	28	15	22	250	11	8	6
Norte		89	72	6	2	4	80	2	1	1
Minho-Lima		10	9	1	-	-	8	1	1	-
Cávado		6	4	1	-	1	6	-	-	-
Ave		3	5	-	-	1	6	-	-	-
Grande Porto		6	7	-	-	2	8	-	-	1
Tâmega		12	13	2	-	-	15	-	-	-
Entre Douro e Vouga		4	3	1	1	-	5	-	-	-
Douro		32	18		1	-	19	-	-	-
Alto Trás-os-Montes		16	13	1	-	-	13	1	-	-
Centro		214	58	14	4	2	72	4	1	1
Baixo Vouga		10	7	3	1	1	12	-	-	-
Baixo Mondego		25	5	2	-	1	6	1	-	1
Pinhal Litoral		15	4	1	-	-	5	-	-	-
Pinhal Interior Norte		17	11	1	2	-	12	1	1	-
Dão-Lafões		48	5	-	-	-	5	-	-	-
Pinhal Interior Sul		21	13	2	-	-	15	-	-	-
Serra da Estrela		5	2	1	-	-	3	-	-	-
Beira Interior Norte		11	6	2	1	-	9	-	-	-
Beira Interior Sul		46	3	1	-	-	3	1	-	-
Cova da Beira		16	2	1	-	-	2	1	-	-
Lisboa e Vale do Tejo		141	34	1	5	11	41	4	3	3
Oeste		34	7	1	1	4	10	1	2	
Grande Lisboa		32	3	-		4	4	1	1	1
Península de Setúbal		13	8	-	1	-	8	1	-	-
Médio Tejo		43	7	-	2	2	8	1	-	2
Lezíria do Tejo		19	9	-	1	1	11	-	-	-
Alentejo		147	36	5	4	1	42	1	2	1
Alentejo Litoral		38	2	1	1	1	4	-	-	1
Alto Alentejo		23	13	1	-	-	14	-	-	-
Alentejo Central		36	10	2	2	-	12	-	2	-
Baixo Alentejo		50	11	1	1	-	12	1		-
Algarve		65	10	2	-	4	15	-	1	-
Açores		2	18	-	1	-	19	-	-	-
Madeira		1	9	1	-	1	10	-	-	1

**3.1.3.2 - ESTADO GERAL DOS ÓRGÃOS PERTENCENTES À DRENAGEM E AO TRATAMENTO
DAS ÁGUAS RESIDUAIS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA**

1993										%
Distribuição Geográfica	Órgãos	Redes			Interceptores			Emissários		
		Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau
		1	2	3	4	5	6	7	8	9
Continente, Açores e Madeira		46,8	48,0	5,2	66,7	26,8	6,5	49,8	45,6	4,6
Continente		46,8	48,1	5,1	66,1	27,3	6,6	60,4	33,3	6,3
Norte		50,3	40,5	9,2	71,0	23,3	5,7	63,1	31,0	5,9
Minho-Lima		42,0	40,7	17,3	36,8	57,9	5,3	37,5	50,0	12,5
Cávado		65,9	31,8	2,3	77,8	22,2	0,0	100,0	0,0	0,0
Ave		7,0	47,2	45,8	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Grande Porto		27,7	70,2	2,1	80,0	20,0	0,0	57,1	42,9	0,0
Tâmega		60,0	40,0	0,0	20,0	40,0	40,0	63,4	29,3	7,3
Entre Douro e Vouga		33,3	66,7	0,0	100,0	0,0	0,0	66,7	33,3	0,0
Douro		55,4	37,2	7,4	68,0	24,0	8,0	59,5	32,4	8,1
Alto Trás-os-Montes		62,2	37,3	0,5	90,0	10,0	0,0	65,3	32,2	2,5
Centro		24,2	74,8	1,0	85,3	11,8	2,9	57,0	37,2	5,8
Baixo Vouga		62,4	31,3	6,3	100,0	0,0	0,0	94,4	0,0	5,6
Baixo Mondego		78,2	19,6	2,2	77,3	22,7	0,0	74,3	24,3	1,4
Pinhal Litoral		21,4	71,5	7,1	50,0	50,0	0,0	11,8	82,3	5,9
Pinhal Interior Norte		2,6	97,4	0,0	0,0	0,0	0,0	75,0	25,0	0,0
Dão-Lafões		85,9	12,7	1,4	0,0	0,0	0,0	85,2	11,6	3,2
Pinhal Interior Sul		100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Serra da Estrela		65,3	18,8	15,9	0,0	0,0	0,0	37,6	31,2	31,2
Beira Interior Norte		19,1	80,4	0,5	70,0	10,0	20,0	24,8	73,9	1,3
Beira Interior Sul		95,8	4,2	0,0	96,8	3,2	0,0	98,5	1,5	0,0
Cova da Beira		40,8	59,2	0,0	0,0	0,0	0,0	42,7	57,3	0,0
Lisboa e Vale do Tejo		49,3	45,3	5,4	51,1	31,9	17,0	59,0	27,7	13,3
Oeste		22,4	62,1	15,5	100,0	0,0	0,0	56,2	43,8	0,0
Grande Lisboa		49,9	45,0	5,1	33,3	48,2	18,5	48,6	37,1	14,3
Península de Setúbal		31,0	34,5	34,5	0,0	0,0	0,0	32,1	14,3	53,6
Médio Tejo		52,4	36,6	11,0	28,6	28,6	42,8	59,0	19,7	21,3
Lezíria do Tejo		50,7	36,0	13,3	100,0	0,0	0,0	90,7	7,0	2,3
Alentejo		59,4	39,4	1,2	25,0	71,4	3,6	68,9	29,3	1,8
Alentejo Litoral		54,8	45,2	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Alto Alentejo		34,7	62,5	2,8	10,0	85,0	5,0	41,3	54,3	4,4
Alentejo Central		55,0	45,0	0,0	0,0	100,0	0,0	51,2	45,0	3,8
Baixo Alentejo		80,5	17,7	1,8	100,0	0,0	0,0	85,3	14,7	0,0
Algarve		48,3	43,0	8,7	51,9	40,7	7,4	47,2	47,1	5,7
Açores		60,0	20,0	20,0	100,0	0,0	0,0	22,9	76,8	0,3
Madeira		14,3	57,1	28,6	100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

**3.1.3.2 - ESTADO GERAL DOS ÓRGÃOS PERTENCENTES À DRENAGEM E AO TRATAMENTO
DAS ÁGUAS RESIDUAIS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA**

(Continuação)

1993

Distribuição Geográfica	Órgãos	Estações Elevatórias %			ETAR %		
		Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau
		11	12	13	14	15	16
Continente, Açores e Madeira		61,3	29,9	8,8	52,8	33,4	13,8
Continente		59,9	30,9	9,2	52,6	33,5	13,9
Norte		69,4	27,0	3,6	60,7	29,2	10,1
Minho-Lima		78,6	21,4	0,0	50,0	30,0	20,0
Cávado		68,4	31,6	0,0	100,0	0,0	0,0
Ave		62,5	37,5	0,0	33,3	66,7	0,0
Grande Porto		66,6	30,6	2,8	33,3	66,7	0,0
Tâmega		75,0	0,0	25,0	66,6	16,7	16,7
Entre Douro e Vouga		33,3	66,7	0,0	25,0	50,0	25,0
Douro		100,0	0,0	0,0	75,0	25,0	0,0
Alto Trás-os-Montes		65,0	25,0	10,0	43,7	31,3	25,0
Centro		65,8	27,6	6,6	38,3	37,9	23,8
Baixo Vouga		82,6	13,0	4,4	60,0	30,0	10,0
Baixo Mondego		73,3	20,0	6,7	48,0	12,0	40,0
Pinhal Litoral		12,5	87,5	0,0	20,0	73,3	6,7
Pinhal Interior Norte		66,7	33,3	0,0	35,3	47,0	17,7
Dão-Lafões		0,0	66,7	33,3	68,7	25,0	6,3
Pinhal Interior Sul		0,0	0,0	0,0	9,5	81,0	9,5
Serra da Estrela		0,0	0,0	0,0	20,0	60,0	20,0
Beira Interior Norte		60,0	20,0	20,0	27,3	45,4	27,3
Beira Interior Sul		100,0	0,0	0,0	19,6	26,1	54,3
Cova da Beira		0,0	0,0	0,0	43,8	43,7	12,5
Lisboa e Vale do Tejo		50,0	41,1	8,9	50,3	44,7	5,0
Oeste		86,0	14,0	0,0	58,8	41,2	0,0
Grande Lisboa		11,1	81,5	7,4	62,4	31,3	6,3
Península de Setúbal		27,8	61,1	11,1	7,7	92,3	0,0
Médio Tejo		41,2	23,5	35,3	41,9	48,8	9,3
Lezíria do Tejo		69,5	26,1	4,4	63,1	31,6	5,3
Alentejo		51,3	20,5	28,2	69,4	23,1	7,5
Alentejo Litoral		30,4	26,1	43,5	86,8	7,9	5,3
Alto Alentejo		100,0	0,0	0,0	65,2	26,1	8,7
Alentejo Central		100,0	0,0	0,0	44,5	47,2	8,3
Baixo Alentejo		70,0	20,0	10,0	76,0	16,0	8,0
Algarve		63,3	26,4	10,3	55,4	24,6	20,0
Açores		100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0
Madeira		100,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0

**3.1.4.1 - RECOLHA, DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS, POR
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS**

1993

Rubricas Distribuição Geográfica	População (10 ³ habitantes)			Recipientes (10 ³ litros)		Viaturas de Recolha	
	Total	Servida	Não Servida	Capacidade Conhecida	Outros	Capacidade (m ³)	Quantidade Recolhida (10 ³ ton)
1	2	3	4	5	6	7	8
Continente, Açores e Madeira	9 890	9 325	565	136 377	19 204	13 712	3 712
Continente	9 395	8 874	521	130 166	17 867	12 978	3 490
Norte	3 508	3 210	298	27 378	6 582	3 647	1 162
Minho-Lima	249	223	26	1 957	320	317	113
Cávado	361	316	45	1 766	200	193	91
Ave	470	456	14	2 109	513	180	121
Grande Porto	1 179	1 179	-	11 866	2 350	1 583	480
Tâmega	522	416	106	2 027	780	634	140
Entre Douro e Vouga	258	227	31	897	340	169	70
Douro	238	215	23	3 147	1 702	339	82
Alto Trás-os-Montes	231	178	53	3 609	377	232	65
Centro	1 715	1 591	124	28 918	5 692	2 226	585
Baixo Vouga	354	348	6	4 892	1 011	427	140
Baixo Mondego	329	302	27	3 527	3 010	310	100
Pinhal Litoral	225	194	31	3 704	432	257	61
Pinhal Interior Norte	136	112	24	2 824	5	315	39
Dão-Lafões	282	265	17	5 915	860	355	77
Pinhal Interior Sul	49	47	2	1 741	172	53	19
Serra da Estrela	53	52	1	656	7	47	9
Beira Interior Norte	116	111	5	2 488	52	185	48
Beira Interior Sul	80	75	5	1 266	100	149	24
Cova da Beira	91	85	6	1 905	43	128	68
Lisboa e Vale do Tejo	3 297	3 250	47	52 007	4 184	5 001	1 278
Oeste	360	352	8	8 278	806	599	138
Grande Lisboa	1 832	1 832	-	23 896	957	2 980	713
Península de Setúbal	649	636	13	11 147	2 106	795	249
Médio Tejo	225	206	19	3 770	162	288	63
Lezíria do Tejo	231	224	7	4 916	153	339	115
Alentejo	531	502	29	10 973	1 017	1 366	282
Alentejo Litoral	96	86	10	2 376	16	656	49
Alto Alentejo	126	124	2	3 382	103	165	88
Alentejo Central	170	159	11	2 313	476	283	74
Baixo Alentejo	139	133	6	2 902	422	262	71
Algarve	344	321	23	10 890	392	738	183
Açores	240	240	-	3 717	1 026	372	133
Madeira	255	211	44	2 494	311	362	89

**3.1.4.1 - RECOLHA, DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS, POR
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO AS RUBRICAS**

(Continuação)

1993		Unidade: ton.					
Distribuição Geográfica	Rubricas	Destino Final					
	Total	Tratamento				Lixeira	
		Total	Compos- tagem	Incine- ração	Aterro Sanitário		
	9	10	11	12	13	14	
Continente, Açores e Madeira	3 712	1 950	448	5	1 497	1 762	
Continente	3 490	1 897	448	4	1 445	1 593	
Norte	1 162	414	156	2	256	748	
Minho-Lima	113	13	-	-	13	100	
Cávado	91	-	-	-	-	91	
Ave	121	-	-	-	-	121	
Grande Porto	480	331	156	-	175	149	
Tâmega	140	-	-	-	-	140	
Entre Douro e Vouga	70	65	-	-	65	5	
Douro	82	2	-	2	-	80	
Alto Trás-os-Montes	65	3	-	-	3	62	
Centro	585	271	-	2	269	314	
Baixo Vouga	135	63	-	-	63	72	
Baixo Mondego	107	96	-	-	96	11	
Pinhal Litoral	61	22	-	-	22	39	
Pinhal Interior Norte	37	6	-	-	6	31	
Dão-Lafões	77	43	-	-	43	34	
Pinhal Interior Sul	19	2	-	2	-	17	
Serra da Estrela	9	-	-	-	-	9	
Beira Interior Norte	20	-	-	-	-	20	
Beira Interior Sul	41	28	-	-	28	13	
Cova da Beira	79	11	-	-	11	68	
Lisboa e Vale do Tejo	1 278	1 053	292	-	761	225	
Oeste	144	89	-	-	89	55	
Grande Lisboa	713	713	292	-	421	-	
Península de Setúbal	249	232	-	-	232	17	
Médio Tejo	63	19	-	-	19	44	
Lezíria do Tejo	109	-	-	-	-	109	
Alentejo	282	100	-	-	100	182	
Alentejo Litoral	49	42	-	-	42	7	
Alto Alentejo	88	18	-	-	18	70	
Alentejo Central	74	16	-	-	16	58	
Baixo Alentejo	71	24	-	-	24	47	
Algarve	183	59	-	-	59	124	
Açores	133	40	-	1	39	93	
Madeira	89	13	-	-	13	76	

3.1.4.2 - MATERIAIS PARA RECICLAGEM, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO O LOCAL DE SELECÇÃO E O TIPO

1993

Unidade: ton.

Local de Selecção	Total Geral	Seleção na Origem								
		Total	Vidro	Papel e Cartão	Plástico	Metais Ferrosos	Metais não Ferrosos	Alumínio	Pilhas e Baterias	Outros
Distribuição Geográfica										
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
Continente, Açores e Madeira	28 657	23 049	17 400	3 635	116	1 316	182	-	-	400
Continente	26 185	20 577	16 861	2 302	116	1 016	182	-	-	100
Norte	7 556	5 367	5 210	113	44	-	-	-	-	-
Minho-Lima	228	186	186	-	-	-	-	-	-	-
Cávado	512	512	512	-	-	-	-	-	-	-
Ave	865	355	355	-	-	-	-	-	-	-
Grande Porto	4 193	3 975	3 854	77	44	-	-	-	-	-
Tâmega	235	15	15	-	-	-	-	-	-	-
Entre Douro e Vouga	474	304	268	36	-	-	-	-	-	-
Douro	1 028	0	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto Trás-os-Montes	21	20	20	-	-	-	-	-	-	-
Centro	2 970	1 893	1 846	28	4	-	-	-	-	15
Baixo Vouga	490	419	411	8	-	-	-	-	-	-
Baixo Mondego	831	831	831	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal Litoral	169	159	159	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal Interior Norte	103	103	90	9	4	-	-	-	-	-
Dão-Lafões	1 103	148	125	8	-	-	-	-	-	15
Pinhal Interior Sul	56	51	51	-	-	-	-	-	-	-
Serra da Estrela	36	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Norte	92	92	92	-	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Sul	35	35	32	3	-	-	-	-	-	-
Cova da Beira	55	55	55	-	-	-	-	-	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	12 757	10 466	7 435	1 860	48	951	172	-	-	-
Oeste	723	521	521	-	-	-	-	-	-	-
Grande Lisboa	9 051	7 230	4 828	1 403	48	951	-	-	-	-
Península de Setúbal	2 614	2 346	1 717	457	-	-	172	-	-	-
Médio Tejo	207	207	207	-	-	-	-	-	-	-
Lezíria do Tejo	162	162	162	-	-	-	-	-	-	-
Alentejo	1 495	1 454	982	292	20	65	10	-	-	85
Alentejo Litoral	779	779	583	151	20	15	10	-	-	-
Alto Alentejo	162	162	82	-	-	-	-	-	-	80
Alentejo Central	229	222	222	-	-	-	-	-	-	-
Baixo Alentejo	325	291	95	141	-	50	-	-	-	5
Algarve	1 407	1 397	1 388	9	-	-	-	-	-	-
Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	2 472	2 472	539	1 333	-	300	-	-	-	300

3.1.4.2 - MATERIAIS PARA RECICLAGEM, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO O LOCAL DE SELECÇÃO E O TIPO

(Continuação)

1993

Unidade: ton.

Local de Selecção Distribuição Geográfica	Seleção no Destino								
	Total	Vidro	Papel e Cartão	Plástico	Metais Ferrosos	Metais não Ferrosos	Alumínio	Pilhas e Baterias	Outros
	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Continente, Açores e Madeira	5 608	1 814	547	529	1 897	56	56	56	653
Continente	5 608	1 814	547	529	1 897	56	56	56	653
Norte	2 189	1 014	214	154	51	31	31	41	653
Minho-Lima	42	42	-	-	-	-	-	-	-
Cávado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ave	510	310	-	-	-	-	-	-	200
Grande Porto	218	218	-	-	-	-	-	-	-
Tâmega	220	170	50	-	-	-	-	-	-
Entre Douro e Vouga	170	170	-	-	-	-	-	-	-
Douro	1 028	103	164	154	51	31	31	41	453
Alto Trás-os-Montes	1	1	-	-	-	-	-	-	-
Centro	1 077	294	318	375	25	25	25	15	-
Baixo Vouga	71	71	-	-	-	-	-	-	-
Baixo Mondego	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal Litoral	10	10	-	-	-	-	-	-	-
Pinhal Interior Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dão-Lafões	955	172	318	375	25	25	25	15	-
Pinhal Interior Sul	5	5	-	-	-	-	-	-	-
Serra da Estrela	36	36	-	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Norte	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Sul	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Cova da Beira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	2 291	455	15	-	1 821	-	-	-	-
Oeste	202	202	-	-	-	-	-	-	-
Grande Lisboa	1 821	-	-	-	1 821	-	-	-	-
Península de Setúbal	268	253	15	-	-	-	-	-	-
Médio Tejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Lezíria do Tejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alentejo	41	41	-	-	-	-	-	-	-
Alentejo Litoral	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alto Alentejo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Alentejo Central	7	7	-	-	-	-	-	-	-
Baixo Alentejo	34	34	-	-	-	-	-	-	-
Algarve	10	10	-	-	-	-	-	-	-
Açores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-

3.1.4.3 - ESTADO GERAL DOS ÓRGÃOS PERTENCENTES À RECOLHA, DEPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE RESÍDUOS URBANOS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA

1993										%
Distribuição Geográfica	Órgãos	Recipientes			Viaturas			Locais de Deposição		
	Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau	Bom	Regular	Mau	
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Continente, Açores e Madeira		52,8	39,6	7,6	41,3	44,2	14,5	14,7	42,2	43,1
Continente		52,4	40,1	7,5	41,6	44,8	13,6	13,6	43,7	42,7
Norte		63,3	34,0	2,7	53,0	38,6	8,4	4,5	48,3	47,2
Minho-Lima		40,8	48,6	10,6	30,4	52,2	17,4	0,0	30,0	70,0
Cávado		61,6	29,4	9,0	52,8	33,3	13,9	0,0	30,0	70,0
Ave		54,5	45,0	0,5	66,7	25,9	7,4	0,0	50,0	50,0
Grande Porto		77,7	22,1	0,2	62,4	36,9	0,7	22,2	66,7	11,1
Tâmega		44,6	41,5	13,9	36,6	36,7	26,7	0,0	60,0	40,0
Entre Douro e Vouga		7,9	88,7	3,4	38,9	50,0	11,1	20,0	60,0	20,0
Douro		53,3	41,7	5,0	39,0	48,8	12,2	0,0	42,1	57,9
Alto Trás-os-Montes		67,0	28,3	4,7	56,5	34,8	8,7	6,7	53,3	40,0
Centro		41,2	43,7	15,1	46,1	36,4	17,5	17,1	41,4	41,5
Baixo Vouga		64,2	26,9	8,9	47,5	37,5	15,0	33,3	55,6	11,1
Baixo Mondego		39,1	40,4	20,5	21,7	34,8	43,5	11,1	44,4	44,5
Pinhal Litoral		46,6	52,8	0,8	58,4	33,3	8,3	0,0	50,0	50,0
Pinhal Interior Norte		52,0	40,7	7,3	62,5	33,3	4,2	15,4	46,1	38,5
Dão-Lafões		28,3	39,9	31,8	62,1	27,6	10,3	5,9	41,2	52,9
Pinhal Interior Sul		51,1	46,0	2,9	62,5	37,5	0,0	0,0	60,0	40,0
Serra da Estrela		49,5	34,7	15,8	0,0	71,4	28,6	0,0	33,3	66,7
Beira Interior Norte		30,4	51,9	17,7	36,8	47,4	15,8	0,0	27,3	72,7
Beira Interior Sul		67,7	22,8	9,5	90,9	9,1	0,0	77,8	11,1	11,1
Cova da Beira		11,5	81,2	7,3	40,0	60,0	0,0	0,0	100,0	0,0
Lisboa e Vale do Tejo		49,4	43,8	6,8	30,0	53,7	16,3	23,3	39,5	37,2
Oeste		45,0	31,2	23,8	42,8	39,3	17,9	18,2	45,4	36,4
Grande Lisboa		62,4	35,5	2,1	27,9	60,2	11,9	83,3	16,7	0,0
Península de Setúbal		22,8	76,0	1,2	23,2	56,5	20,3	25,0	50,0	25,0
Médio Tejo		53,7	41,0	5,3	30,3	45,5	24,2	0,0	30,0	70,0
Lezíria do Tejo		55,1	37,6	7,3	36,3	36,4	27,3	16,7	50,0	33,3
Alentejo		59,3	35,7	5,0	39,6	46,9	13,5	11,7	42,8	45,5
Alentejo Litoral		31,6	58,1	10,3	43,5	47,8	8,7	33,3	66,7	0,0
Alto Alentejo		32,0	56,7	11,3	10,5	73,7	15,8	0,0	57,1	42,9
Alentejo Central		56,2	40,0	3,8	43,3	40,5	16,2	8,6	45,7	45,7
Baixo Alentejo		75,4	22,4	2,2	50,0	37,5	12,5	18,2	22,7	59,1
Algarve		51,0	42,1	6,9	42,8	44,2	13,0	27,8	44,4	27,8
Açores		61,6	32,5	5,9	42,2	35,6	22,2	25,0	25,0	50,0
Madeira		50,1	38,5	11,4	32,5	37,5	30,0	40,0	20,0	40,0

3.2. Instituições Particulares sem Fins Lucrativos

**3.2.1.1 - NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS,
POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO A SUA NATUREZA**

1993

Natureza Distribuição Geográfica	Total	Municipal		Associativa	Privativa
		Bombeiros Sapadores	Não Sapadores		
	2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira	433	8	25	380	20
Continente	415	7	23	365	20
Norte	139	3	2	127	7
Minho-Lima	11	-	1	10	-
Cávado	10	1	-	9	-
Ave	14	-	-	12	2
Grande Porto	26	2	-	20	4
Tâmega	26	-	-	26	-
Entre Douro e Minho	9	-	-	8	1
Douro	26	-	-	26	-
Alto Trás-os-Montes	17	-	1	16	-
Centro	106	1	8	90	7
Baixo Vouga	20	-	-	14	6
Baixo Mondego	11	1	2	8	-
Pinhal Litoral	8	-	1	7	-
Pinhal Interior Norte	17	-	2	15	-
Dão-Lafões	21	-	2	18	1
Pinhal Interior Sul	5	-	-	5	-
Serra da Estrela	8	-	1	7	-
Beira Interior Norte	9	-	-	9	-
Beira Interior Sul	4	-	-	4	-
Cova da Beira	3	-	-	3	-
Lisboa e Vale do Tejo	106	3	9	90	4
Oeste	17	-	-	17	-
Grande Lisboa	44	1	1	42	-
Península de Setúbal	20	1	-	15	4
Médio Tejo	11	-	5	6	-
Lezíria do Tejo	14	1	3	10	-
Alentejo	46	-	-	45	1
Alentejo Litoral	8	-	-	8	-
Alto Alentejo	12	-	-	11	1
Alentejo Central	13	-	-	13	-
Baixo Alentejo	13	-	-	13	-
Algarve	18	-	4	13	1
Açores	11	-	-	11	-
Madeira	7	1	2	4	-

**3.2.1.2 - NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS,
POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO O ÍNDICE DE PROFISSIONALIZAÇÃO**

1993

Índice de Profissionalização Distribuição Geográfica	Total		Profissionais		Voluntários		Outros	
	Número	%	Número	% do Total	Número	% do Total	Número	% do Total
	2	3	4	5	6	7	8	9
Continente, Açores e Madeira	433	100,0	17	3,9	384	88,7	32	7,4
Continente	415	95,9	15	3,6	370	89,2	30	7,2
Norte	139	32,1	4	2,9	128	92,1	7	5,0
Minho-Lima	11	2,5	1	9,1	10	90,9	-	-
Cávado	10	2,3	1	10,0	9	90,0	-	-
Ave	14	3,2	-	-	13	92,9	1	7,1
Grande Porto	26	6,1	2	7,7	20	76,9	4	15,4
Tâmega	26	6,0	-	-	26	100,0	-	-
Entre Douro e Minho	9	2,1	-	-	8	88,9	1	11,1
Douro	26	6,0	-	-	26	100,0	-	-
Alto Trás-os-Montes	17	3,9	-	-	16	94,1	1	5,9
Centro	106	24,5	4	3,8	95	89,6	7	6,6
Baixo Vouga	20	4,6	-	-	16	80,0	4	20,0
Baixo Mondego	11	2,5	2	18,2	9	81,8	-	-
Pinhal Litoral	8	1,8	1	12,5	6	75,0	1	12,5
Pinhal Interior Norte	17	3,9	-	-	16	94,1	1	5,9
Dão-Lafões	21	5,0	1	4,8	20	95,2	-	-
Pinhal Interior Sul	5	1,2	-	-	5	100,0	-	-
Serra da Estrela	8	1,8	-	-	8	100,0	-	-
Beira Interior Norte	9	2,1	-	-	9	100,0	-	-
Beira Interior Sul	4	0,9	-	-	4	100,0	-	-
Cova da Beira	3	0,7	-	-	2	66,7	1	33,3
Lisboa e Vale do Tejo	106	24,5	5	4,7	92	86,8	9	8,5
Oeste	17	3,9	-	-	16	94,1	1	5,9
Grande Lisboa	44	10,3	1	2,3	42	95,4	1	2,3
Península de Setúbal	20	4,6	1	5,0	16	80,0	3	15,0
Médio Tejo	11	2,5	2	18,2	8	72,7	1	9,1
Lezíria do Tejo	14	3,2	1	7,1	10	71,5	3	21,4
Alentejo	46	10,6	-	-	43	93,5	3	6,5
Alentejo Litoral	8	1,8	-	-	7	87,5	1	12,5
Alto Alentejo	12	2,8	-	-	12	100,0	-	-
Alentejo Central	13	3,0	-	-	13	100,0	-	-
Baixo Alentejo	13	3,0	-	-	11	84,6	2	15,4
Algarve	18	4,2	2	11,1	12	66,7	4	22,2
Açores	11	2,5	-	-	10	90,9	1	9,1
Madeira	7	1,6	2	28,6	4	57,1	1	14,3

**3.2.1.3 - NÚMERO DE ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS,
POR ÁREA GEOGRÁFICA DE INTERVENÇÃO, SEGUNDO A SUA NATUREZA**

1993

Natureza Área Geográfica de Intervenção	Total	Municipal		Associativa	Privativa
		Bombeiros Sapadores	Não Sapadores		
1	2	3	4	5	6
Municipal	269	8	20	240	1
Área de acção restrita	164	-	5	140	19

**3.2.1.4 - NÚMERO DE ACCÕES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES
DE BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO O TIPO DE SERVIÇO**

1993

Tipo de Serviço Distribuição Geográfica	Total		Incêndios		Saúde		Socorros a Náufragos		Outros Serviços	
	Número	%	Número	% do Total	Número	% do Total	Número	% do Total	Número	% do Total
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Continente, Açores e Madeira	2 180 934	100,0	60 055	2,8	1 828 754	83,8	972	0	291 153	13,4
Continente	2 122 563	97,3	58 905	2,8	1 783 208	84,0	952	0	279 498	13,2
Norte	675 764	31,0	23 703	3,5	551 205	81,6	277	0	100 579	14,9
Minho-Lima	41 234	1,9	2 072	5,0	34 029	82,6	44	0,1	5 089	12,3
Cávado	69 856	3,2	2 192	3,1	57 974	83,1	87	0,1	9 603	13,7
Ave	118 373	5,4	3 705	3,1	106 275	89,8	6	0	8 387	7,1
Grande Porto	192 530	9,0	6 539	3,4	149 473	77,6	101	0,1	36 417	18,9
Tâmega	129 258	5,9	4 140	3,2	113 645	87,9	28	0	11 445	8,9
Entre Douro e Minho	50 876	2,3	1 505	3,0	33 081	65,0	-	-	16 290	32,0
Douro	44 205	2,0	2 257	5,1	34 756	78,6	7	0	7 185	16,3
Alto Trás-os-Montes	29 432	1,3	1 293	4,4	21 972	74,6	4	0	6 163	21,0
Centro	306 271	14,0	14 683	4,8	245 671	80,2	88	0	45 829	15,0
Baixo Vouga	79 737	3,5	1 997	2,5	67 553	84,7	3	0	10 184	12,8
Baixo Mondego	37 941	1,7	2 828	7,5	30 172	79,4	31	0,1	4 910	13,0
Pinhal Litoral	38 673	1,8	1 449	3,7	32 101	83,0	23	0,1	5 100	13,2
Pinhal Interior Norte	32 544	1,5	1 351	4,2	24 230	74,4	20	0,1	6 943	21,3
Dão-Lafões	42 999	2,0	3 234	7,5	32 013	74,5	-	-	7 752	18,0
Pinhal Interior Sul	14 482	0,7	414	2,9	8 815	60,8	-	-	5 253	36,3
Serra da Estrela	17 949	0,8	847	4,7	15 349	85,5	11	0,1	1 742	9,7
Beira Interior Norte	13 314	0,6	1 279	9,6	9 972	74,9	-	-	2 063	15,5
Beira Interior Sul	14 384	0,7	635	4,4	12 563	87,4	-	-	1 186	8,2
Cova da Beira	14 248	0,7	649	4,6	12 903	90,5	-	-	696	4,9
Lisboa e Vale do Tejo	900 523	41,3	16 522	1,8	779 681	86,6	493	0,1	103 827	11,5
Oeste	85 678	3,9	2 224	2,6	75 188	87,7	51	0,1	8 215	9,6
Grande Lisboa	502 319	23,0	8 588	1,7	440 612	87,7	77	0	53 042	10,6
Península de Setúbal	191 522	8,8	3 088	1,6	155 914	81,4	338	0,2	32 182	16,8
Médio Tejo	49 613	2,3	1 388	2,8	43 886	88,5	4	0	4 335	8,7
Lezíria do Tejo	71 391	3,3	1 234	1,7	64 081	89,8	23	0	6 053	8,5
Alentejo	174 647	8,0	2 308	1,3	149 451	85,6	13	0	22 875	13,1
Alentejo Litoral	27 635	1,3	506	1,8	24 113	87,3	8	0	3 008	10,9
Alto Alentejo	19 702	0,9	641	3,3	15 302	77,6	2	0	3 757	19,1
Alentejo Central	69 016	3,1	587	0,9	57 872	83,8	-	-	10 557	15,3
Baixo Alentejo	58 294	2,7	574	1,0	52 164	89,5	3	0	5 553	9,5
Algarve	65 358	3,0	1 689	2,6	57 200	87,5	81	0,1	6 388	9,8
Açores	21 527	1,0	426	2,0	10 574	49,1	1	0	10 526	48,9
Madeira	36 844	1,7	724	2,0	34 972	94,8	19	0,1	1 129	3,1

**3.2.1.5 - PESSOAL AO SERVIÇO DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES
DE BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO A SUA NATUREZA
E SITUAÇÃO DE ACTIVIDADE NO QUADRO DE PESSOAL**

1993											
Distribuição Geográfica	Natureza	Bombeiros Municipais, Associativos ou Privativos								Bombeiros Sapadores	
		Quadro Activo				Quadro Auxiliar					Quadro Honorário
		Total	Activo no Quadro	Inactivo no Quadro	Inactivo fora do Quadro	Total	Activo no Quadro	Inactivo no Quadro	Inactivo fora do Quadro		
Continente, Açores e Madeira	21 443	20 077	246	1 120	12 493	12 510	124	114	2 740	1 450	
Continente	20 741	19 444	200	1 097	12 344	12 371	114	114	2 716	1 450	
Norte	7 595	6 893	56	646	3 631	3 775	59	52	817	458	
Minho-Lima	529	475	2	52	-	249	-	6	56	-	
Cávado	525	494	11	20	272	265	1	6	42	52	
Ave	949	877	7	65	527	515	-	12	178	-	
Grande Porto	1 415	1 270	5	140	895	880	3	12	196	406	
Tâmega	1 687	1 548	21	118	818	781	28	9	167	-	
Entre Douro e Minho	560	482	1	77	270	258	5	7	42	-	
Douro	1 259	1 135	8	116	556	537	19	-	85	-	
Alto Trás-os-Montes	671	612	1	58	293	290	3	-	51	-	
Centro	5 709	5 248	81	380	3 340	3 278	15	47	505	131	
Baixo Vouga	1 039	927	7	105	453	435	4	14	108	-	
Baixo Mondego	526	475	3	48	300	294	2	4	41	131	
Pinhal Litoral	368	363	1	4	192	192	-	-	63	-	
Pinhal Interior Norte	1 002	926	7	69	474	468	1	5	93	-	
Dão-Lafões	1 060	1 013	24	23	136	134	-	2	6	-	
Pinhal Interior Sul	308	256	1	51	699	683	7	9	65	-	
Serra da Estrela	468	435	1	32	439	434	1	4	33	-	
Beira Interior Norte	521	448	36	37	304	298	-	6	32	-	
Beira Interior Sul	252	241		11	116	113	-	3	28	-	
Cova da Beira	165	164	1	-	227	227	-	-	36	-	
Lisboa e Vale do Tejo	5 209	5 114	45	50	3 585	3 557	16	12	1 146	861	
Oeste	806	791	1	14	458	457		1	149	-	
Grande Lisboa	2 189	2 143	22	24	1 544	1 536	5	3	612	769	
Península de Setúbal	938	931	3	4	881	867	6	8	140	92	
Médio Tejo	604	592	10	2	310	306	4	-	148	-	
Lezíria do Tejo	672	657	9	6	392	391	1	-	97	-	
Alentejo	1 493	1 461	12	20	1 233	1 206	24	3	191	-	
Alentejo Litoral	273	257	3	13	261	260		1	37	-	
Alto Alentejo	330	327	3	-	306	282	24	-	53	-	
Alentejo Central	554	545	3	6	297	297	-	-	76	-	
Baixo Alentejo	336	332	3	1	369	367	-	2	25	-	
Algarve	735	728	6	1	555	555	-	-	57	-	
Açores	351	328	9	14	70	69	1	-	24	-	
Madeira	351	305	37	9	79	70	9	-	-	-	

**3.2.1.6 - NÚMERO DE VIATURAS DE SOCORROS A INCÊNDIOS E VIATURAS AUXILIARES
DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO
GEOGRÁFICA, SEGUNDO A NATUREZA DOS CORPOS DE BOMBEIROS**

1993

Natureza Distribuição Geográfica	Total		Municipal				Associativa		Privativa	
	Viaturas Socorro Incêndios	Viaturas Auxiliares	Bombeiros Sapadores		Não Sapadores		Viaturas Socorro Incêndios	Viaturas Auxiliares	Viaturas Socorro Incêndios	Viaturas Auxiliares
			Viaturas Socorro Incêndios	Viaturas Auxiliares	Viaturas Socorro Incêndios	Viaturas Auxiliares				
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Continente, Açores e Madeira	3 718	1 365	159	84	220	85	3 305	1 177	34	19
Continente	3 603	1 303	154	78	208	75	3 207	1 131	34	19
Norte	1 227	360	52	21	13	6	1 152	328	10	5
Minho-Lima	92	36	-	-	6	3	86	33	-	-
Cávado	70	27	9	3	-	-	61	24	-	-
Ave	151	30	-	-	-	-	142	25	9	5
Grande Porto	212	71	43	18	-	-	168	53	1	-
Tâmega	182	65	-	-	-	-	182	65	-	-
Entre Douro e Minho	74	34	-	-	-	-	74	34	-	-
Douro	160	50	-	-	-	-	160	50	-	-
Alto Trás-os-Montes	286	47	-	-	7	3	279	44	-	-
Centro	960	322	14	5	73	24	856	285	17	8
Baixo Vouga	165	47	-	-	-	-	157	44	8	3
Baixo Mondego	124	45	14	5	25	10	85	30	-	-
Pinhal Litoral	101	24	-	-	9	3	92	21	-	-
Pinhal Interior Norte	168	53	-	-	14	5	154	48	-	-
Dão-Lafões	189	55	-	-	20	4	160	46	9	5
Pinhal Interior Sul	34	20	-	-	-	-	34	20	-	-
Serra da Estrela	61	21	-	-	5	2	56	19	-	-
Beira Interior Norte	64	24	-	-	-	-	64	24	-	-
Beira Interior Sul	28	14	-	-	-	-	28	14	-	-
Cova da Beira	26	19	-	-	-	-	26	19	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	963	418	88	52	66	27	804	337	5	2
Oeste	141	54	-	-	-	-	141	54	-	-
Grande Lisboa	467	225	64	46	5	3	398	176	-	-
Península de Setúbal	179	73	18	5	-	-	156	66	5	2
Médio Tejo	97	32	-	-	42	15	55	17	-	-
Lezíria do Tejo	79	34	6	1	19	9	54	24	-	-
Alentejo	303	136	-	-	-	-	302	134	1	2
Alentejo Litoral	49	17	-	-	-	-	49	17	-	-
Alto Alentejo	75	24	-	-	-	-	74	22	1	2
Alentejo Central	93	61	-	-	-	-	93	61	-	-
Baixo Alentejo	86	34	-	-	-	-	86	34	-	-
Algarve	150	67	-	-	56	18	93	47	1	2
Açores	74	29	-	-	-	-	74	29	-	-
Madeira	41	33	5	6	12	10	24	17	-	-

**3.2.2.1 - ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO
AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA**

1993

Distribuição Geográfica	Organizações	Total	Associações	Outras
	1	2	3	4
Continente, Açores e Madeira		88	86	2
Continente		84	83	1
Norte		17	17	-
Centro		15	15	-
Lisboa e Vale do Tejo		43	42	1
Alentejo		5	5	-
Algarve		4	4	-
Açores		2	2	-
Madeira		2	1	1

**3.2.2.2 - NÚMERO DE ASSOCIADOS DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO A NATUREZA JURÍDICA**

1993

Entidades Distribuição Geográfica	Total	Associados			
		Administração Central	Administração Regional e Local	Sector Privado	Outros
1	2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira	99 449	35	610	97 785	1 019
Continente	97 159	35	610	95 498	1 016
Norte	5 678	-	127	5 251	300
Centro	4 103	-	409	3 629	65
Lisboa e Vale do Tejo	85 029	35	70	84 365	559
Alentejo	1 530	-	4	1 446	80
Algarve	819	-	-	807	12
Açores	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...

3.2.2.3 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE, POR TIPO DE ACTIVIDADE, SEGUNDO O DOMÍNIO DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

1993 - Continente e Regiões Autónomas

Domínios	Total	Protecção da Qualidade do Ar e do Clima	Protecção do Recurso Água	Gestão dos Resíduos	Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas
Tipo de Actividade					
Total das Actividades	2 156	37	237	166	x
Publicações	153	1	21	9	x
Estudos Técnicos	87	-	4	7	x
Acções de Formação	143	2	6	16	x
Acções de Sensibilização Pública	775	18	102	93	x
Congressos	12	-	-	2	x
Colóquios/Conferências	166	1	13	4	x
Exposições/Feiras	125	2	8	8	x
Cooperação Integrada Internacional	85	-	15	-	x
Passeios de Natureza	547	6	36	24	x
Outras Actividades	63	7	32	3	x

Nota: (x) Dados não apurados, por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

3.2.2.3 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE, POR TIPO DE ACTIVIDADE, SEGUNDO O DOMÍNIO DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

(Continuação)

1993 - Continente e Regiões Autónomas

Tipo de Actividade	Domínios	Protecção contra o Ruído e Vibrações	Protecção da Biodiver- sidade e Paisagens	Protecção contra as Radiações	Investiga- ção e Desenvol- vimento	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
		7	8	9	10	11
Total das Actividades		21	947	x	x	748
Publicações		-	64	x	x	58
Estudos Técnicos		1	41	x	x	34
Acções de Formação		1	50	x	x	68
Acções de Sensibilização Pública		14	351	x	x	197
Congressos		-	6	x	x	4
Colóquios/Conferências		1	56	x	x	91
Exposições/Feiras		2	37	x	x	68
Cooperação Integrada Internacional		-	21	x	x	49
Passeios de Natureza		2	301	x	x	178
Outras Actividades		-	20	x	x	1

Nota: (x) Dados não apurados, por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**3.2.2.4 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS
INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO O DOMÍNIO DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE**

1993

Distribuição Geográfica	Dominios	Total	Protecção da Qualidade do Ar e do Clima	Protecção do Recurso Água	Gestão dos Resíduos	Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas
	1	2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira		2 156	37	237	166	x
Continente		2 051	37	237	166	x
Norte		459	17	70	54	x
Centro		285	5	29	13	x
Lisboa e Vale do Tejo		1 090	10	114	89	x
Alentejo		158	5	24	7	x
Algarve		59	-	-	3	x
Açores		...	...	...	...	x
Madeira		...	...	...	...	x

Nota: (x) Dados não apurados, por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**3.2.2.4 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS
INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO O DOMÍNIO DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE**

(Continuação)

1993

Domínios Distribuição Geográfica	Protecção contra o Ruído e Vibrações	Protecção da Biodiversidade e Paisagens	Protecção contra as Radiações	Investigação e Desenvolvimento	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
1	7	8	9	10	11
Continente, Açores e Madeira	21	947	x	x	748
Continente	21	852	x	x	738
Norte	9	198	x	x	111
Centro	-	118	x	x	120
Lisboa e Vale do Tejo	12	457	x	x	408
Alentejo	-	53	x	x	69
Algarve	-	26	x	x	30
Açores	...	...	x	x	...
Madeira	...	...	x	x	...

Nota: (x) Dados não apurados, por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**3.2.2.5 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS
INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO O TIPO DE ACTIVIDADE**

1993

Tipo de Actividades	Total	Publicações	Estudos Técnicos	Acções de Formação	Acções de Sensibilização Pública	Congressos
Distribuição Geográfica						
1	2	3	4	5	6	7
Continente, Açores e Madeira	2 156	153	87	143	775	12
Continente	2 051	144	84	139	754	11
Norte	459	21	12	41	148	2
Centro	285	12	4	14	108	-
Lisboa e Vale do Tejo	1 090	91	46	72	444	6
Alentejo	158	10	17	9	31	2
Algarve	59	10	5	3	23	1
Açores	...	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...	...

**3.2.2.5 - ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS
INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO O TIPO DE ACTIVIDADE**

(Continuação)

1993

Tipo de Actividades	Colóquios e Conferências	Exposições e Feiras	Cooperação Integrada Internacional	Passeios de Natureza	Outras Actividades
Distribuição Geográfica	8	9	10	11	12
Continente, Açores e Madeira	166	125	85	547	63
Continente	158	122	85	501	53
Norte	46	23	3	136	27
Centro	41	18	44	43	1
Lisboa e Vale do Tejo	55	67	34	273	2
Alentejo	12	9	2	43	23
Algarve	4	5	2	6	-
Açores	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...

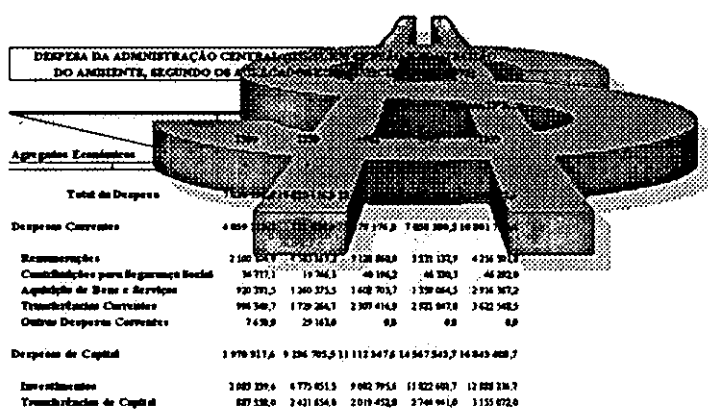
**3.2.2.6 - PESSOAL AO SERVIÇO DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO O TIPO DE
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E CATEGORIA PROFISSIONAL**

1993

1993

Distribuição Geográfica	Pessoal ao Serviço		Pessoal não Remunerado		Pessoal Remunerado				
	Total Geral				Total		Pessoal Dirigente	Pessoal Empregado	
	Valor	(%)	Valor	(%) do Total	Valor	(%) do Total		Técnicos Superiores	Outros
	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Continente, Açores e Madeira	3 772	100,0	3 676	97,5	96	2,5	6	22	68
Continente	3 724	98,7	3 628	97,4	96	2,6	6	22	68
Norte	168	4,5	164	97,6	4	2,4	-	-	4
Centro	72	1,9	71	98,6	1	1,4	-	-	1
Lisboa e Vale do Tejo	3 392	89,9	3 326	98,1	66	1,9	3	14	49
Alentejo	37	1,0	26	70,3	11	29,7	1	5	5
Algarve	55	1,5	41	74,5	14	25,5	2	3	9
Açores	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...	...	...	...	...

Capítulo 4



Dados
ECONÔMICOS

4. Dados Económicos

4.1. Administração Central	101
4.1.1. Despesa da Administração Central (CGE), segundo os Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente (1989-1993).....	102
4.1.2. Despesa da Administração Central (CGE) em Gestão e Protecção do Ambiente, segundo os Agregados Económicos (1989-1993).....	102
4.2. Administração Local	103
4.2.1. Despesas dos Municípios em Gestão e Protecção do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	104
4.2.2. Despesas dos Municípios, por Distribuição Geográfica, segundo os Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente.....	105
4.2.3. Despesas dos Municípios, por Domínio de Gestão e Protecção do Ambiente, segundo os Agregados Económicos (dados retrospectivos).....	107
4.2.4. Despesas dos Municípios, por Agregados Económicos, segundo a Distribuição Geográfica	109
4.2.5. Despesas dos Municípios, por Distribuição Geográfica, segundo os Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente.....	110
4.2.6. Despesas dos Municípios no Domínio “Protecção da Qualidade do Ar e do Clima, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	112
4.2.7. Despesas dos Municípios no Domínio “Protecção do Recurso Água” por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	113
4.2.8. Despesas dos Municípios no Domínio “Gestão dos Resíduos”, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	114
4.2.9. Despesas dos Municípios no Domínio “Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas”, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	115

4.2.10. Despesas dos Municípios no Domínio “Protecção Contra o Ruído e Vibrações”, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	116
4.2.11. Despesas dos Municípios no Domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagem”, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	117
4.2.12. Despesas dos Municípios no Domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos.....	118
4.3. Instituições Particulares sem Fins Lucrativos	119
4.3.1. Associações e outras Entidades de Bombeiros	120
4.3.1.1. <i>Receitas e Despesas das Associações e outras Entidades de Bombeiros por Agregados Económicos, segundo a sua Natureza.....</i>	120
4.3.1.2. <i>Receitas e Despesas das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	121
4.3.1.3. <i>Receitas Correntes das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	122
4.3.1.4. <i>Receitas de Capital das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	123
4.3.1.5. <i>Despesas Correntes das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	124
4.3.1.6. <i>Despesas de Capital das Associações e outras Entidades de Bombeiros, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	125
4.3.2. Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente	126
4.3.2.1. <i>Receitas e Despesas das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Agregados Económicos.....</i>	126
4.3.2.2. <i>Receitas e Despesas das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	127

<i>4.3.2.3. Receitas Correntes das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	129
<i>4.3.2.4. Receitas de Capital das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	130
<i>4.3.2.5. Despesas Correntes das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	131
<i>4.3.2.6. Despesas de Capital das Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente, por Distribuição Geográfica, segundo os Agregados Económicos</i>	132

4.1. Administração Central

**4.1.1 - DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (CGE) , SEGUNDO OS
DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE (1989-1993)**

Unidade: 10³ Esc.

Anos					
	1989	1990	1991	1992	1993
Dom. de Gest. e Protecção do Ambiente	2	3	4	5	6
Total da Despesa	7 030 111	16 819 153	18 191 394	22 425 923	26 845 118
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	34 561	49 622	23 767	131 356	89 748
Protecção do Recurso Água	2 894 047	8 058 913	9 293 772	13 496 957	16 426 665
Gestão dos Resíduos	77 416	266 297	141 275	306 505	683 893
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas	8 500	13 221	17 371	-	-
Protecção contra o Ruído e Vibrações	8 333	23 432	18 160	-	-
Protecção da Biodiversidade e Paisagens	1 148 887	1 260 432	2 560 009	1 689 293	2 482 814
Protecção contra as Radiações	-	-	-	-	11 856
Investigação e Desenvolvimento	178 721	558 835	375 020	271 289	503 597
Outras Actividades de Protecção do Ambiente	2 679 646	6 588 401	5 762 020	6 530 523	6 646 545

**4.1.2 - DESPESA DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (CGE), EM GESTÃO E PROTECÇÃO
DO AMBIENTE, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS (1989-1993)**

Unidade: 10³ Esc.

Anos					
	1989	1990	1991	1992	1993
Agregados Económicos	2	3	4	5	6
Total da Despesa	7 030 111	16 819 153	18 191 394	22 425 923	26 845 118
Despesas Correntes	4 059 193	7 622 447	7 079 147	7 858 380	10 801 709
Remunerações	2 100 107	4 583 869	3 128 860	3 531 138	4 216 502
Contribuições para Segurança Social	34 695	19 773	40 166	46 330	46 292
Aquisição de Bens e Serviços	920 391	1 260 375	1 602 704	1 359 064	2 916 367
Transferências Correntes	996 350	1 729 267	2 307 417	2 921 848	3 622 548
Outras Despesas Correntes	7 650	29.163	-	-	-
Despesas de Capital	2 970 918	9 196 706	11 112 247	14 567 543	16 043 409
Investimentos	2 083 360	6 775 052	9 092 795	11 822 602	12 888 337
Transferências de Capital	887 558	2 421 654	2 019 452	2 744 941	3 155 072

4.2. Administração Local

**4.2.1 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS EM GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE,
POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total	Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Remunerações	Outras Despesas Correntes	
1	2	3	4	5
1993				
Continente, Açores e Madeira	78 830 776	24 996 769	16 208 296	37 625 711
Continente	75 155 746	23 712 334	15 717 671	35 725 741
Norte	17 831 527	5 227 909	3 591 004	9 012 614
Centro	10 238 405	2 981 011	2 143 884	5 113 510
Lisboa e Vale do Tejo	37 468 068	11 952 495	8 038 847	17 476 726
Alentejo	4 488 122	1 840 213	974 513	1 673 396
Algarve	5 129 624	1 710 706	969 423	2 449 495
Açores	2 069 056	408 487	270 915	1 389 654
Madeira	1 605 974	875 948	219 710	510 316
Dados Retrospectivos				
1992				
Continente, Açores e Madeira	82 708 264	28 327 163	18 128 130	36 252 971
Continente	79 566 510	27 237 310	17 634 895	34 694 305
Norte	20 641 070	6 626 820	3 810 680	10 203 570
Centro	8 777 119	2 927 933	1 990 602	3 858 584
Lisboa e Vale do Tejo	40 901 788	13 990 420	10 056 962	16 854 406
Alentejo	4 985 917	2 166 104	1 052 979	1 766 834
Algarve	4 260 616	1 526 033	723 672	2 010 911
Açores	2 022 766	428 821	258 973	1 334 972
Madeira	1 118 988	661 032	234 262	223 694
1991				
Continente, Açores e Madeira	63 352 185	23 724 796	13 235 234	26 392 155
Continente	60 849 506	22 724 333	12 909 811	25 215 362
Norte	14 008 762	4 397 567	2 884 544	6 726 651
Centro	6 795 216	2 164 899	913 939	3 716 378
Lisboa e Vale do Tejo	32 577 252	12 988 459	8 064 095	11 524 698
Alentejo	4 061 319	1 806 799	589 439	1 665 081
Algarve	3 406 957	1 366 609	457 794	1 582 554
Açores	1 534 456	395 774	161 157	977 525
Madeira	968 223	604 689	164 266	199 268
1990				
Continente, Açores e Madeira	84 566 136	25 081 369	24 820 359	34 664 408
Continente	81 305 258	23 969 408	24 453 778	32 882 072
Norte	21 173 935	6 126 244	4 992 960	10 054 731
Centro	11 507 179	2 776 851	1 831 014	6 899 314
Lisboa e Vale do Tejo	38 699 445	11 000 930	15 740 582	11 957 933
Alentejo	4 348 655	1 788 721	869 402	1 690 532
Algarve	5 576 044	2 276 662	1 019 820	2 279 562
Açores	1 942 996	436 728	247 456	1 258 812
Madeira	1 317 882	675 233	119 125	523 524
1989				
Continente, Açores e Madeira	36 746 968	13 294 209	5 688 061	17 764 698
Continente	34 869 357	12 262 670	5 323 875	17 282 812
Norte	10 859 236	3 386 603	1 845 118	5 627 515
Centro	6 394 422	1 795 367	1 068 019	3 531 036
Lisboa e Vale do Tejo	10 872 383	4 722 405	1 497 388	4 652 590
Alentejo	3 295 252	1 591 239	502 444	1 201 569
Algarve	3 448 064	767 056	410 906	2 270 102
Açores	395 370	97 480	95 012	202 878
Madeira	1 482 241	934 059	269 174	279 008

4.2.2 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

Unidade: 10³ Esc.

Distribuição Geográfica	Domínios	Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente				
		Total	Protecção da Qualidade do Ar e do Clima	Protecção do Recurso Água	Gestão dos Resíduos	Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas
1		2	3	4	5	6
1993						
Continente, Açores e Madeira		78 830 776	234 729	43 457 338	27 356 984	757 263
Continente		75 155 746	234 729	42 185 392	25 051 716	756 731
Norte		17 831 527	7 350	10 263 286	5 983 830	220 706
Centro		10 238 405	-	5 148 739	3 407 710	71 152
Lisboa e Vale do Tejo		37 468 068	225 708	21 952 301	11 681 573	454 218
Alentejo		4 488 122	-	2 066 854	1 769 748	5 342
Algarve		5 129 624	1 671	2 754 212	2 208 855	5 313
Açores		2 069 056	-	1 030 849	1 008 685	532
Madeira		1 605 974	-	241 097	1 296 583	-
Dados Retrospectivos						
1992						
Continente, Açores e Madeira		82 708 264	39 556	39 451 326	19 493 248	418 424
Continente		79 566 510	39 556	38 620 480	18 524 212	417 929
Norte		20 641 070	1 004	10 812 312	6 163 658	3 100
Centro		8 777 119	-	4 220 028	2 528 839	41 814
Lisboa e Vale do Tejo		40 901 788	36 502	19 776 122	7 342 778	356 735
Alentejo		4 985 917	500	1 435 358	1 396 897	1 002
Algarve		4 260 616	1 550	2 376 660	1 092 040	15 278
Açores		2 022 766	-	679 213	652 705	495
Madeira		1 118 988	-	151 633	316 331	-
1991						
Continente, Açores e Madeira		63 352 185	66 397	27 159 417	18 517 158	506 901
Continente		60 849 506	66 397	26 155 428	17 960 793	506 901
Norte		14 008 762	143	6 649 874	4 938 952	3 750
Centro		6 795 216	-	3 540 057	1 400 341	11 200
Lisboa e Vale do Tejo		32 577 252	65 754	11 907 049	9 606 038	485 868
Alentejo		4 061 319	500	1 680 615	1 361 035	4 683
Algarve		3 406 957	-	2 377 833	654 427	1 400
Açores		1 534 456	-	812 416	339 200	-
Madeira		968 223	-	191 573	217 165	-
1990						
Continente, Açores e Madeira		84 566 136	22 864	61 628 386	8 070 931	147 415
Continente		81 305 258	22 864	59 250 180	7 883 885	137 751
Norte		21 173 935	145	16 693 747	2 141 135	62 948
Centro		11 507 179	-	10 067 397	495 849	34 781
Lisboa e Vale do Tejo		38 699 445	22 048	24 377 619	4 394 116	20 501
Alentejo		4 348 655	-	3 195 661	489 193	7 653
Algarve		5 576 044	671	4 915 756	363 592	11 868
Açores		1 942 996	-	1 631 917	105 089	9 664
Madeira		1 317 882	-	746 289	81 957	-
1989						
Continente, Açores e Madeira		36 746 968	10 605	18 502 454	6 678 337	53 936
Continente		34 869 357	10 605	18 286 304	6 384 857	53 936
Norte		10 859 236	9 910	6 777 383	1 647 470	28 385
Centro		6 394 422	76	3 566 475	1 032 790	17 409
Lisboa e Vale do Tejo		10 872 383	614	4 380 691	2 805 775	8 142
Alentejo		3 295 252	5	1 260 181	346 378	-
Algarve		3 448 064	-	2 301 574	552 444	-
Açores		395 370	-	72 600	100 862	-
Madeira		1 482 241	-	143 550	192 618	-

4.2.2 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE

(Continuação)

Unidade: 10³ Esc.

Distribuição Geográfica \ Domínios	Domínios de Gestão e Protecção do Ambiente				
	Protecção contra o Ruído e Vibrações	Protecção da Biodiversidade e Paisagens	Protecção contra as Radiações	Investigação e Desenvolvimento	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
	7	8	9	10	11
1993					
Continente, Açores e Madeira	16 752	4 710 435	x	x	2 297 275
Continente	16 752	4 641 601	x	x	2 268 825
Norte	-	1 213 701	x	x	142 654
Centro	-	890 018	x	x	720 786
Lisboa e Vale do Tejo	16 752	2 305 510	x	x	832 006
Alentejo	-	87 028	x	x	559 150
Algarve	-	145 344	x	x	14 229
Açores	-	540	x	x	28 450
Madeira	-	68 294	x	x	-
Dados Retrospectivos					
1992					
Continente, Açores e Madeira	x	2 244 398	x	x	21 061 312
Continente	x	2 104 569	x	x	19 859 764
Norte	x	473 698	x	x	3 187 298
Centro	x	37 407	x	x	1 949 031
Lisboa e Vale do Tejo	x	1 529 291	x	x	11 860 360
Alentejo	x	14 258	x	x	2 137 902
Algarve	x	49 915	x	x	725 173
Açores	x	77	x	x	690 276
Madeira	x	139 752	x	x	511 272
1991					
Continente, Açores e Madeira	x	995 707	x	x	16 106 605
Continente	x	885 265	x	x	15 274 722
Norte	x	232 350	x	x	2 183 693
Centro	x	42 979	x	x	1 800 639
Lisboa e Vale do Tejo	x	576 450	x	x	9 936 093
Alentejo	x	8 630	x	x	1 005 856
Algarve	x	24 856	x	x	348 441
Açores	x	3 172	x	x	379 668
Madeira	x	107 270	x	x	452 215
1990					
Continente, Açores e Madeira	x	871 446	x	x	13 825 094
Continente	x	736 613	x	x	13 273 965
Norte	x	152 644	x	x	2 123 316
Centro	x	28 117	x	x	881 035
Lisboa e Vale do Tejo	x	522 147	x	x	9 363 014
Alentejo	x	7 138	x	x	649 010
Algarve	x	26 567	x	x	257 590
Açores	x	4 961	x	x	191 365
Madeira	x	129 872	x	x	359 764
1989					
Continente, Açores e Madeira	x	249 430	x	x	11 252 206
Continente	x	244 164	x	x	9 889 491
Norte	x	74 642	x	x	2 321 446
Centro	x	66 118	x	x	1 711 554
Lisboa e Vale do Tejo	x	82 830	x	x	3 594 331
Alentejo	x	16 013	x	x	1 672 675
Algarve	x	4 561	x	x	589 485
Açores	x	5 266	x	x	216 642
Madeira	x	-	x	x	1 146 073

NOTA: (x) Dados não apurados, por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**4.2.3 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Domínios	1989				1990			
	Total	Despesas Correntes		Despesas de Capital	Total	Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Remunerações	Outras Despesas Correntes			Remunerações	Outras Despesas Correntes	
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	10 605	915	1 410	8 280	22 864	10 618	302	11 944
Protecção do Recurso Água	18 502 454	4 076 620	1 684 355	12 741 479	61 628 386	17 791 247	15 110 095	28 727 044
Gestão dos Resíduos	6 678 337	1 616 460	2 110 320	2 951 557	8 070 931	2 334 392	2 348 610	3 387 929
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas	53 936	9 136	8 113	36 687	147 415	69 971	19 270	58 174
Protecção contra o Ruído e Vibrações	x	x	x	x	x	x	x	x
Protecção da Biodiversidade e Paisagens	249 430	47 034	58 548	143 848	871 446	463 703	329 202	78 541
Protecção contra as Radiações	x	x	x	x	x	x	x	x
Investigação e Desenvolvimento	x	x	x	x	x	x	x	x
Outras Actividades de Protecção do Ambiente	11 252 206	7 544 044	1 825 315	1 882 847	13 825 094	4 411 438	7 012 880	2 400 776

Nota: (x) Dados não apurados por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**4.2.3 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

(Continuação)

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Domínios	1991				1992			
	Total	Despesas Correntes		Despesas de Capital	Total	Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Remunerações	Outras Despesas Correntes			Remunerações	Outras Despesas Correntes	
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	66 397	23 699	10 951	31 747	39 556	9 212	9 357	20 987
Protecção do Recurso Água	27 159 417	5 719 181	2 800 677	18 639 559	39 451 326	8 693 045	5 431 329	25 326 952
Gestão dos Resíduos	18 517 158	11 533 367	2 727 902	4 255 889	19 493 248	11 012 286	3 604 658	4 876 304
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas	506 901	165 217	68 664	273 020	418 424	97 182	62 301	258 941
Protecção contra o Ruído e Vibrações	x	x	x	x	x	x	x	x
Protecção da Biodiversidade e Paisagens	995 707	284 524	253 694	457 489	2 244 398	582 417	347 094	1 314 887
Protecção contra as Radiações	x	x	x	x	x	x	x	x
Investigação e Desenvolvimento	x	x	x	x	x	x	x	x
Outras Actividades de Protecção do Ambiente	16 106 605	5 998 808	7 373 346	2 734 451	21 061 312	7 933 021	8 673 391	4 454 900

Nota: (x) Dados não apurados por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

4.2.3 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS

(Continuação)

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos	1993			
	Total	Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Remunerações	Outras Despesas Correntes	
Domínios				
Protecção da Qualidade do Ar e Clima	234 729	143 264	56 947	34 518
Protecção do Recurso Água	43 457 338	8 689 391	7 840 299	26 927 648
Gestão dos Resíduos	27 356 984	14 294 362	6 020 513	7 042 109
Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas	757 263	97 036	143 565	516 662
Protecção contra o Ruído e Vibrações	16 752	2 680	6 665	7 407
Protecção da Biodiversidade e Paisagens	4 710 435	1 098 361	1 345 869	2 266 205
Protecção contra as Radiações	x	x	x	x
Investigação e Desenvolvimento	x	x	x	x
Outras Actividades de Protecção do Ambiente	2 297 275	671 675	794 438	831 162

Nota: (x) Dados não apurados por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**4.2.4 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR AGREGADOS ECONÓMICOS,
SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Distribuição Geográfica	Total País	Continente		
		Total	Norte	Centro
Agregados Económicos				
Total das Despesas Correntes e de Capital	78 830 776	75 155 746	17 831 527	10 238 405
Total das Despesas Correntes	41 205 065	39 430 005	8 818 913	5 124 895
Remunerações	24 996 769	23 712 334	5 227 909	2 981 011
Contribuições para a Segurança Social	4 167 376	4 059 031	861 070	520 104
Aquisição de Bens e Serviços	6 262 522	5 992 928	2 314 161	876 642
Transferências correntes	1 099 927	1 089 547	301 428	91 696
Outras despesas correntes	4 678 471	4 576 165	114 345	655 442
Total das Despesas de Capital	37 625 711	35 725 741	9 012 614	5 113 510
Aquisição de bens	24 781 153	24 250 871	8 243 466	2 604 472
Transferências de capital	1 228 769	1 228 769	203 118	182 548
Operações financeiras	843 250	784 057	207 294	37 116
Outras despesas de capital	10 772 539	9 462 044	358 736	2 289 374

**4.2.4 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS, POR AGREGADOS ECONÓMICOS,
SEGUNDO A DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA**

(Continuação)

1993		Unidade: 10 ³ Esc.				
Agregados Económicos	Distribuição Geográfica	Continente			Açores	Madeira
		Lisboa e Vale do Tejo	Alentejo	Algarve		
	1	6	7	8	9	10
Total das Despesas Correntes e de Capital		37 468 068	4 488 122	5 129 624	2 069 056	1 605 974
Total das Despesas Correntes		19 991 342	2 814 726	2 680 129	679 402	1 095 658
Remunerações		11 952 495	1 840 213	1 710 706	408 487	875 948
Contribuições para a Segurança Social		2 172 643	247 085	258 129	67 629	40 716
Aquisição de Bens e Serviços		1 905 971	393 144	503 010	117 207	152 387
Transferências correntes		675 293	13 342	7 788	-	10 380
Outras despesas correntes		3 284 940	320 942	200 496	86 079	16 227
Total das Despesas de Capital		17 476 726	1 673 396	2 449 495	1 389 654	510 316
Aquisição de bens		10 473 990	1 172 136	1 756 807	443 311	86 971
Transferências de capital		712 687	6 034	124 382	-	-
Operações financeiras		436 429	88 510	14 708	59 193	-
Outras despesas de capital		5 853 620	406 716	553 598	887 150	423 345

**4.2.5 - DESPESA DOS MUNICÍPIOS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE**

1993		Unidade: 10 ³ Esc.				
Distribuição Geográfica	Domínios	Total	Protecção da Qualidade do Ar e do Clima	Protecção do Recurso Água	Gestão dos Resíduos	Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas
	1	2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira		78 830 776	234 729	43 457 338	27 356 984	757 263
Continente		75 155 746	234 729	42 185 392	25 051 716	756 731
Norte		17 831 527	7 350	10 263 286	5 983 830	220 706
Minho-Lima		1 665 547	-	959 649	548 283	-
Cávado		1 106 098	-	888 424	169 357	-
Ave		1 710 527	-	692 265	792 267	143 192
Grande Porto		8 516 578	-	4 860 588	2 863 698	-
Tâmega		1 257 487	7 350	626 629	385 863	77 514
Entre Douro e Vouga		1 090 186	-	771 432	317 013	-
Douro		1 214 047	-	675 525	452 650	-
Alto Trás-os-Montes		1 271 057	-	788 774	454 699	-
Centro		10 238 405	-	5 148 739	3 407 710	71 152
Baixo Vouga		1 257 609	-	709 094	442 089	-
Baixo Mondego		1 937 725	-	728 752	837 560	33 681
Pinhal Litoral		1 466 623	-	671 938	634 395	5 738
Pinhal Interior Norte		795 733	-	340 450	236 526	1 163
Dão-Lafões		1 767 038	-	1 030 240	547 820	7 656
Pinhal Interior Sul		185 697	-	104 090	44 288	745
Serra da Estrela		268 755	-	156 931	69 870	18 655
Beira Interior Norte		1 473 405	-	677 935	292 630	3 477
Beira Interior Sul		545 831	-	384 738	108 458	37
Cova da Beira		539 989	-	344 571	194 074	-
Lisboa e Vale do Tejo		37 468 068	225 708	21 952 301	11 681 573	454 218
Oeste		3 441 631	552	2 306 032	1 038 165	9 686
Grande Lisboa		23 845 605	221 217	13 538 949	7 105 511	371 146
Península de Setúbal		6 575 640	2 772	4 082 716	2 218 990	-
Médio Tejo		1 673 909	-	1 183 570	423 114	360
Lezíria do Tejo		1 931 283	1 167	841 034	895 793	73 026
Alentejo		4 488 122	-	2 066 854	1 769 748	5 342
Alentejo Litoral		1 103 548	-	483 735	475 038	3 827
Alto Alentejo		928 579	-	387 031	426 813	-
Alentejo Central		1 145 657	-	568 541	415 599	-
Baixo Alentejo		1 310 338	-	627 547	452 298	1 515
Algarve		5 129 624	1 671	2 754 212	2 208 855	5 313
Açores		2 069 056	-	1 030 849	1 008 685	532
Madeira		1 605 974	-	241 097	1 296 583	-

**4.2.5 - DESPESA DOS MUNICÍPIOS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS DOMÍNIOS DE GESTÃO E PROTECÇÃO DO AMBIENTE**

(Continuação)

1993

Unidade: 10³ Esc.

Distribuição Geográfica	Domínios	Protecção contra o Ruído e Vibrações	Protecção da Biodiver- sidade e das Paisagens	Protecção contra as Radiações	Investigação e desenvol- vimento	Outras Actividades de Protecção do Ambiente
1		7	8	9	10	11
Continente, Açores e Madeira		16 752	4 710 435	x	x	2 297 275
Continente		16 752	4 641 601	x	x	2 268 825
Norte		-	1 213 701	x	x	142 654
Minho-Lima		-	155 995	x	x	1 620
Cávado		-	15 082	x	x	33 235
Ave		-	54 916	x	x	27 887
Grande Porto		-	791 836	x	x	456
Tâmega		-	112 248	x	x	47 883
Entre Douro e Vouga		-	-	x	x	1 741
Douro		-	56 040	x	x	29 832
Alto Trás-os-Montes		-	27 584	x	x	-
Centro		-	890 018	x	x	720 786
Baixo Vouga		-	39 760	x	x	66 666
Baixo Mondego		-	334 549	x	x	3 183
Pinhal Litoral		-	154 552	x	x	-
Pinhal Interior Norte		-	199 397	x	x	18 197
Dão-Lafões		-	94 283	x	x	87 039
Pinhal Interior Sul		-	36 560	x	x	14
Serra da Estrela		-	23 299	x	x	-
Beira Interior Norte		-	3 591	x	x	495 772
Beira Interior Sul		-	4 027	x	x	48 571
Cova da Beira		-	-	x	x	1 344
Lisboa e Vale do Tejo		16 752	2 305 510	x	x	832 006
Oeste		-	82 519	x	x	4 677
Grande Lisboa		16 336	1 804 136	x	x	788 310
Península de Setúbal		416	242 322	x	x	28 424
Médio Tejo		-	56 270	x	x	10 595
Lezíria do Tejo		-	120 263	x	x	-
Alentejo		-	87 028	x	x	559 150
Alentejo Litoral		-	28 030	x	x	112 918
Alto Alentejo		-	21 778	x	x	92 957
Alentejo Central		-	27 568	x	x	133 949
Baixo Alentejo		-	9 652	x	x	219 326
Algarve		-	145 344	x	x	14 229
Açores		-	540	x	x	28 450
Madeira		-	68 294	x	x	-

NOTA: (X) Dados não apurados por ausência de inquirição destes domínios no instrumento de notação.

**4.2.6 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "PROTECÇÃO DA QUALIDADE
DO AR E DO CLIMA", POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993		Unidade: 10 ³ Esc.				
Distribuição Geográfica	Agregados Económicos	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc) do Total
1		2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira		234 729	100,0	200 211	85,3	34 518
Continente		234 729	100,0	200 211	85,3	34 518
Norte		7 350	3,1	1 065	14,5	6 285
Minho-Lima		-	-	-	-	-
Cávado		-	-	-	-	-
Ave		-	-	-	-	-
Grande Porto		-	-	-	-	-
Tâmega		7 350	3,1	1 065	14,5	6 285
Entre Douro e Vouga		-	-	-	-	-
Douro		-	-	-	-	-
Alto Trás-os-Montes		-	-	-	-	-
Centro		-	-	-	-	-
Baixo Vouga		-	-	-	-	-
Baixo Mondego		-	-	-	-	-
Pinhal Litoral		-	-	-	-	-
Pinhal Interior Norte		-	-	-	-	-
Dão-Lafões		-	-	-	-	-
Pinhal Interior Sul		-	-	-	-	-
Serra da Estrela		-	-	-	-	-
Beira Interior Norte		-	-	-	-	-
Beira Interior Sul		-	-	-	-	-
Cova da Beira		-	-	-	-	-
Lisboa e Vale do Tejo		225 708	96,2	197 475	87,5	28 233
Oeste		552	0,2	552	100,0	-
Grande Lisboa		221 217	94,2	194 151	87,8	27 066
Península de Setúbal		2 772	1,2	2 772	100,0	-
Médio Tejo		-	-	-	-	-
Lezíria do Tejo		1 167	0,5	-	-	1 167
Alentejo		-	-	-	-	-
Alentejo Litoral		-	-	-	-	-
Alto Alentejo		-	-	-	-	-
Alentejo Central		-	-	-	-	-
Baixo Alentejo		-	-	-	-	-
Algarve		1 671	0,7	1 671	100,0	-
Açores		-	-	-	-	-
Madeira		-	-	-	-	-

**4.2.7 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "PROTECÇÃO DO RECURSO
ÁGUA", POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993		Unidade: 10 ³ Esc.				
Distribuição Geográfica	Agregados Económicos	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital
		Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc) do Total
1		2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira		43 457 338	100,0	16 529 690	38,0	26 927 648
Continente		42 185 392	97,0	16 109 960	38,2	26 075 432
Norte		10 263 286	23,6	3 809 967	37,1	6 453 319
Minho-Lima		959 649	2,2	159 310	16,6	800 339
Cávado		888 424	2,0	517 698	58,3	370 726
Ave		692 265	1,6	278 861	40,3	413 404
Grande Porto		4 860 588	11,2	1 898 747	39,1	2 961 841
Tâmega		626 629	1,4	205 657	32,8	420 972
Entre Douro e Vouga		771 432	1,8	104 681	13,6	666 751
Douro		675 525	1,6	283 142	41,9	392 383
Alto Trás-os-Montes		788 774	1,8	361 871	45,9	426 903
Centro		5 148 739	11,8	1 505 202	29,2	3 643 537
Baixo Vouga		709 094	1,6	226 593	32,0	482 501
Baixo Mondego		728 752	1,7	254 237	34,9	474 515
Pinhal Litoral		671 938	1,5	112 246	16,7	559 692
Pinhal Interior Norte		340 450	0,8	136 399	40,1	204 051
Dão-Lafões		1 030 240	2,3	197 361	19,2	832 879
Pinhal Interior Sul		104 090	0,2	35 193	33,8	68 897
Serra da Estrela		156 931	0,4	75 689	48,2	81 242
Beira Interior Norte		677 935	1,6	120 481	17,8	557 454
Beira Interior Sul		384 738	0,9	167 098	43,4	217 640
Cova da Beira		344 571	0,8	179 905	52,2	164 666
Lisboa e Vale do Tejo		21 952 301	50,5	9 117 755	41,5	12 834 546
Oeste		2 306 032	5,3	443 015	19,2	1 863 017
Grande Lisboa		13 538 949	31,2	7 615 357	56,2	5 923 592
Península de Setúbal		4 082 716	9,4	649 707	15,9	3 433 009
Médio Tejo		1 183 570	2,7	156 909	13,3	1 026 661
Lezíria do Tejo		841 034	1,9	252 767	30,1	588 267
Alentejo		2 066 854	4,8	940 903	45,5	1 125 951
Alentejo Litoral		483 735	1,1	213 625	44,2	270 110
Alto Alentejo		387 031	0,9	178 809	46,2	208 222
Alentejo Central		568 541	1,3	261 715	46,0	306 826
Baixo Alentejo		627 547	1,5	286 754	45,7	340 793
Algarve		2 754 212	6,3	736 133	26,7	2 018 079
Açores		1 030 849	2,4	294 849	28,6	736 000
Madeira		241 097	0,6	124 881	51,8	116 216

**4.2.8 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "GESTÃO DOS RESÍDUOS",
POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993		Unidade: 10 ³ Esc.					
Distribuição Geográfica	Agregados Económicos	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
		Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
1		2	3	4	5	6	7
Continente, Açores e Madeira		27 356 984	99,7	20 314 875	74,3	7 042 109	25,7
Continente		25 051 716	91,3	19 050 770	76,0	6 000 946	24,0
Norte		5 983 830	21,8	4 271 837	71,4	1 711 993	28,6
Minho-Lima		548 283	2,0	330 728	60,3	217 555	39,7
Cávado		169 357	0,6	138 151	81,6	31 206	18,4
Ave		792 267	2,9	675 965	85,3	116 302	14,7
Grande Porto		2 863 698	10,4	1 784 931	62,3	1 078 767	37,7
Tâmega		385 863	1,4	297 200	77,0	88 663	23,0
Entre Douro e Vouga		317 013	1,2	301 220	95,0	15 793	5,0
Douro		452 650	1,7	343 171	75,8	109 479	24,2
Alto Trás-os-Montes		454 699	1,7	400 471	88,1	54 228	11,9
Centro		3 407 710	12,3	2 769 050	81,3	638 660	18,7
Baixo Vouga		442 089	1,6	321 262	72,7	120 827	27,3
Baixo Mondego		837 560	3,1	721 389	86,1	116 171	13,9
Pinhal Litoral		634 395	2,2	509 992	80,4	124 403	19,6
Pinhal Interior Norte		236 526	0,9	173 671	73,4	62 855	26,6
Dão-Lafões		547 820	2,0	434 310	79,3	113 510	20,7
Pinhal Interior Sul		44 288	0,2	34 609	78,1	9 679	21,9
Serra da Estrela		69 870	0,3	64 910	92,9	4 960	7,1
Beira Interior Norte		292 630	1,1	262 454	89,7	30 176	10,3
Beira Interior Sul		108 458	0,4	77 107	71,1	31 351	28,9
Cova da Beira		194 074	0,7	169 346	87,3	24 728	12,7
Lisboa e Vale do Tejo		11 681 573	42,6	8 884 907	76,1	2 796 666	23,9
Oeste		1 038 165	3,8	694 084	66,9	344 081	33,1
Grande Lisboa		7 105 511	25,9	5 475 214	77,1	1 630 297	22,9
Península de Setúbal		2 218 990	8,1	1 775 645	80,0	443 345	20,0
Médio Tejo		423 114	1,5	325 164	76,9	97 950	23,1
Lezíria do Tejo		895 793	3,3	614 800	68,6	280 993	31,4
Alentejo		1 769 748	6,5	1 303 432	73,7	466 316	26,3
Alentejo Litoral		475 038	1,7	296 611	62,4	178 427	37,6
Alto Alentejo		426 813	1,6	318 428	74,6	108 385	25,4
Alentejo Central		415 599	1,5	342 765	82,5	72 834	17,5
Baixo Alentejo		452 298	1,7	345 628	76,4	106 670	23,6
Algarve		2 208 855	8,1	1 821 544	82,5	387 311	17,5
Açores		1 008 685	3,7	359 625	35,7	649 060	64,3
Madeira		1 296 583	4,7	904 480	69,8	392 103	30,2

**4.2.9 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "PROTECÇÃO DOS SOLOS E
ÁGUAS SUBTERRÂNEAS", POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
	Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
Continente, Açores e Madeira	757 263	100,0	240 601	31,8	516 662	68,2
Continente	756 731	99,9	240 601	31,8	516 130	68,2
Norte	220 706	29,1	18 865	8,5	201 841	91,5
Minho-Lima	-	-	-	-	-	-
Cávado	-	-	-	-	-	-
Ave	143 192	18,9	10 211	7,1	132 981	92,9
Grande Porto	-	-	-	-	-	-
Tâmega	77 514	10,2	8 654	11,2	68 860	88,8
Entre Douro e Vouga	-	-	-	-	-	-
Douro	-	-	-	-	-	-
Alto Trás-os-Montes	-	-	-	-	-	-
Centro	71 152	9,4	13 514	19,0	57 638	81,0
Baixo Vouga	-	-	-	-	-	-
Baixo Mondego	33 681	4,3	-	-	33 681	100,0
Pinhal Litoral	5 738	0,8	4 294	74,8	1 444	25,2
Pinhal Interior Norte	1 163	0,2	295	25,4	868	74,6
Dão-Lafões	7 656	1,0	7 656	100,0	-	-
Pinhal Interior Sul	745	0,1	-	-	745	100,0
Serra da Estrela	18 655	2,5	-	-	18 655	100,0
Beira Interior Norte	3 477	0,5	1 269	36,5	2 208	63,5
Beira Interior Sul	37	0,0	-	-	37	100,0
Cova da Beira	-	-	-	-	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	454 218	60,0	200 194	44,1	254 024	55,9
Oeste	9 686	1,3	395	4,1	9 291	95,9
Grande Lisboa	371 146	49,1	181 436	48,9	189 710	51,1
Península de Setúbal	-	-	-	-	-	-
Médio Tejo	360	0,0	-	-	360	100,0
Lezíria do Tejo	73 026	9,6	18 363	25,1	54 663	74,9
Alentejo	5 342	0,7	4 906	91,8	436	8,2
Alentejo Litoral	3 827	0,5	3 827	100,0	-	-
Alto Alentejo	-	-	-	-	-	-
Alentejo Central	-	-	-	-	-	-
Baixo Alentejo	1 515	0,2	1 079	71,2	436	28,8
Algarve	5 313	0,7	3 122	58,8	2 191	41,2
Açores	532	0,1	-	-	532	100,0
Madeira	-	-	-	-	-	-

**4.2.10 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "PROTECÇÃO CONTRA O
RUÍDO E VIBRAÇÕES", POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
	Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
	2	3	4	5	6	7
Continente, Açores e Madeira	16 752	100,0	9 345	55,8	7 407	44,2
Continente	16 752	100,0	9 345	55,8	7 407	44,2
Norte	-	-	-	-	-	-
Minho-Lima	-	-	-	-	-	-
Cávado	-	-	-	-	-	-
Ave	-	-	-	-	-	-
Grande Porto	-	-	-	-	-	-
Tâmega	-	-	-	-	-	-
Entre Douro e Vouga	-	-	-	-	-	-
Douro	-	-	-	-	-	-
Alto Trás-os-Montes	-	-	-	-	-	-
Centro	-	-	-	-	-	-
Baixo Vouga	-	-	-	-	-	-
Baixo Mondego	-	-	-	-	-	-
Pinhal Litoral	-	-	-	-	-	-
Pinhal Interior Norte	-	-	-	-	-	-
Dão-Lafões	-	-	-	-	-	-
Pinhal Interior Sul	-	-	-	-	-	-
Serra da Estrela	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Norte	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Sul	-	-	-	-	-	-
Cova da Beira	-	-	-	-	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	16 752	100,0	9 345	55,8	7 407	44,2
Oeste	-	-	-	-	-	-
Grande Lisboa	16 336	97,5	8 929	54,7	7 407	45,3
Península de Setúbal	416	2,5	416	100,0	-	-
Médio Tejo	-	-	-	-	-	-
Lezíria do Tejo	-	-	-	-	-	-
Alentejo	-	-	-	-	-	-
Alentejo Litoral	-	-	-	-	-	-
Alto Alentejo	-	-	-	-	-	-
Alentejo Central	-	-	-	-	-	-
Baixo Alentejo	-	-	-	-	-	-
Algarve	-	-	-	-	-	-
Açores	-	-	-	-	-	-
Madeira	-	-	-	-	-	-

4.2.11 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "PROTECÇÃO DA BIODIVERSIDADE E PAISAGEM", POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
	Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
Continente, Açores e Madeira	4 710 435	100,0	2 444 230	51,9	2 266 205	48,1
Continente	4 641 601	98,6	2 377 476	51,2	2 264 125	48,8
Norte	1 213 701	25,8	574 525	47,3	639 176	52,7
Minho-Lima	155 995	3,3	112 676	72,2	43 319	27,8
Cávado	15 082	0,3	5 000	33,2	10 082	66,8
Ave	54 916	1,2	13 338	24,3	41 578	75,7
Grande Porto	791 836	16,8	364 390	46,0	427 446	54,0
Tâmega	112 248	2,4	35 179	31,3	77 069	68,7
Entre Douro e Vouga	-	-	-	-	-	-
Douro	56 040	1,2	19 208	34,3	36 832	65,7
Alto Trás-os-Montes	27 584	0,6	24 734	89,7	2 850	10,3
Centro	890 018	18,9	552 176	62,0	337 842	38,0
Baixo Vouga	39 760	0,8	23 013	57,9	16 747	42,1
Baixo Mondego	334 549	7,1	300 461	89,8	34 088	10,2
Pinhal Litoral	154 552	3,3	127 086	82,2	27 466	17,8
Pinhal Interior Norte	199 397	4,2	64 629	32,4	134 768	67,6
Dão-Lafões	94 283	2,0	22 220	23,6	72 063	76,4
Pinhal Interior Sul	36 560	0,8	6 233	17,0	30 327	83,0
Serra da Estrela	23 299	0,5	7 412	31,8	15 887	68,2
Beira Interior Norte	3 591	0,1	119	3,3	3 472	96,7
Beira Interior Sul	4 027	0,1	1 003	24,9	3 024	75,1
Cova da Beira	-	-	-	-	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	2 305 510	49,0	1 095 031	47,5	1 210 479	52,5
Oeste	82 519	1,8	51 698	62,6	30 821	37,4
Grande Lisboa	1 804 136	38,3	824 587	45,7	979 549	54,3
Península de Setúbal	242 322	5,1	117 832	48,6	124 490	51,4
Médio Tejo	56 270	1,2	28 880	51,3	27 390	48,7
Lezíria do Tejo	120 263	2,6	72 034	59,9	48 229	40,1
Alentejo	87 028	1,8	52 314	60,1	34 714	39,9
Alentejo Litoral	28 030	0,6	27 122	96,8	908	3,2
Alto Alentejo	21 778	0,5	9 972	45,8	11 806	54,2
Alentejo Central	27 568	0,5	5 568	20,2	22 000	79,8
Baixo Alentejo	9 652	0,2	9 652	100,0	-	-
Algarve	145 344	3,1	103 430	71,2	41 914	28,8
Açores	540	0	457	84,6	83	15,4
Madeira	68 294	1,4	66 297	97,1	1 997	2,9

4.2.12 - DESPESAS DOS MUNICÍPIOS NO DOMÍNIO "OUTRAS ACTIVIDADES DE PROTECÇÃO DO AMBIENTE", POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
	Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
Continente, Açores e Madeira	2 297 275	100,0	1 466 113	63,8	831 162	36,2
Continente	2 268 825	98,8	1 441 642	63,5	827 183	36,5
Norte	142 654	6,2	142 654	100,0	-	-
Minho-Lima	1 620	0,1	1 620	100,0	-	-
Cávado	33 235	1,4	33 235	100,0	-	-
Ave	27 887	1,2	27 887	100,0	-	-
Grande Porto	456	0,0	456	100,0	-	-
Tâmega	47 883	2,1	47 883	100,0	-	-
Entre Douro e Vouga	1 741	0,1	1 741	100,0	-	-
Douro	29 832	1,3	29 832	100,0	-	-
Alto Trás-os-Montes	-	-	-	-	-	-
Centro	720 786	31,4	284 953	39,5	435 833	60,5
Baixo Vouga	66 666	2,9	40 095	60,1	26 571	39,9
Baixo Mondego	3 183	0,1	3 183	100,0	-	-
Pinhal Litoral	-	-	-	-	-	-
Pinhal Interior Norte	18 197	0,8	3 318	18,2	14 879	81,8
Dão-Lafões	87 039	3,8	56 916	65,4	30 123	34,6
Pinhal Interior Sul	14	-	-	-	14	100,0
Serra da Estrela	-	-	-	-	-	-
Beira Interior Norte	495 772	21,6	138 167	27,9	357 605	72,1
Beira Interior Sul	48 571	2,1	41 930	86,3	6 641	13,7
Cova da Beira	1 344	0,1	1 344	100,0	-	-
Lisboa e Vale do Tejo	832 006	36,3	486 635	58,5	345 371	41,5
Oeste	4 677	0,2	2 415	51,6	2 262	48,4
Grande Lisboa	788 310	34,4	456 428	57,9	331 882	42,1
Península de Setúbal	28 424	1,2	17 447	61,4	10 977	38,6
Médio Tejo	10 595	0,5	10 345	97,6	250	2,4
Lezíria do Tejo	-	-	-	-	-	-
Alentejo	559 150	24,3	513 171	91,8	45 979	8,2
Alentejo Litoral	112 918	4,9	112 918	100,0	-	-
Alto Alentejo	92 957	4,0	86 904	93,5	6 053	6,5
Alentejo Central	133 949	5,8	97 998	73,2	35 951	26,8
Baixo Alentejo	219 326	9,6	215 351	98,2	3 975	1,8
Algarve	14 229	0,6	14 229	100,0	-	-
Açores	28 450	1,2	24 471	86,0	3 979	14,0
Madeira	-	-	-	-	-	-

4.3. Instituições Particulares sem Fins Lucrativos

4.3.1.1 - RECEITAS E DESPESAS DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS, POR AGREGADOS ECONÓMICOS, SEGUNDO A SUA NATUREZA

1993

Unidade: 10³ Esc.

Natureza Agregados Económicos	Total	Municipal		Associativa	Privativa
		Bombeiros Sapadores	Não Sapadores		
1	2	3	4	5	6
Total das Receitas Correntes e de Capital	19 962 630	514 657	613 159	18 794 589	40 225
Total das Receitas Correntes	15 808 618	353 880	583 473	14 832 976	38 289
Contribuições directas dos associados	862 121	-	6 648	854 226	1 247
Rendimentos da propriedade	473 671	-	1 614	472 049	8
Transferências correntes	7 697 380	343 880	168 573	7 161 835	23 092
Venda de Bens e Serviços	5 578 524	10 000	378 329	5 176 685	13 510
Outras receitas correntes	1 196 922	-	28 309	1 168 181	432
Total das Receitas de Capital	4 154 012	160 777	29 686	3 961 613	1 936
Venda de bens de investimento	302 380	-	2 033	298 411	1 936
Transferências de capital	3 049 963	160 777	23 653	2 865 533	-
Outras receitas de capital	801 669	-	4 000	797 669	-
Total das Despesas Correntes e de Capital	25 209 320	5 665 198	1 403 341	17 953 051	187 730
Total das Despesas Correntes	18 008 574	4 924 248	1 000 054	11 937 334	146 938
Pessoal	11 557 405	4 504 753	664 981	6 284 515	103 156
Aquisição de Bens e Serviços	5 369 241	362 681	294 342	4 676 049	36 169
Transferências correntes	136 914	49 944	29 255	57 682	33
Outras despesas correntes	945 014	6 870	11 476	919 088	7 580
Total das Despesas de Capital	7 200 746	740 950	403 287	6 015 717	40 792
Investimentos	6 589 172	645 838	387 759	5 516 468	39 107
Transferências de capital	124 605	93 640	12 150	18 815	-
Outras despesas de capital	486 969	1 472	3 378	480 434	1 685

4.3.1.2 - RECEITAS E DESPESAS DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos	Recostas						Despesas						
	Total		Correntes		de Capital		Total		Correntes		de Capital		
	Valor	%	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	Valor	% do	
	(10 ³ Esc)		(10 ³ Esc)	Total	(10 ³ Esc)	Total	(10 ³ Esc)	Total	(10 ³ Esc)	Total	(10 ³ Esc)	Total	
Distribuição Geográfica	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Continente, Açores e Madeira	19 962 630	100,0	15 808 618	79,2	4 154 012	20,8	25 209 320	100,0	18 008 574	71,4	7 200 746	28,6	
Continente	19 111 344	95,8	15 037 544	78,7	4 073 800	21,3	24 149 115	95,7	17 370 591	71,9	6 778 524	28,1	
Norte	5 384 626	27,0	4 259 050	79,1	1 125 576	20,9	6 644 828	26,4	4 858 212	73,1	1 786 616	26,9	
Minho-Lima	467 839	2,3	398 213	85,1	69 626	14,9	443 879	1,8	361 732	81,5	82 147	18,5	
Cávado	331 971	1,7	227 473	68,5	104 498	31,5	470 913	1,9	335 165	71,2	135 748	28,8	
Ave	722 814	3,6	619 923	85,8	102 891	14,2	717 347	2,8	522 094	72,8	195 253	27,2	
Grande Porto	1 186 393	6,0	856 134	72,2	330 259	27,8	2 387 176	9,6	2 013 260	84,3	373 916	15,7	
Tâmega	1 129 895	5,7	920 639	81,5	209 256	18,5	1 086 535	4,3	623 425	57,4	463 110	42,6	
Entre Douro e Minho	457 650	2,3	276 199	60,4	181 451	39,6	459 775	1,8	207 362	45,1	252 413	54,9	
Douro	601 128	3,0	542 095	90,2	59 033	9,8	614 924	2,4	444 297	72,3	170 627	27,7	
Alto Trás-os-Montes	486 936	2,4	418 374	85,9	68 562	14,1	464 279	1,8	350 877	75,6	113 402	24,4	
Centro	4 026 583	20,2	3 024 583	75,1	1 002 000	24,9	4 104 578	16,3	2 383 242	58,1	1 721 336	41,9	
Baixo Vouga	897 105	4,6	600 209	66,9	296 896	33,1	863 522	3,4	372 360	43,1	491 162	56,9	
Baixo Mondego	382 893	1,9	280 863	73,4	102 030	26,6	505 273	2,0	372 904	73,8	132 369	26,2	
Pinhal Litoral	371 671	1,9	332 079	89,3	39 592	10,7	473 893	1,9	284 243	60,0	189 650	40,0	
Pinhal Interior Norte	642 735	3,2	489 453	76,2	153 282	23,8	654 243	2,6	337 128	51,5	317 115	48,5	
Dão-Lafões	514 292	2,6	400 368	77,8	113 924	22,2	541 069	2,2	289 700	53,5	251 369	46,5	
Pinhal Interior Sul	146 700	0,7	126 601	86,3	20 099	13,7	161 976	0,6	131 044	80,9	30 932	19,1	
Serra da Estrela	227 851	1,1	203 544	89,3	24 307	10,7	220 491	0,9	146 397	66,4	74 094	33,6	
Beira Interior Norte	338 766	1,7	276 398	81,6	62 368	18,4	312 041	1,2	189 960	60,9	122 081	39,1	
Beira Interior Sul	305 132	1,5	153 380	50,3	151 752	49,7	164 010	0,7	106 646	65,0	57 364	35,0	
Cova da Beira	199 438	1,0	161 688	81,1	37 750	18,9	208 060	0,8	152 860	73,5	55 200	26,5	
Lisboa e Vale do Tejo	7 004 164	35,1	5 487 866	78,4	1 516 298	21,6	10 904 057	43,1	8 237 061	75,5	2 666 996	24,5	
Oeste	783 317	3,9	724 829	92,5	58 488	7,5	777 067	3,1	579 583	74,6	197 484	25,4	
Grande Lisboa	3 294 375	16,6	2 675 210	81,2	619 165	18,8	6 942 068	27,4	5 516 192	79,5	1 425 876	20,5	
Península de Setúbal	1 983 848	9,9	1 414 382	71,3	569 466	28,7	1 924 656	7,6	1 334 250	69,3	590 406	30,7	
Médio Tejo	338 618	1,7	266 343	78,7	72 275	21,3	489 093	1,9	367 336	75,1	121 757	24,9	
Lezíria do Tejo	604 006	3,0	407 102	67,4	196 904	32,6	771 173	3,1	439 700	57,0	331 473	43,0	
Alentejo	1 972 881	9,9	1 614 524	81,8	358 357	18,2	1 826 186	7,2	1 339 348	73,3	486 838	26,7	
Alentejo Litoral	423 464	2,1	354 486	83,7	68 978	16,3	423 165	1,7	318 180	75,2	104 985	24,8	
Alto Alentejo	287 945	1,4	250 949	87,2	36 996	12,8	285 889	1,1	208 739	73,0	77 150	27,0	
Alentejo Central	612 644	3,1	550 285	89,8	62 359	10,2	551 893	2,2	421 532	76,4	130 361	23,6	
Baixo Alentejo	648 828	3,3	458 804	70,7	190 024	29,3	565 239	2,2	390 897	69,2	174 342	30,8	
Algarve	723 090	3,6	651 521	90,1	71 569	9,9	669 466	2,7	552 728	82,6	116 738	17,4	
Açores	308 894	1,5	236 553	76,6	72 341	23,4	315 784	1,3	219 441	69,5	96 343	30,5	
Madeira	542 392	2,7	534 521	98,5	7 871	1,5	744 421	3,0	418 542	56,2	325 879	43,8	

**4.3.1.3 - RECEITAS CORRENTES DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS,
POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total	Contribuições Directas dos Associados	Rendimentos da Propriedade	Transferências Correntes				Venda de Bens e Serviços	Outras Receitas Correntes
				Administração Central	Administração Regional e Local	Sector Privado	Exterior		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Continente, Açores e Madeira	15 808 618	862 121	473 671	4 168 538	2 788 096	698 126	42 620	5 578 524	1 196 922
Continente	15 037 544	845 977	462 196	4 163 030	2 448 546	663 436	42 620	5 250 559	1 161 180
Norte	4 259 050	255 579	212 937	1 225 306	465 556	247 025	38 420	1 417 248	396 979
Minho-Lima	398 213	13 181	7 788	119 002	29 987	28 939	-	106 199	93 117
Cávado	227 473	18 585	12 600	69 711	21 996	34 904	-	66 152	3 525
Ave	619 923	37 602	42 489	131 853	46 231	69 661	-	238 042	54 045
Grande Porto	856 134	101 139	42 144	190 182	148 053	35 431	35 896	259 328	43 961
Tâmega	920 639	35 299	53 049	260 287	105 624	23 659	2 524	358 119	82 078
Entre Douro e Minho	276 199	22 772	14 048	88 576	27 896	8 482	-	97 403	17 022
Douro	542 095	14 760	29 680	216 764	52 779	30 938	-	142 976	54 198
Alto Trás-os-Montes	418 374	12 241	11 139	148 931	32 990	15 011	-	149 029	49 033
Centro	3 024 583	141 652	118 623	1 089 274	394 220	166 662	3 870	861 283	248 999
Baixo Vouga	600 209	46 209	9 460	205 618	87 590	63 768	-	133 328	54 236
Baixo Mondego	280 863	22 642	5 221	66 908	33 794	32 772	-	104 375	15 151
Pinhal Litoral	332 079	13 138	82 099	79 825	23 739	17 554	3 870	89 814	22 040
Pinhal Interior Norte	489 453	12 959	4 400	234 521	71 778	19 693	-	116 588	29 514
Dão-Lafões	400 368	20 575	9 326	147 966	55 768	7 185	-	107 441	52 107
Pinhal Interior Sul	126 601	5 550	814	54 262	13 595	3 112	-	46 005	3 263
Serra da Estrela	203 544	4 942	742	83 893	9 385	4 944	-	81 079	18 559
Beira Interior Norte	276 398	5 762	4 341	128 893	35 951	5 577	-	64 752	31 122
Beira Interior Sul	153 380	5 827	1 190	45 015	40 366	1 118	-	50 615	9 249
Cova da Beira	161 688	4 048	1 030	42 373	22 254	10 939	-	67 286	13 758
Lisboa e Vale do Tejo	5 487 866	347 939	112 863	1 199 677	1 340 928	198 322	-	1 929 791	358 346
Oeste	724 829	54 831	17 448	192 451	124 040	43 643	-	246 698	45 718
Grande Lisboa	2 675 210	204 030	48 678	516 759	574 985	100 086	-	993 785	236 887
Península de Setúbal	1 414 382	43 602	33 809	216 249	574 837	28 903	-	475 859	41 123
Médio Tejo	266 343	19 280	3 918	107 817	26 202	10 310	-	80 952	17 864
Lezíria do Tejo	407 102	26 196	9 010	166 401	40 864	15 380	-	132 497	16 754
Alentejo	1 614 524	91 828	14 403	410 736	158 110	43 250	-	771 398	124 799
Alentejo Litoral	354 486	11 767	1 155	104 350	28 067	6 246	-	167 779	35 122
Alto Alentejo	250 949	18 978	2 544	81 808	23 132	13 045	-	91 596	19 846
Alentejo Central	550 285	29 642	7 279	110 454	65 732	17 416	-	271 323	48 439
Baixo Alentejo	458 804	31 441	3 425	114 124	41 179	6 543	-	240 700	21 392
Algarve	651 521	8 979	3 370	238 037	89 732	8 177	330	270 839	32 057
Açores	236 553	15 589	11 313	5 508	91 198	22 172	-	77 539	13 234
Madeira	534 521	555	162	-	248 352	12 518	-	250 426	22 508

4.3.1.4 - RECEITAS DE CAPITAL DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA, SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS

1993

Unidade: 10³ Esc.

Distribuição Geográfica	Agregados Económicos	Total	Venda de Bens de Investimento	Transferências de Capital			Outras Receitas de Capital	
				Administração Central	Administração Regional e Local	Sector Privado		Exterior
Continente, Açores e Madeira		4 154 012	302 380	1 503 510	947 353	538 000	61 100	801 669
Continente		4 073 800	302 100	1 502 885	893 986	537 237	61 100	776 492
Norte		1 125 576	93 844	446 228	223 395	148 049	61 100	152 960
Minho-Lima		69 626	252	31 761	682	5 553	-	31 378
Cávado		104 498	9 295	78 051	10 010	6 645	-	497
Ave		102 891	1 936	76 371	-	11 887	-	12 697
Grande Porto		330 259	65 049	44 241	109 115	30 515	61 100	20 239
Tâmega		209 256	1 132	84 237	45 361	37 742	-	40 784
Entre Douro e Minho		181 451	15 752	55 961	24 274	50 293	-	35 171
Douro		59 033	73	24 368	21 133	4 594	-	8 865
Alto Trás-os-Montes		68 562	355	51 238	12 820	820	-	3 329
Centro		1 002 000	68 661	452 579	162 600	125 545	-	192 615
Baixo Vouga		296 896	2 900	118 257	58 344	95 773	-	21 622
Baixo Mondego		102 030	779	57 844	25 565	11 042	-	6 800
Pinhal Litoral		39 592	-	24 202	15 390	-	-	-
Pinhal Interior Norte		153 282	48 200	77 706	22 050	2 326	-	3 000
Dão-Lafões		113 924	15 685	55 483	11 030	9 287	-	22 439
Pinhal Interior Sul		20 099	300	4 193	240	1 700	-	13 666
Serra da Estrela		24 307	382	7 332	-	2 924	-	13 669
Beira Interior Norte		62 368	415	45 890	15 355	-	-	708
Beira Interior Sul		151 752	-	29 256	13 856	1 631	-	107 009
Cova da Beira		37 750	-	32 416	770	862	-	3 702
Lisboa e Vale do Tejo		1 516 298	81 477	390 706	445 586	225 126	-	373 403
Oeste		58 488	3 443	30 933	10 879	8 101	-	5 132
Grande Lisboa		619 165	39 190	180 994	193 783	146 794	-	58 404
Península de Setúbal		569 466	36 097	71 796	189 250	19 004	-	253 319
Médio Tejo		72 275	2 087	36 877	5 997	10 691	-	16 623
Lezíria do Tejo		196 904	660	70 106	45 677	40 536	-	39 925
Alentejo		358 357	57 208	176 278	61 617	32 494	-	30 760
Alentejo Litoral		68 978	1 050	35 661	14 529	9 095	-	8 643
Alto Alentejo		36 996	237	15 100	11 540	3 897	-	6 222
Alentejo Central		62 359	1 134	31 323	2 000	17 902	-	10 000
Baixo Alentejo		190 024	54 787	94 194	33 548	1 600	-	5 895
Algarve		71 569	910	37 094	788	6 023	-	26 754
Açores		72 341	-	625	47 566	763	-	23 387
Madeira		7 871	280	-	5 801	-	-	1 790

**4.3.1.5 - DESPESAS CORRENTES DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES DE
BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total	Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Transferências Correntes	Outras Despesas Correntes
	2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira	18 008 574	11 557 405	5 369 241	136 914	945 014
Continente	17 370 591	11 074 430	5 242 199	135 786	918 176
Norte	4 858 212	2 929 691	1 573 045	23 719	331 757
Minho-Lima	361 732	173 165	163 195	413	24 959
Cávado	335 165	235 950	83 905	248	15 062
Ave	522 094	226 083	206 738	504	88 769
Grande Porto	2 013 260	1 468 647	432 335	18 762	93 516
Tâmega	623 425	312 504	282 322	804	27 795
Entre Douro e Minho	207 362	109 998	84 825	1 948	10 591
Douro	444 297	224 485	182 128	530	37 154
Alto Trás-os-Montes	350 877	178 859	137 597	510	33 911
Centro	2 383 242	1 268 817	944 290	5 451	164 684
Baixo Vouga	372 360	185 594	159 901	653	26 212
Baixo Mondego	372 904	204 462	141 422	-	27 020
Pinhal Litoral	284 243	185 113	81 367	933	16 830
Pinhal Interior Norte	337 128	169 837	145 659	1 821	19 811
Dão-Lafões	272 982	135 290	134 590	297	2 805
Pinhal Interior Sul	147 762	83 263	44 679	866	18 954
Serra da Estrela	146 397	62 791	60 376	135	23 095
Beira Interior Norte	189 960	103 060	65 978	610	20 312
Beira Interior Sul	106 646	70 929	30 859	136	4 722
Cova da Beira	152 860	68 478	79 459	-	4 923
Lisboa e Vale do Tejo	8 237 061	5 796 147	2 006 907	92 852	341 155
Oeste	579 583	309 419	243 332	960	25 872
Grande Lisboa	5 516 192	4 224 424	1 034 092	52 306	205 370
Península de Setúbal	1 334 250	802 878	442 576	16 545	72 251
Médio Tejo	367 336	195 624	131 822	22 534	17 356
Lezíria do Tejo	439 700	263 802	155 085	507	20 306
Alentejo	1 339 348	737 910	524 035	6 979	70 424
Alentejo Litoral	318 180	200 622	109 025	211	8 322
Alto Alentejo	208 739	128 273	72 256	2 920	5 290
Alentejo Central	421 532	196 912	177 019	597	47 004
Baixo Alentejo	390 897	212 103	165 735	3 251	9 808
Algarve	552 728	341 865	193 922	6 785	10 156
Açores	219 441	144 870	67 554	1 128	5 889
Madeira	418 542	338 105	59 488	-	20 949

**4.3.1.6 - DESPESAS DE CAPITAL DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS ENTIDADES
DE BOMBEIROS, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993		Unidade: 10 ³ Esc.			
Distribuição Geográfica	Agregados Económicos	Total	Investimentos	Transferências de Capital	Outras Despesas de Capital
	1	2	3	4	5
Continente, Açores e Madeira		7 200 746	6 589 172	124 605	486 969
Continente		6 778 524	6 184 853	116 825	476 846
Norte		1 786 616	1 626 202	96 392	64 022
Minho-Lima		82 147	73 499	-	8 648
Cávado		135 748	130 360	5 380	8
Ave		195 253	166 973	-	28 280
Grande Porto		373 916	282 453	88 260	3 203
Tâmega		463 110	454 725	372	8 013
Entre Douro e Minho		252 413	249 413	-	3 000
Douro		170 627	164 146	-	6 481
Alto Trás-os-Montes		113 402	104 633	2 380	6 389
Centro		1 721 336	1 547 907	2 204	171 225
Baixo Vouga		491 162	472 521	-	18 641
Baixo Mondego		132 369	121 686	-	10 683
Pinhal Litoral		189 650	115 693	-	73 957
Pinhal Interior Norte		317 115	312 292	2 190	2 633
Dão-Lafões		251 369	222 061	-	29 308
Pinhal Interior Sul		30 932	26 522	-	4 410
Serra da Estrela		74 094	64 001	-	10 093
Beira Interior Norte		122 081	120 067	14	2 000
Beira Interior Sul		57 364	37 864	-	19 500
Cova da Beira		55 200	55 200	-	-
Lisboa e Vale do Tejo		2 666 996	2 437 051	18 229	211 716
Oeste		197 484	158 131	1 000	38 353
Grande Lisboa		1 425 876	1 281 770	5 079	139 027
Península de Setúbal		590 406	582 692	-	7 714
Médio Tejo		121 757	116 010	-	5 747
Lezíria do Tejo		331 473	298 448	12 150	20 875
Alentejo		486 838	456 955	-	29 883
Alentejo Litoral		104 985	90 549	-	14 436
Alto Alentejo		77 150	74 985	-	2 165
Alentejo Central		130 361	125 516	-	4 845
Baixo Alentejo		174 342	165 905	-	8 437
Algarve		116 738	116 738	-	-
Açores		96 343	87 770	7 780	793
Madeira		325 879	316 549	-	9 330

**4.3.2.1 - RECEITAS E DESPESAS DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS
INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE,
POR AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993 - Continente e Regiões Autónomas

Unidade: 10³ Esc.

		Organizações	Total
		1	2
Agregados Económicos			
Total das Receitas Correntes e de Capital			609 553
Total das Receitas Correntes			570 115
Contribuições directas dos associados			58 786
Rendimentos de propriedade			6 867
Transferências correntes			274 869
Venda de Bens e Serviços			141 989
Outras receitas correntes			87 604
Total das Receitas de Capital			39 438
Venda de bens de investimento			90
Transferências de capital			28 297
Operações financeiras			11 000
Outras receitas de capital			51
Total das Despesas Correntes e de Capital			535 894
Total das Despesas Correntes			415 400
Pessoal			60 691
Aquisição de Bens e Serviços			289 567
Transferências correntes			15 125
Outras despesas correntes			50 017
Total das Despesas de Capital			120 494
Investimentos			61 355
Transferências de capital			-
Operações financeiras			3 106
Outras despesas de capital			56 033

**4.3.2.2 - RECEITAS E DESPESAS DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE
DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Receitas					
	Total das Receitas		Receitas Correntes		Receitas de Capital	
	Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
1	2	3	4	5	6	7
Continente, Açores e Madeira	609 553	100,0	570 115	93,5	39 438	6,5
Continente	605 763	99,3	566 325	93,5	39 438	6,5
Norte	43 264	7,1	33 785	78,1	9 479	21,9
Centro	12 062	2,0	11 298	93,7	764	6,3
Lisboa e Vale do Tejo	471 461	77,3	447 919	95,0	23 542	5,0
Alentejo	57 958	9,5	57 958	100,0	-	-
Algarve	21 018	3,4	15 365	73,1	5 653	26,9
Açores	...	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...	...

**4.3.2.2 - RECEITAS E DESPESAS DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE
DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

(Continuação)

1993

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Despesas					
	Total das Despesas		Despesas Correntes		Despesas de Capital	
	Valor (10 ³ Esc)	%	Valor (10 ³ Esc)	% do Total	Valor (10 ³ Esc)	% do Total
1	8	9	10	11	12	13
Continente, Açores e Madeira	535 894	100,0	415 400	77,5	120 494	22,5
Continente	531 911	99,3	411 997	77,5	119 914	22,5
Norte	40 769	7,6	15 899	39,0	24 870	61,0
Centro	9 608	1,8	6 618	68,9	2 990	31,1
Lisboa e Vale do Tejo	409 410	76,4	341 623	83,4	67 787	16,6
Alentejo	50 907	9,5	34 507	67,8	16 400	32,2
Algarve	21 217	4,0	13 350	62,9	7 867	37,1
Açores	...	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...	...

**4.3.2.3 - RECEITAS CORRENTES DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Natureza das Receitas								
	Total	Contribuições Diretas dos Associados	Rendimentos de Propriedade	Transferências Correntes				Venda de Bens e Serviços	Outras Receitas Correntes
				Administração Central	Administração Regional e Local	Sector Privado	Exterior		
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Continente, Açores e Madeira	570 115	58 786	6 867	109 580	40 625	57 674	66 990	141 989	87 604
Continente	566 325	58 270	6 635	109 430	39 059	56 660	66 990	141 849	87 432
Norte	33 785	3 375	716	2 394	7 372	6 830	-	10 022	3 076
Centro	11 298	1 667	318	2 421	3 442	1 432	-	428	1 590
Lisboa e Vale do Tejo	447 919	51 955	5 572	92 959	18 997	39 445	66 990	128 285	43 716
Alentejo	57 958	684	-	5 185	7 730	3 541	-	1 768	39 050
Algarve	15 365	589	29	6 471	1 518	5 412	-	1 346	-
Açores	...	...	...	...	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...	...	...	...	...

**4.3.2.4 - RECEITAS DE CAPITAL DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Natureza das Receitas						
	Total	Venda de Bens de Investimento	Transferências de Capital			Operações Financeiras	Outras Receitas de Capital
			Administração Central	Administração Regional e Local	Sector Privado		
Contínente, Açores e Madeira	...	...	...	...	...	...	...
Contínente	39 438	90	7 901	5 160	15 236	11 000	51
Norte	9 479	-	40	140	5 115	4 184	-
Centro	764	-	-	-	-	757	7
Lisboa e Vale do Tejo	23 542	90	3 088	4 140	10 121	6 059	44
Alentejo	-	-	-	-	-	-	-
Algarve	5 653	-	4 773	880	-	-	-
Açores	...	...	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...	...	...

**4.3.2.5 - DESPESAS CORRENTES DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos Distribuição Geográfica	Total	Pessoal	Aquisição de Bens e Serviços	Transferências Correntes	Outras Despesas Correntes
	2	3	4	5	6
Continente, Açores e Madeira	415 400	60 691	289 567	15 125	50 017
Continente	411 997	60 691	287 471	15 125	48 710
Norte	15 899	2 261	8 945	43	4 650
Centro	6 618	405	3 673	35	2 505
Lisboa e Vale do Tejo	341 623	40 622	249 591	15 047	36 363
Alentejo	34 507	12 162	21 266	-	1 079
Algarve	13 350	5 241	3 996	-	4 113
Açores	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...

**4.3.2.6 - DESPESAS DE CAPITAL DAS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES
DE DEFESA DO AMBIENTE, POR DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA,
SEGUNDO OS AGREGADOS ECONÓMICOS**

1993

Unidade: 10³ Esc.

Agregados Económicos	Total	Investimento	Transferências de Capital	Operações Financeiras	Outras Despesas de Capital
Distribuição Geográfica					
Continente, Açores e Madeira	120 494	61 355	-	3 106	56 033
Continente	119 914	60 775	-	3 106	56 033
Norte	24 870	24 170	-	96	604
Centro	2 990	2 205	-	-	785
Lisboa e Vale do Tejo	67 787	12 833	-	3 010	51 944
Alentejo	16 400	13 700	-	-	2 700
Algarve	7 867	7 867	-	-	-
Açores	...	...	...	...	...
Madeira	...	...	...	...	...

Anexo I

A - Conceitos Físicos

B - Conceitos Económicos

C - Nomenclatura das Unidades Territoriais
para Fins Estatísticos (NUTS)

N Conceitos e
OMENCLATURAS

I A - Conceitos Físicos

Câmaras Municipais

Utilização dos Solos

Utilização do Solo: a forma como os diferentes grupos estruturais (seres vivos ou inanimados) fazem uso do espaço.

Superfície Agrícola: o conjunto de terras cujo coberto vegetal se distribui pelas seguintes categorias:

Terras Aráveis: destinadas a culturas de sementeira anual (cereais, feijão, batata, etc.); as ressemeadas com intervalos que não excedam cinco anos e as terras de pousio (em repouso durante o ano agrícola);

Culturas Permanentes: ocupam a terra durante um longo período (vinha, olival e outras árvores de fruto);

Prados e Pastagens Permanentes: culturas, em geral herbáceas (destinadas a serem comidas pelo gado), que ocupam as terras durante um período superior a cinco anos.

Para além destas categorias são ainda incluídas como solos de utilização agrícola:

- terras que não foram cultivadas durante o ano agrícola;
- terras que tenham culturas temporárias, sob coberto florestal, quando as primeiras apresentem maior rendimento sob o ponto de vista económico (delimitação de cultura temporária principal).

Superfície Florestal: o conjunto de terras arborizadas com espécies florestais (resinosas e folhosas) e com funções diversas (produção, protecção, recreio ou uso múltiplo) distribuídas pelas seguintes categorias:

Povoamentos Florestais: grau de cobertura igual ou superior a 10%;

Arvoredo Disperso: grau de cobertura inferior a 10% ou que tenham no mínimo 10 árvores por hectare no caso de espécies resinosas e do eucalipto, e 5 árvores por hectare no caso das folhosas à excepção do eucalipto.

Terrenos com Construção, Expectantes e Outros: os ocupados pelos edifícios e estruturas associadas, utilizadas pelos diferentes sectores da actividade humana, incluindo ainda, os terrenos não construídos mas cuja acção de loteamento urbano os situa fora do espaço rural, e certas áreas não construídas que tenham como função principal apoiar a actividade anteriormente mencionada. Situam-se neste âmbito, os parques urbanos, jardins e os terrenos abandonados que se situam entre zonas construídas. São excluídos os terrenos ocupados com construções incluídas em superfície agrícola.

Terrenos com Construção Habitacional e Comercial: terrenos com utilização essencialmente habitacional e/ou comercial. Além das habitações são consideradas áreas residenciais, os jardins privados e os terrenos destinados a estacionamento e recreio, utilizados principalmente pelos habitantes. A área comercial abrange os centros comerciais, bancos, garagens e oficinas de reparações, escritórios e outros terrenos de apoio a esta actividade. Excluem-se desta categoria todos os terrenos utilizados para quaisquer outros fins, mesmo que os utilizadores sejam a população local.



Terrenos Industriais: terrenos destinados, principalmente, à actividade industrial (indústria extractiva e transformadora). Incluem-se nesta categoria, todas as áreas que comportem instalações e equipamentos industriais com inclusão das vias privadas, parques de estacionamento, armazéns, escritórios, etc.. Além disso englobam-se ainda, as minas, pedreiras e instalações anexas.

Jardins e Espaços Verdes: áreas utilizadas para fins recreativos e de lazer, incluem parques públicos, zonas verdes de áreas residenciais, terrenos com construções destinadas a actividades lúdicas e outros espaços ocupados essencialmente com equipamentos ligados ao turismo. Excluem-se os terrenos mencionados como de construção habitacional e comercial.

Terrenos Utilizados para fins de Saneamento Básico: terrenos ocupados pelas instalações de tratamento de água (ETA), de efluentes domésticos e industriais (ETAR) e os utilizados na deposição e tratamento de resíduos sólidos.

Terrenos com Outras Funções: terrenos construídos e não incluídos nas categorias anteriores. Englobam as áreas ligadas ao funcionamento de organismos públicos, ocupadas pelas instalações e equipamentos relacionados com os transportes e comunicações, e zonas de utilização mista às quais não se pode atribuir uma função bem determinada.

Abastecimento de Água

Abastecimento de Água: um sistema de abastecimento de água é entendido como sendo um conjunto de órgãos interligados que, no seu todo, têm como função colocar água em casa do consumidor, em boa quantidade e boa qualidade. Na sua forma completa, um sistema de abastecimento de água é composto pelos seguintes órgãos: captação, estação elevatória, adutora, reservatório, adutora para a distribuição e rede de distribuição.

População: pessoas que residem habitualmente no concelho.

População Servida com Abastecimento Domiciliário: população abastecida com água no seu domicílio pelos serviços municipalizados.

População Servida com Fontanários: população abastecida com água não domiciliariamente pelos serviços municipalizados.

População Não Servida: população que tem um modo de abastecimento diferente dos “domiciliário” ou “fontanário”.

Origem Superficial: consideram-se como origens superficiais do abastecimento de água, os rios, as albufeiras e os aluviões.

Origem Subterrânea: refere-se às águas provenientes de nascentes, galerias de minas, poços ou furos.

Outras Origens: refere-se às águas provenientes de origens exteriores ao Município.

Captação: local onde são captadas as águas municipais para abastecimento.

Reservatórios: dispositivo que serve para reter as águas municipais para abastecimento.

Tratamento: abrange apenas o tratamento realizado no Município que confira à água boas qualidades químicas e bacteriológicas. As simples filtragens e cloragens não são abrangidas por este conceito.

Estação de Tratamento (ETA): um conjunto de órgãos que garante à água condições de qualidade (água potável). As simples filtragens e cloragens não são abrangidas por este conceito.

Controlo da Qualidade da Água: verificação periódica dos parâmetros de qualidade da água (de acordo com o Decreto-Lei nº 74/90, de 7 de Março).

Consumos: refere-se aos consumos contados, independentemente de serem ou não facturados.



Estados Geral dos Órgãos: para cada um dos órgãos considerados (captações, ETA e reservatórios), o estado geral é BOM quando não existem disfunções e partes degradadas, é REGULAR quando existem sectores parcialmente degradados, e é MAU quando se encontram em situação de degradação acentuada.

Drenagem de Águas Residuais

Drenagem de Águas Residuais: um sistema de colecta e tratamento de águas residuais é constituído por um conjunto de órgãos cuja função é recolher as águas residuais produzidas num aglomerado, conduzi-las e tratá-las em dispositivo adequado, por forma a que a sua disposição no meio receptor (solo ou água) não altere as condições ambientais existentes. Deste modo, um sistema completo é composto por: rede de drenagem, emissário, estação elevatória, interceptor, estação de tratamento e emissário final.

População: pessoas que residem habitualmente no concelho.

População Servida com Drenagem de Águas Residuais: aquela com acesso directo às redes de águas residuais municipais.

População Não Servida: aquela que não dispõe de rede de águas residuais municipais.

Estação de Tratamento de Águas Residuais: um conjunto de órgãos que garante a observação dos parâmetros de qualidade a que as águas residuais devem obedecer por forma a que a sua deposição no meio receptor não altere as condições ambientais existentes.

Tratamento: considera-se apenas o tratamento efectuado nas ETAR.

Controlo da Qualidade das Águas Residuais Domésticas: observação dos parâmetros de qualidade a que as águas residuais devem obedecer à saída das ETAR municipais.

Controlo da Qualidade das Águas Residuais Industriais: observação dos parâmetros de qualidade a que as águas residuais devem obedecer à saída das unidades de tratamento específicas da indústria.

Estado Geral das ETAR: o estado geral das ETAR é BOM quando não existem disfunções e partes degradadas, é REGULAR quando existem sectores parcialmente degradados, e é MAU quando se encontram em situação de degradação acentuada.

Resíduos Urbanos

Resíduos Urbanos: um sistema de recolha de resíduos urbanos é composto de órgãos cuja função consiste na remoção, na deposição no terreno e no tratamento dos resíduos produzidos pela população de um, ou de um conjunto de aglomerados populacionais. Na sua forma completa, um sistema de recolha de resíduos urbanos engloba as seguintes componentes: colocação na rua; circuito de recolha e transporte ao vazadouro; e destino final.

População: pessoas que residem habitualmente no concelho.

População Servida: aquela que é servida por um sistema organizado e regular de remoção de resíduos.

População Não Servida: aquela que não é abrangida por um circuito organizado de remoção de resíduos.

Destino Final: é a fase última da sequência de operações (meios e/ou processos) de eliminação dos resíduos, pela qual se considera que os resíduos sujeitos a tratamento atingiram um grau de nocividade o mais reduzido possível ou mesmo nulo. No caso de uma câmara municipal compartilhar



o uso de instalações de deposição final de resíduos com outros municípios, considera-se a tonelagem correspondente ao total dos resíduos recolhidos.

Materiais para Reciclagem: consideram-se materiais para reciclagem aqueles resíduos que são recuperados e reintroduzidos no seu próprio ciclo de produção.

Seleção na Origem: considera-se que a seleção é efectuada na origem quando a recolha se realiza antes dos resíduos serem depositados nos locais de destino final.

Seleção no Destino: considera-se que a seleção é efectuada no destino quando a recolha se realiza após os resíduos serem depositados nos locais de destino final.

Estado Geral dos Órgãos: para cada um dos órgãos considerados (recipientes, viaturas e locais de deposição), o estado geral é BOM quando não existem disfunções e partes degradadas, é REGULAR quando existem sectores parcialmente degradados, e é MAU quando se encontram em situação de degradação acentuada.

Associações e outras Entidades de Bombeiros

Dados Gerais

Natureza: designação do corpo de bombeiros de acordo com a natureza da entidade que o cria e mantém.

Índice de Profissionalização: classificação do corpo de bombeiros quanto à forma como os elementos nele integrados exercem a sua actividade.

Profissionais: consideram-se os corpos de bombeiros em que todos os seus elementos fazem da actividade que exercem profissão, isto é, quando esta assume o carácter de função remunerada exclusiva ou dominante.

Voluntários: consideram-se os corpos de bombeiros em que todos os seus elementos exercem a função de bombeiro como actividade acessória não remunerada, dispondo, portanto, de uma outra actividade profissional.

Outros: consideram-se os corpos de bombeiros em que assume carácter significativo o número de elementos que, no conjunto dos seus efectivos, exercem a função de bombeiro na condição de profissional e na condição de voluntário.

Área Geográfica de Intervenção: área de intervenção própria corresponde em regra geral à área do município.

Número de Acções Desenvolvidas: número total de acções desenvolvidas por tipo de serviço prestado durante a actividade exercida.

Número de Horas de Trabalho Efectivo: número total de horas que o pessoal a tempo completo ou tempo parcial efectivamente consagrou às actividades desenvolvidas.

Estrutura e Pessoal ao Serviço

Pessoal ao Serviço: número total de pessoas que no período de referência participaram efectivamente nas actividades dos corpos de bombeiros, por categoria, nos vários quadros de pessoal.

Actividade no Quadro: quando no activo de funções.

Inactividade no Quadro: quando afastados por tempo inferior a um ano.



Inactividade fora do Quadro: quando afastados por tempo superior a um ano, dando vaga no quadro.

Serviço de Incêndios

Serviço de Incêndios: acções desenvolvidas no combate a fogos rurais, urbanos e industriais.

Número Médio de Pessoas Mobilizadas: número médio de pessoas mobilizadas no combate a sinistros do tipo incêndios, por categoria de fogo.

Pessoal Remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade dos corpos de bombeiros, recebendo por esse facto uma soma pré-determinada em dinheiro e/ou géneros.

Pessoal Não Remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade dos corpos de bombeiros sem receberem uma remuneração regular, isto é, uma soma fixa a troco do seu trabalho e os indivíduos destacados de outros corpos de bombeiros que não figuram na folha de pagamentos.

Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente

Dados Gerais

Actividades de Defesa e Protecção do Ambiente: consideram-se nesta rubrica, as actividades desenvolvidas na gestão e protecção do ambiente, referentes a sete domínios específicos (água, ar, ruído, resíduos, protecção do património ecológico, melhoria da qualidade de vida e programas integrados e outros). Incluem-se nestas actividades a promoção de congressos, colóquios, exposições, assim como, a execução de estudos técnicos, de publicações, de acções de formação, etc...

Outros: nesta rubrica incluem-se outras instituições como centro culturais, centros de estudo, comunidades culturais, clubes, casas de cultura, grupo de amigos, grupo de estudos, ligas e outras instituições de defesa e protecção do ambiente.

Actividade Principal: entende-se por actividade principal a de maior importância, medida pelo valor a preço de venda dos produtos vendidos ou fabricados, ou dos serviços prestados durante o ano. Na impossibilidade de determinar qual das actividades exercidas é a principal, considerou-se a que ocupa com carácter de permanência o maior número de trabalhadores.

Actividade Suspensa: considera-se a situação que decorre de danos nas instalações ou a suspensão de actividade por quaisquer outros motivos.

Actividades Desenvolvidas por Domínio

Água: agrega todas as actividades referentes à gestão e protecção deste recurso, assim como, as referentes ao tratamento de águas residuais.

Ar: compreende as actividades referentes à gestão e protecção deste recurso.

Ruído: compreende as actividades referentes à gestão e controlo da poluição sonora.

Resíduos: compreende as actividades referentes à gestão de resíduos sólidos, assim como, o controlo de produtos químicos nocivos e, transporte e tratamento de resíduos perigosos.

Protecção do Património Ecológico: compreende as actividades referentes à gestão e protecção de: florestas, zonas protegidas, zonas de interesse paisagístico, fauna e flora.



Melhoria da Qualidade de Vida: compreende as actividades referentes à gestão e protecção de jardins e espaços públicos, equipamentos colectivos e de lazer e, acções de interesse cultural e científico, assim como, a preservação e recuperação de monumentos e edifícios classificados de interesse público.

Programas Integrados: compreende, principalmente, as actividades menos gerais e específicas que devido à existência de alguma ambiguidade se torna difícil atribuir-lhe o domínio respectivo.

Acções de Formação: corresponde ao conjunto de actividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades práticas, atitudes e formas de comportamento na área da gestão e protecção do ambiente (ex.: cursos de formação profissional).

Acções de Sensibilização Pública: corresponde ao conjunto de actividades que visam alertar, sensibilizar e dinamizar a opinião pública para os problemas decorrentes da gestão e protecção do ambiente.

Pessoal ao Serviço e Duração do Trabalho Prestado

Pessoal ao Serviço: pessoas que no período de referência participaram efectivamente na actividade da instituição, independentemente do vínculo que tenham, à excepção dos indivíduos com contratos de prestação de serviços.

Inclui:

- a) as pessoas temporariamente ausentes no período de referência para férias, maternidade, conflito de trabalho, formação profissional, assim como, doença e acidentes de trabalho de duração igual ou inferior a um mês;
- b) os trabalhadores de outra instituição que se encontram a trabalhar, sendo aí directamente remunerados;

Exclui:

- a) os trabalhadores a cumprir serviço militar, em regime de licença sem vencimento, em desempenho de funções públicas (vereadores, deputados), ausentes por doença ou acidente de trabalho de duração superior a um mês;
- b) trabalhadores com vínculo à instituição mas deslocados para outras, sendo nessas directamente remunerados.

Número Médio de Pessoas ao Serviço: somatório do pessoal ao serviço na última semana completa de cada mês de actividade, sobre o número de meses de actividade na instituição.

Pessoal Não Remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição sem receber uma remuneração regular a troco do seu trabalho, e os indivíduos destacados de outras instituições de defesa do ambiente que não figuram na folha de pagamentos.

Pessoal Remunerado: pessoal que participa efectivamente na actividade da instituição, recebendo por esse facto uma soma pré-determinada em dinheiro e/ou géneros.

Pessoal Dirigente: pessoal que define a política da instituição ou exerce uma função consultiva na mesma.

Pessoal a Tempo Completo: pessoal ao serviço, que trabalha segundo o período normal de trabalho em vigor na instituição, conforme a respectiva categoria principal.

Pessoal a Tempo Parcial: pessoal ao serviço, que trabalha abaixo do período normal de trabalho semanal em vigor na instituição conforme, a respectiva categoria principal.

Número de Horas de Trabalho Efectivo: total de horas que o pessoal a tempo completo e a tempo parcial efectivamente consagrou ao trabalho durante o ano incluindo as horas extraordinárias.



As horas extraordinárias deverão ser contadas em função das horas efectivamente trabalhadas e não em função das somas por elas pagas. Na realidade, o que se pretende é determinar o tempo realmente dedicado ao trabalho pessoal. Deve incluir o tempo no local de trabalho na execução de tarefas, tais como, preparação do instrumento de trabalho, reparação e manutenção de ferramentas, os tempos de trabalho mortos, mas pagos, devidos a ausências ocasionais de trabalho, paragem de máquinas, ou acidentes, pequenas pausas para café ou chá. Deve excluir as horas remuneradas mas não efectuadas, ou dias feriados pagos, as faltas por doença, as pausas para almoço, as horas consagradas aos trajectos entre o domicílio e o local de trabalho e vice-versa, a menos que em termos contratuais sejam consideradas em serviço.

I B - Conceitos Económicos

Dados Gerais

Actividades de gestão e protecção do Ambiente: qualquer actividade que vise manter ou restabelecer pela prevenção, a limpeza do meio ambiente. Incluem-se igualmente, as actividades visando a conservação das espécies selvagens e do seu “habitat”, a conservação dos “sítios”, assim como, as actividades de investigação e desenvolvimento, de controle e análise das condições ecológicas.

Actividade característica: considera-se qualquer actividade principal ou secundária, das unidades de produção especializadas na gestão e protecção do ambiente, ou actividade auxiliar de actividades consideradas principais ou secundárias, não ligadas à protecção do ambiente. Compreende as modificações integradas empreendidas, cujo principal objectivo é a gestão e protecção do ambiente. Os produtos das actividades características, são chamados “serviços característicos”. Segundo a nova “Classificação Estatística das Actividades e Equipamentos de Protecção do Ambiente”, estas repartem-se por nove domínios.

Domínio “Protecção da Qualidade do Ar e do Clima”: consideram-se as modificações nos processos de produção, as actividades ligadas à construção, manutenção e reparação de instalações, cujo principal objectivo é o de reduzir a poluição atmosférica, assim como, as actividades de medição e controle das emissões de gases que afectam a camada do ozono. Incluem-se igualmente, os equipamentos para eliminar/reduzir partículas ou substâncias, que poluem a atmosfera provenientes da combustão do fuel, tais como: filtros, material de despoeiramento e outras técnicas, assim como, as actividades que aumentem a dispersão dos gases, por forma a reduzir a concentração de poluentes atmosféricos.

Domínio “Protecção do Recurso Água”: consideram-se as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição da água. Incluem-se igualmente, os sistemas de colectores, canalizações, condutas e bombas destinadas a evacuar as águas residuais desde o seu ponto de produção até à estação de tratamento, ou até ao ponto onde são evacuadas, assim como, o tratamento das águas de arrefecimento.

Domínio “Gestão dos Resíduos”: consideram-se as modificações nos processos de produção, adaptação de instalações ou de processos, destinados a reduzir a poluição do ambiente através dos resíduos. Incluem-se igualmente, as actividades de recolha dos resíduos pelos serviços municipais ou organismos similares, seja por empresas do sector público ou privado, empresas especializadas ou pela administração pública, assim como, o transporte de resíduos para os centros de tratamento ou de eliminação. A recolha dos resíduos municipais pode ser selectiva (efectuada de uma maneira específica, para um dado produto), ou indiferenciada (cobrindo todos os resíduos), não incluindo os serviços de limpeza (desentulho) no período de Inverno. Consideram-se igualmente, as actividades de eliminação de resíduos tóxicos (físico-químicos, térmicos, biológicos, radioactivos), assim como, de resíduos não tóxicos (tratamentos físico-químicos, incineração, tratamento biológico ou qualquer outro tipo de tratamento).

Domínio “Protecção dos Solos e Águas Subterrâneas”: compreende as actividades de protecção do ambiente, implicando a construção, manutenção e exploração de instalações de descontaminação de solos poluídos, purificação de águas subterrâneas, assim como, a protecção contra infiltrações poluentes nas águas subterrâneas. Incluem-se igualmente, as actividades directamente ligadas à estanquicidade dos solos de fábricas, instalação de captações de



derramamento de poluentes, de fugas, e reforço das instalações de armazenamento e transporte de produtos poluentes, assim como, o tratamento das lamas resultantes de dragagem.

Domínio “Protecção contra o Ruído e Vibrações” (excepto protecção dos lugares de trabalho): compreende as actividades de redução de emissões de ruído ou vibrações na fonte, cujo principal objectivo é o de proteger pessoas e estruturas de betão armado. Excluem-se, os lugares de trabalho, assim como, a demolição de unidades residentes, por questões de ruído ou vibrações. Incluem-se ainda as actividades relativas às instalações anti-ruído: écrans, terraplanagens, tapumes, janelas anti-ruído, revestimentos das auto-estradas ou dos caminhos-de-ferro urbanos.

Domínio “Protecção da Biodiversidade e Paisagens”: compreende as actividades relativas à protecção dos ecossistemas e do “habitat”, essenciais ao bem-estar da fauna e da flora, a protecção das paisagens pelo seu valor estético, assim como, a preservação dos sítios naturais protegidos por lei. Incluem-se igualmente, as actividades de protecção visando a conservação das espécies ameaçadas da fauna e da flora, assim como, as actividades de protecção e gestão da floresta, actividades visando introduzir espécies da fauna e flora em vias de extinção ou renovação de espécies ameaçadas de extinção, remodelação de paisagens afectadas, para reforçar as suas funções naturais ou acrescentar o seu valor estético. São igualmente compreendidas, as despesas de reabilitação de minas ou de carreiros abandonados, actividades de restauração e limpeza dos sítios aquáticos, eliminação de ácidos artificiais e de agentes de eutrofização, e limpeza da poluição em sítios aquáticos.

Domínio “Protecção contra as Radiações”: compreende as actividades visando reduzir ou eliminar os efeitos nefastos das radiações emitidas, por um qualquer emissor, à excepção das centrais nucleares e das instalações militares. Excluem-se as medidas tomadas em locais de trabalho.

Domínio “Investigação e Desenvolvimento”: consideram-se as actividades de investigação e desenvolvimento correspondentes a trabalhos criativos, empreendidos sistematicamente com o objectivo de aumentar o stock de conhecimentos humanos, visando a implementação de novas aplicações na área do ambiente.

Domínio “Outras Actividades de Protecção do Ambiente”: compreende as actividades de administração geral e orientação, virada para o suporte das decisões tomadas no quadro das actividades de protecção do ambiente, quer seja por unidades públicas ou privadas. Incluem-se igualmente, as actividades cujo principal objectivo é assegurar, formar ou divulgar, no quadro de organismos especializados, informação em gestão e protecção do ambiente. São excluídas as actividades do sistema educativo geral.

Natureza Contabilística

Despesas Correntes: incluem-se as que afectam o património não duradouro e que correspondem às despesas de funcionamento, traduzindo-se na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente. As despesas correntes são constituídas por:

Remunerações: montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos em dinheiro e/ou géneros, pagos aos trabalhadores no período de referência, com carácter regular, pelas horas de trabalho efectuado ou trabalho fornecido, incluindo ainda a remuneração das horas não trabalhadas, de que são exemplo os dias feriados e outras ausências pagas. Inclui o salário base em dinheiro, prémios, subsídios e gratificações com carácter regular de que são exemplo o subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por turnos e por trabalho nocturno, subsídios de função e de responsabilidade, prémios de estímulo (rendimento, produção, comissões de renda, etc.), prémios de produtividade, subsídios de transporte e alojamento e as remunerações das horas extraordinárias, bem como, as



vantagens em géneros com carácter regular. Exclui as ajudas de custo e outros pagamentos. Inclui os subsídios de férias e natal.

Contribuições para a Segurança Social: montantes legais pagos pela entidade empregadora para o Regime da Segurança Social e sistemas análogos, bem como montantes contratuais convencionais e facultativos para regimes complementares, nomeadamente os privados.

Aquisições de Bens e Serviços: esta rubrica representa o valor de todos os bens (à excepção dos bens de capital fixo) e serviços comercializáveis, consumidos pelas administrações no decurso do período considerado para produzir outros bens e serviços. Traduzem-se na obtenção de serviços ou de bens de consumo corrente (ex.: material de escritório, manutenção de máquinas, etc.).

Transferências Correntes: contabilizam-se as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades para financiar despesas correntes, sem que tal implique, por parte das unidades receptoras, qualquer contraprestação directa para com o organismo dador. Consideram-se nomeadamente, as transferências para as administrações públicas, as administrações privadas, as famílias e o exterior.

Despesas de Capital: incluem-se as que afectam o património duradouro, traduzindo-se por essa razão, no enriquecimento desse património (ex.: aquisição de equipamento para medição do ruído, compra de edifício classificado para a instalação de um museu, compra de material informático, etc.).

Transferências de Capital: nesta rubrica incluem-se as importâncias a entregar a quaisquer organismos ou entidades, destinadas a financiar despesas de capital das unidades receptoras (ex.: transferências de capital para a aquisição de material de combate a incêndios, ao corpo de bombeiros, etc.).

Operações Financeiras: contabilizam-se as operações financeiras tais como, concessão de empréstimos a outras entidades, amortizações de empréstimos a curto ou médio prazo, etc. (ex.: aquisição de um empréstimo a longo prazo junto de uma instituição bancária para a aquisição de terrenos).

Administração Central

Administração Local

Água

Domínio Água: este domínio agrega as actividades referentes à mobilidade deste recurso e à drenagem e tratamento de águas residuais, ambas feitas a partir de sistemas colectivos e públicos. Incluem-se as actividades relacionadas com a conservação do ambiente referentes a trabalhos hidráulicos.

Projectos de Redes de Abastecimento de Água: despesas decorrentes do estudo e planificação das redes de abastecimento de água.

Captação, Tratamento, Armazenamento e Distribuição de Água: inclui as despesas de prospecção, captação, armazenamento, tratamento e distribuição de água aos utentes.

Vigilância da Qualidade da Água para Abastecimento: inclui todas as despesas com análises químicas e bacteriológicas (obrigatórias ao abrigo do Decreto-Lei 70/90) da água de forma a considerar a sua aptidão para fins domésticos.



Construção e Manutenção dos Sistemas de Drenagem de Águas Residuais: incluem-se as despesas de investimento, bem como, as resultantes da manutenção e reparação dos sistemas de drenagem de águas residuais.

Construção e Manutenção das Estações de Tratamento de Águas Residuais: qualquer que seja o tipo de tratamento (ETAR convencional, lagoa de estabilização ou fossas sépticas municipais), incluem-se as despesas de investimento bem como, as de manutenção, reparação ou substituição e ainda as despesas com o pessoal exclusivamente afecto à exploração da estação.

Grandes Trabalhos de Hidráulica Agrícola: despesas decorrentes do estudo e planificação dos projectos de regadio e drenagem agrícola.

Vias e outras Obras Hidráulicas: incluem-se as despesas com a construção, reparação e manutenção dos sistemas de rega (canais, barragens, albufeiras) e de drenagem.

Vigilância da Qualidade das Águas à Superfície: inclui todas as despesas com o equipamento e pessoas e/ou pagamento de prestação de serviços destinados à recolha e análise, de forma sistemática ou casuística, das águas de superfície com vista à avaliação da sua qualidade. Diz-se que uma água tem boas qualidades quando não apresenta modificações nas suas propriedades físicas, químicas e biológicas, nomeadamente, para fins domésticos, comerciais, industriais, agrícolas e recreativos ou ainda para o gado, peixe e outras espécies aquáticas.

Luta Contra a Poluição dos Rios, Ribeiras e outras Áreas Interiores: consideram-se todas as despesas com o equipamento e pessoal, utilizados nos trabalhos de limpeza das margens e leitos dos rios, ribeiras e outras áreas interiores.

Controlo e Prevenção da Poluição dos Lençóis de Águas Subterrâneas: despesas com equipamento e pessoal, utilizados nos trabalhos de controlo, análise e descontaminação dos lençóis de água subterrâneos.

Outras: despesas residuais relacionadas com o domínio água, não susceptíveis de discriminação nas rubricas anteriormente consideradas.

Ar

Domínio Ar: compreende todas as actividades relacionadas com a prevenção e controlo da poluição do ar.

Controlo da Poluição do Ar: inclui todas as despesas com equipamento e pessoal e/ou pagamento de prestação de serviços destinados à recolha e análise, de forma sistemática ou casuística, do ar ambiente, com vista a avaliar: a introdução, directa ou indirecta, de substâncias na atmosfera sob a forma de partículas, aerossóis, gases ou energia, os quais constituam uma acção nociva para a natureza, podendo causar incómodos ou pôr em risco a saúde do Homem, danificar os recursos biológicos, afectar ecossistemas, deteriorar os bens materiais e prejudicar outras utilizações legítimas do ambiente.

Eliminação na Fonte das Emissões Nocivas: todas as despesas com equipamento e pessoal, utilizados nos trabalhos de controlo e análise e/ou pagamento de prestação de serviços, destinados à eliminação na fonte das emissões nocivas, antes que sejam introduzidas na atmosfera.

Outras: despesas residuais relacionadas com o domínio ar, não susceptíveis de discriminação nas rubricas anteriormente consideradas.



Ruído

Domínio Ruído: compreende todas as actividades relacionadas com o controlo e prevenção contra a poluição sonora.

Ruído Industrial: despesas com o controlo e prevenção contra o ruído ligado aos processos de produção decorrentes da actividade industrial.

Ruído de Habitação: despesas relacionadas com a insonorização das construções destinadas a habitação.

Outras: despesas residuais relacionadas com o domínio ruído, não susceptíveis de discriminação nas rubricas anteriormente consideradas.

Resíduos

Domínio Resíduos: agrega as actividades que se prendem com a gestão de resíduos urbanos.

Recolha de Resíduos: recolha de resíduos urbanos ou resíduos especiais, equipamento e transporte até à sua descarga em instalações específicas.

Infra-Estruturas para Tratamento de Resíduos: qualquer que seja a forma de deposição e tratamento (estação de compostagem e de incineração, aterro sanitário, lixeira), despesas relacionadas com a construção e manutenção de infra-estruturas, tratamento de resíduos e transporte de pessoal.

Recolha Selectiva de Resíduos (Vidro, Papel, Óleo, Trapos e Sucata): despesas decorrentes da recolha selectiva de certos resíduos, instalações de armazenamento, equipamento de recolha e transporte e encargos com o pessoal.

Recolha, Tratamento e Armazenamento de Resíduos Industriais: despesas com equipamento e pessoal, e/ou pagamento de prestação de serviços destinados à recolha, tratamento e armazenagem de resíduos industriais perigosos e outros resíduos decorrentes da actividade industrial.

Outras: despesas residuais relacionadas com o domínio resíduos, não susceptíveis de discriminação nas rubricas anteriormente consideradas.

Protecção do Património Ecológico

Domínio Protecção do Património Ecológico: compreende os seguintes grupos de actividades: gestão e protecção das florestas, que englobam as acções de arborização, a defesa das florestas contra a poluição e a prevenção e o combate aos incêndios florestais; gestão de zonas protegidas; acções localizadas de defesa e protecção do ambiente com interesse paisagístico; acções de preservação da natureza relacionadas principalmente com a protecção da fauna e da flora.

Prevenção e Combate a Incêndios Florestais: despesas correntes e de capital, no campo da prevenção e combate aos incêndios florestais.

Áreas Protegidas, Reservas Naturais e Reservas Florestais: despesas com a gestão (melhoramentos, manutenção e defesa), dos parques florestais e reservas naturais, funcionalmente dependentes das câmaras municipais.

Protecção das Espécies e Ecossistemas: inclui as despesas com equipamento e pessoal, estudos e análises, destinadas à protecção das espécies e dos ecossistemas.



Fixação de Dunas e Limpeza do Litoral e Praias: consideram-se as despesas correntes e de capital, decorrentes das actividades de protecção contra a erosão dos solos, da limpeza no litoral e nas praias dos prejuízos resultantes de derrames de produtos nocivos ao ambiente ou, de medidas de higiene pública.

Armação de Terrenos e Revestimento Vegetal: despesas com a protecção contra a erosão hídrica (construção de taludes e respectivo revestimento vegetal, formação de cortinas vegetais e outras formas de protecção), dos terrenos que ladeiam as estradas e caminhos, terrenos junto à linha de costa, zonas de pastagem, etc...

Outras: despesas residuais relacionadas com o domínio protecção do património ecológico, não susceptíveis de discriminação nas rubricas anteriormente consideradas.

Programas Integrados e Outros

Programas Integrados e Outros: este domínio compreende, principalmente, as actividades menos específicas e gerais que devido à existência de alguma ambiguidade se torna difícil atribuir-lhe o domínio respectivo.

Estudos de Impacte Ambiental: inclui todas as despesas correntes e de capital, decorrentes com estudos e projectos, que visem avaliar os efeitos da actividade económica, tanto na fase de construção como na fase de exploração, no ambiente natural. **Administração Geral do Ambiente:** inclui todas as despesas administrativas não susceptíveis de discriminação nas rubricas dos domínios anteriores.

Outras: despesas residuais relacionadas com o domínio programas integrados e, que por existência de alguma ambiguidade não foram consideradas nos outros domínios (ex.: campanhas de publicidade e divulgação, campanhas de educação ambiental, etc.).

IC - NUTS

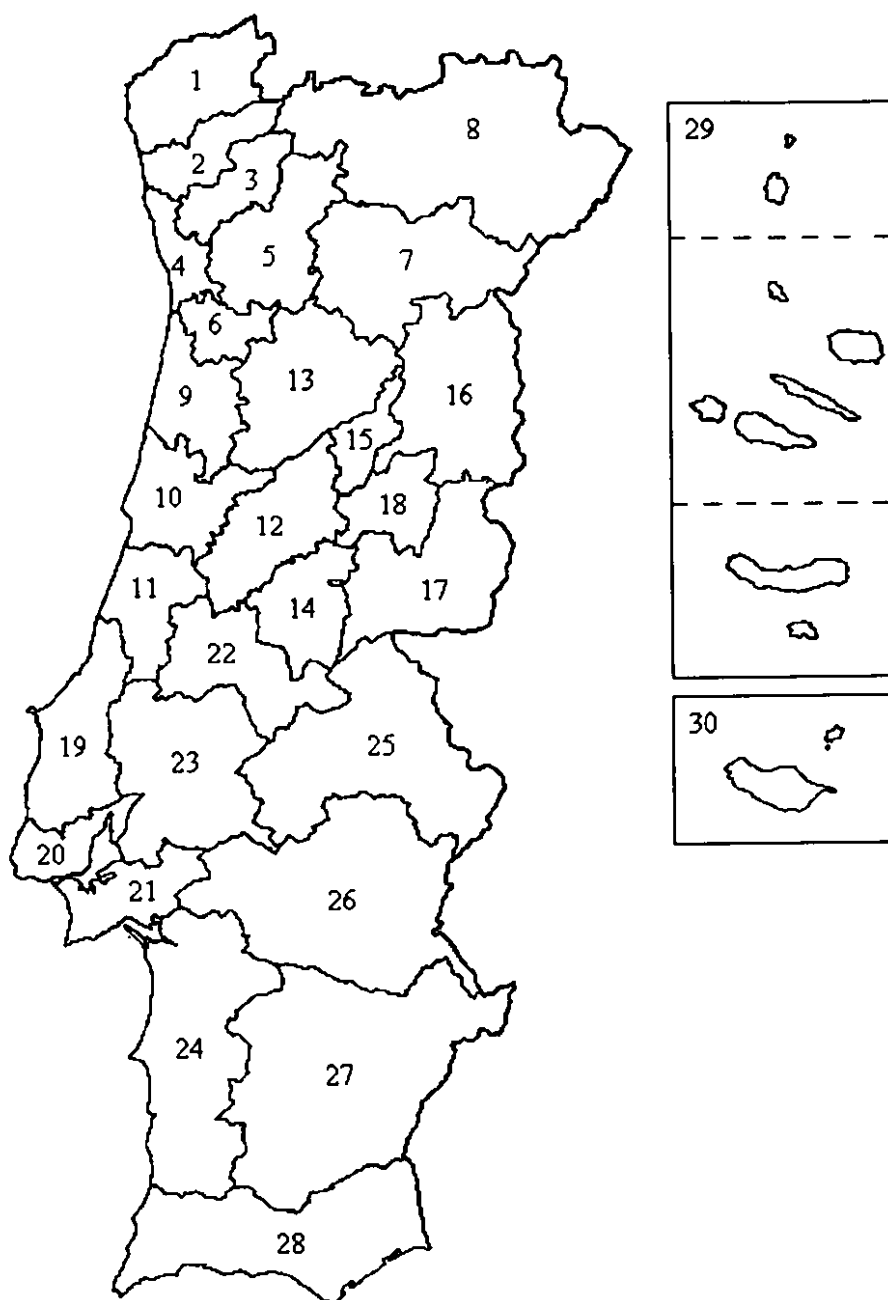
I C – Nomenclatura de Unidades Territoriais Para Fins Estatísticos (NUTS)

NUTS II Nuts III Concelho

NORTE <u>Minho-Lima</u> Arcos de Valdevez Caminha Melgaço Monção Paredes de Coura Ponte da Barca Ponte de Lima Valença Viana do Castelo Vila Nova de Cerveira <u>Cávado</u> Amares Barcelos Braga Esposende Terras de Bouro Vila Verde <u>Ave</u> Fafe Guimarães Póvoa do Lanhoso Santo Tirso Vieira do Minho Vila Nova de Famalicão <u>Grande Porto</u> Espinho Gondomar Maia Matosinhos Porto Póvoa de Varzim Valongo Vila do Conde Vila Nova de Gaia <u>Tâmega</u> Amarante Baião Cabeceiras de Basto Castelo de Paiva Celorico de Basto Cinfães Felgueiras Lousada Marco de Canaveses Mondim de Basto Paços de Ferreira Paredes Penafiel Resende Ribeira de Pena <u>Entre Douro e Vouga</u> Arouca Feira Oliveira de Azeméis S. João da Madeira Vale de Cambra <u>Douro</u> Alijó Armamar Carrazeda de Ansiães Freixo de Espada à Cinta Lamego Mesão Frio Moimenta da Beira Penadono Peso da Régua Sabrosa Santa Marta de Penaguião S. João da Pesqueira Sernancelhe Tabuaço Tarouca Torre de Moncorvo	Vila Flor Vila Nova de Foz Côa Vila Real <u>Alto Trás-os-Montes</u> Alfândega da Fé Boticas Bragança Chaves Macedo de Cavaleiros Miranda do Douro Mirandela Mogadouro Montalegre Murça Valpaços Vila Pouca de Aguiar Vimioso Vinhais CENTRO <u>Baixo Vouga</u> Aguada Albergaria-a-Velha Anadia Aveiro Estarreja Ílhavo Mealhada Murtosa Oliveira do Bairro Ovar Sever do Vouga Vagos <u>Baixo Mondego</u> Cantanhede Coimbra Condeixa-a-Nova Figueira da Foz Mira Montemor-o-Velho Penacova Soure <u>Pinhal Litoral</u> Batalha Leiria Marinha Grande Pombal Porto de Mós <u>Pinhal Inter. Norte</u> Alvaiázere Ansião Arganil Castanheira de Pêra Figueiró dos Vinhos Góis Lousã Miranda do Corvo Oliveira do Hospital Pampilhosa da Serra Pedrógão Grande Penela Tábua Vila Nova de Poiares <u>Alentejo</u> Aguar da Beira Carregal do Sal Castro Daire Mangualde Mortágua Nelas Oliveira de Frades Penalva do Castelo Santa Comba Dão S. Pedro do Sul Sátão Tondela	Vila Nova de Paiva Viseu Vouzela <u>Pinhal Interior Sul</u> Mação Oleiros Proença-a-Nova Sertão Vila de Rei <u>Serra da Estrela</u> Fornos de Algodres Gouveia Seia <u>Beira Interior Norte</u> Almeida Celorico da Beira Figueira Castelo Rodrigo Guarda Manteigas Meda Pinhel Sabugal Trancoso <u>Beira Interior Sul</u> Castelo Branco Idanha-a-Nova Penamacor Vila Velha de Ródão <u>Cova da Beira</u> Belmonte Covilhã Fundão LISBOA E VALE DO TEJO <u>Oeste</u> Alcobaca Alenquer Arruda dos Vinhos Bombarral Cadaval Caldas da Rainha Lourinhã Mafra Nazaré Óbidos Peniche Sobral de Monte Agraço Torres Vedras <u>Grande Lisboa</u> Amadora Cascais Lisboa Loures Oeiras Sintra Vila Franca de Xira <u>Península de Setúbal</u> Alcochete Almada Barreiro Moita Montijo Palmela Seixal Sesimbra Setúbal <u>Médio Tejo</u> Abrantes Alcanena Constância Entroncamento Ferreira do Zêzere Gavião Sardoal Tomar Torres Novas	Vila Nova da Barquinha Vila Nova de Ourém <u>Lezíria do Tejo</u> Almeirim Alpiarça Azambuja Benavente Cartaxo Chamusca Coruche Golegã Rio Maior Salvaterra de Magos Santarém ALENTEJO <u>Alentejo Litoral</u> Alcácer do Sal Grândola Odemira Santiago do Cacém Sines <u>Alto Alentejo</u> Alter do Chão Arronches Avis Campo Maior Castelo de Vide Crato Elvas Fronteira Marvão Monforte Mora Nisa Ponte de Sôr Portalegre <u>Alentejo Central</u> Alandroal Arraiolos Borba Estremoz Évora Montemor-o-Novo Mourão Portel Redondo Reguengos de Monsaraz Sousel Vendas Novas Viana do Alentejo Vila Viçosa <u>Baixo Alentejo</u> Aljustrel Almodôvar Alvito Barrancos Beja Castro Verde Cuba Ferreira do Alentejo Mértola Moura Ourique Serpa Vidigueira ALGARVE Albufeira Alcoutim Aljezur Castro Marim Faro Lagoa Lagos Loulé Monchique	Olhão Portimão S. Brás de Alportel Silves Tavira Vila do Bispo Vila Real de Santo António R. A. dos AÇORES Angra do Heroísmo Calheta Corvo Horta Lages das Flores Lages do Pico Lagoa Madalena Nordeste Ponta Delgada Povoação Ribeira Grande Santa Cruz da Graciosa Santa Cruz das Flores S. Roque do Pico Velas Vila do Porto Vila Franca do Campo Vila Praia da Vitória R. A. da MADEIRA Calheta Câmara de Lobos Funchal Machico Ponta do Sol Porto Moniz Porto Santo Ribeira Brava Santa Cruz Santana S. Vicente
---	--	--	---	--

Portugal

NUTS III



1	Minho-Lima	9	Baixo Vouga	17	Beira Interior Sul	25	Alto Alentejo
2	Cávado	10	Baixo Mondego	18	Cova da Beira	26	Alentejo Central
3	Ave	11	Pinhal Litoral	19	Oeste	27	Baixo Alentejo
4	Grande Porto	12	Pinhal Interior Norte	20	Grande Lisboa	28	Algarve
5	Tâmega	13	Dão-Lafões	21	Península de Setúbal	29	R. Aut. Açores
6	Entre Douro e Vouga	14	Pinhal Interior Sul	22	Médio Tejo	30	R. Aut. Madeira
7	Douro	15	Serra da Estrela	23	Lezíria do Tejo		
8	Alto Trás-os-Montes	16	Beira Interior Norte	24	Alentejo Litoral		

Anexo II

- A - Administração Local (Físicos)
- B - Administração Local (Económicos)
- C - Associações e outras Entidades de Bombeiros
- D - Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente

QUESTIONÁRIOS

II A - Administração Local (Dados Físicos)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

INSTRUMENTO DE NOTIFICAÇÃO DO SISTEMA
ESTATÍSTICO NACIONAL (LEI Nº 6/89 DE
15 ABRIL), DE RESPOSTA OBRIGATORIA
REGISTADO NO I.N.E. SOB O Nº 7834
VÁLIDO ATÉ 1994 - 12 - 31.

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS
NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS
ANO DE 1993

**INQUÉRITO AO AMBIENTE
DADOS FÍSICOS**

ATENÇÃO

PREENCHA ESTE VERBETE DE ACORDO COM AS
INSTRUÇÕES EM ANEXO, SE TIVER DÚVIDAS
CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
AV. António José de Almeida
1078 LISBOA CODEX
TELEFONE (01) 847 00 50 - EXT. 1221

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE
PREENCHIDO NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS,
APÓS A RECEPÇÃO.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES EXISTENTES EM ANEXO A ESTE IMPRESSO.
A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA POR LEI.

QUADRO 1 – UTILIZAÇÃO DOS SOLOS (em hectares)

1.1 Superfície Agrícola	_____								
1.2 Superfície Florestal	_____								
1.3 Terrenos com Construção, Expectantes e Outros	_____								
1.3.1 Terrenos com construção habitacional o comercial	_____								
1.3.2 Terrenos industriais	_____								
1.3.3 Jardins e outros espaços verdes	_____								
1.3.4 Terrenos utilizados para fins de saneamento básico (a)	_____								
1.3.5 Terrenos expectantes	_____								
1.3.6 Terrenos com outras funções	_____								
1.4 Superfície (1.1+1.2+1.3)	_____								
1.5 Superfície Total do Município	_____								
1.6 Outras Ocupações (1.5 - 1.4)	_____								

QUADRO 2 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA

2.1 Lugares Servidos (em número) (b)	_____								
2.2 População (1000 habitantes)	_____								
2.2.1 Servida com abastecimento domiciliário	_____								
2.2.2 Servida com fontanários	_____								
2.2.3 Não servida	_____								
2.3 Origens do Abastecimento de Água									
2.3.1 Origem superficial									
2.3.1.1 Número de captações	_____								
2.3.1.2 Caudal captado (1000 m ³ / ano)	_____								
2.3.2 Origem subterrânea									
2.3.2.1 Número de captações	_____								
2.3.2.2 Caudal captado (1000 m ³ / ano)	_____								
2.3.3 Outras origens (1000 m ³ / ano)	_____								
2.4 Tipo de Aduções (comprimento em metros)	_____								
2.4.1 Gravítica	_____								
2.4.2 Em pressão	_____								

QUADRO 2 – ABASTECIMENTO DE ÁGUA (Continuação)

2.5 Tratamento

2.5.1 Volume tratado (1000 m³) _____

2.5.2 Volume não tratado (1000 m³ / ano) _____

2.5.3 Número de ETA's (Estações de tratamento) _____

2.6 Reservatórios

2.6.1 Número total _____

2.6.2 Capacidade total (1000 m³) _____

2.7 Redes Domiciliárias

2.7.1 Comprimento (total em metros) _____

2.7.2 Ramais domiciliários (número total) _____

2.7.3 Contadores (número total) _____

2.8 Controlo da Qualidade da Água

2.8.1 Periodicidade anual: 1 a 3 vezes _____

4 a 6 vezes _____

7 a 12 vezes _____

> 12 vezes _____

Sim ☐ Não ☐

2.9 Consumos (1000 m³) _____

2.9.1 Domésticos _____

2.9.2 Industriais _____

2.9.3 Outros _____

2.10 Número de Sistemas _____

2.11 Estado Geral dos Órgãos (em número)

Bom Regular Mau

2.11.1 Captações _____

2.11.2 Estações elevatórias _____

2.11.3 Aduções _____

2.11.4 ETA's (Estações de tratamento) _____

2.11.5 Reservatórios _____

2.11.6 Redes domiciliárias _____

QUADRO 3 – DRENAGEM DE ESGOTOS

3.1 Lugares Servidos (em número) (b) _____

3.2 População (1000 habitantes) _____

3.2.1 Servida _____

3.2.2 Não servida _____

3.3 Redes de Recolha Domiciliária

3.3.1 Comprimento total (em metros) _____

3.3.1.1 Separativas _____

3.3.1.2 Unitárias _____

3.3.1.3 Mistas _____

3.3.2 Ramais domiciliários (em número) _____

3.4 Emissários (comprimento total em metros) _____

3.4.1 Gravíticos _____

3.4.2 Em pressão _____

3.5 Produção de Esgotos (1000 m³ / ano) _____

3.5.1 Doméstico _____

3.5.2 Industrial _____

3.6 Esgoto Tratado (1000 m³ / ano) _____

3.6.1 Doméstico (1000 m³ / ano) _____

3.6.2 Industrial (1000 m³ / ano) _____

3.6.3 Número de ETAR's (Estações de tratamento) _____

3.6.4 Número de fossas sépticas _____

QUADRO 3 – DRENAGEM DE ESGOTOS (Continuação)

3.7 Controlo da Qualidade do Esgoto Doméstico _____ Sim ☐ Não ☐

3.7.1 Periodicidade anual: 1 a 3 vezes _____ ☐
 4 a 6 vezes _____ ☐
 7 a 12 vezes _____ ☐

3.8 Controlo da Qualidade do Esgoto Industrial _____ Sim ☐ Não ☐

3.8.1 Periodicidade anual: 1 a 3 vezes _____ ☐
 4 a 6 vezes _____ ☐
 7 a 12 vezes _____ ☐

3.9 Número de Sistemas _____

3.10 Estado Geral dos Órgãos (em número)

	Bom	Regular	Mau
3.10.1 Redes de recolha domiciliária _____	☐	☐	☐
3.10.2 Interceptores _____	☐	☐	☐
3.10.3 Emissários _____	☐	☐	☐
3.10.4 Estações elevatórias _____	☐	☐	☐
3.10.5 ETAR's (Estações de tratamento) _____	☐	☐	☐

QUADRO 4 – RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

4.1 Lugares Servidos (em número) (b) _____

4.2 População (1000 habitantes) _____

4.2.1 Servida _____

4.2.2 Não servida _____

4.3 Colocação na Rua em Recipientes (1000 litros)

4.3.1 De capacidade conhecida _____

4.3.2 Outros (capacidade estimada) _____

4.4 Viaturas de Recolha

4.4.1 Capacidade de carga (m³) _____

4.4.2 Quantidade recolhida (1000 ton / ano) _____

4.5 Destino Final (1000 ton / ano) _____

4.5.1 Compostagem _____

4.5.2 Incineração _____

4.5.3 Aterro sanitário _____

4.5.4 Lixeira _____

4.6 Recolha de Materiais para Reciclagem (ton / ano) _____

	Seleção na origem	Seleção no destino
4.6.1 Vidro _____	☐	☐
4.6.2 Papel e cartão _____	☐	☐
4.6.3 Plástico _____	☐	☐
4.6.4 Metais ferrosos _____	☐	☐
4.6.5 Metais não ferrosos _____	☐	☐
4.6.6 Alumínios _____	☐	☐
4.6.7 Pilhas e baterias _____	☐	☐
4.6.8 Outros _____	☐	☐

4.7 Número de Sistemas _____

4.8 Estado Geral dos Órgãos (em número)

	Bom	Regular	Mau
4.8.1 Recipientes _____	☐	☐	☐
4.8.2 Viaturas _____	☐	☐	☐
4.8.3 Local de deposição (c) _____	☐	☐	☐

OBSERVAÇÕES: Indicar quaisquer anomalias verificadas, dificuldades no preenchimento e eventuais sugestões para melhoria do Inquérito.

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____ TEL: _____

SERVIÇO: _____ FAX: _____

LOCALIDADE: _____ EXTENSÃO: _____

ASSINATURA _____ DATA / /

NOTAS : (a) – Inclui os terrenos ocupados pelas instalações de tratamento de água (ETA's); de efluentes domésticos e industriais (ETAR's) e os utilizados na deposição e tratamento de resíduos sólidos.

(b) – Na falta de informação sobre lugares servidos, indicar o número de freguesias servidas e listar, em anexo, quais as que se encontram nessa situação.

(c) – No caso do Município partilhar o uso de instalações situadas noutros Municípios, não responder a este ponto.

II B - Administração Local (Dados Económicos)

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS
NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

INDICATIVO

TELEFONE

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

**INQUÉRITO AO AMBIENTE
DADOS ECONÓMICOS**

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS
ANO DE 1993

ATENÇÃO

PREENCHA ESTE VERBETE DE ACORDO COM AS
INSTRUÇÕES EM ANEXO, SE TIVER DÚVIDAS
CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Av. António José de Almeida
1078 - LISBOA CODEX
TELEFONE (01) 847 00 50 - EXT. 1221

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE
PREENCHIDO NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS,
APÓS A RECEPÇÃO.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES EXISTENTES EM ANEXO A ESTE IMPRESSO.
A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA POR LEI.

(1 000 Esc)

TOTAL DAS DESPESAS (*)	DESPESAS CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL
TOTAL		

1 DOMÍNIO ÁGUA (*)

1.1 MOBILIZAÇÃO DO RECURSO ÁGUA

(1 000 Esc)

RUBRICAS	PROJECTOS DE REDES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA	VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DA ÁGUA PARA ABASTECIMENTO
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

1.2 LUTA CONTRA A POLUIÇÃO DA ÁGUA

(1 000 Esc)

RUBRICAS	PLANOS DE SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SISTEMAS DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

1.3 HIDRAÚLICA

(1 000 Esc)

RUBRICAS	GRANDES TRABALHOS DE HIDRAÚLICA AGRÍCOLA	VIAS E OUTRAS OBRAS HIDRAÚLICAS	VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DAS ÁGUAS À SUPERFÍCIE
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

1.4

OUTRAS ACTIVIDADES

(1 000 Esc)

RUBRICAS	LUTA CONTRA A POLUIÇÃO DOS RIOS, RIBEIRAS E OUTRAS ÁREAS INTERIORES	CONTROLE E PREVENÇÃO DA POLUIÇÃO DOS LENÇÓIS DE ÁGUA SUBTERRÂNEOS	OUTROS
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

2

DOMÍNIO AR (*)

(1 000 Esc)

RUBRICAS	VIGILÂNCIA DA QUALIDADE DO AR		OUTROS
	CONTROLE DA POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA	ELIMINAÇÃO NA FONTE DAS EMISSÕES NOCIVAS	
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

RUBRICAS	VIGILÂNCIA DO RUÍDO (MEDIÇÕES, CONTROLE, ANÁLISE)		OUTROS
	RUÍDO INDUSTRIAL	RUÍDO DE HABITAÇÃO	
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

RUBRICAS	RECOLHA DE RESÍDUOS SÓLIDOS	INFRA-ESTRUTURAS PARA TRATAMENTO DE RESÍDUOS	RECOLHA SELECTIVA DE RESÍDUOS (VIDRO, PAPEL, TRAPOS, SUCATA E ÓLEO)
1	2	3	
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

4.2 RESÍDUOS DA ACTIVIDADE INDUSTRIAL E OUTROS

(1 000 Esc)

RUBRICAS	RECOLHA, TRATAMENTO E ARMAZENAMENTO DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS		OUTROS
	PERIGOSOS	OUTROS	
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

5 DOMÍNIO PROTECÇÃO DO PATRIMÓNIO ECOLÓGICO (*)
5.1 PATRIMÓNIO ECOLÓGICO

(1 000 Esc)

RUBRICAS	PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS	ÁREAS PROTEGIDAS, RESERVAS NATURAIS, RESERVAS FLORESTAIS	PROTECÇÃO DAS ESPÉCIES E ECOSISTEMAS
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

5.2 PROTECÇÃO DOS SOLOS E OUTROS

(1 000 Eec)

RUBRICAS	FIXAÇÃO DE DUNAS E LIMPEZA DO LITORAL E PRAIAS	ARMAÇÃO DE TERRENOS E REVESTIMENTO VEGETAL	OUTROS
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

6 DOMÍNIO MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA (*)

6.1 ZONAS VERDES

(1 000 Eec)

RUBRICAS	JARDINS E PARQUES URBANOS	PARQUES DE CAMPISMO	EQUIPAMENTOS COLECTIVOS E DE LAZER
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

6.2

URBANISMO

(1 000 Eec)

RUBRICAS	PLANOS DIRECTORES MUNICIPAIS	PLANOS DE URBANIZAÇÃO	PLANOS DE PORMENOR
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas do Capital			
TOTAL (1+...+9)			

6.3

INFRAESTRUTURAS

(1 000 Eec)

RUBRICAS	VIAS MUNICIPAIS, VIADUTOS E PASSAGENS DESNIVELADAS	PARQUES DE ESTACIONAMENTO E ORDENAMENTO DO ESTACIONAMENTO NAS VIAS PÚBLICAS	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE BALNEÁRIOS, SANITÁRIOS E LAVADOUROS
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas do Capital			
TOTAL (1+...+9)			

PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO E OUTROS

(1 000 Eac)

RUBRICAS	PROTECÇÃO DE MONUMENTOS, EDIFÍCIOS CLASSIFICADOS E SÍTIOS PROTEGIDOS	ESPAÇOS PÚBLICOS E OUTROS ESPAÇOS URBANOS (ARRANJOS DE RUAS PEDONAIS E OUTROS)	OUTROS
1	2	3	4
DESPEAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPEAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

7	DOMÍNIO PROGRAMAS INTEGRADOS E OUTROS (*)
---	---

(1 000 Etc)

RUBRICAS	ESTUDOS, PROJECTOS DE IMPACTE AMBIENTAL	ADMINISTRAÇÃO GERAL DO AMBIENTE	OUTROS
1	2	3	4
DESPESAS CORRENTES (1+...+5) (*)			
1. Remunerações			
2. Contribuições para a Segurança Social			
3. Aquisição de Bens e Serviços			
4. Transferências Correntes (4.1+...+4.3)			
4.1. Sector: _____			
4.2. _____			
4.3. _____			
5. Outras Despesas Correntes			
DESPESAS DE CAPITAL (6+...+9) (*)			
6. Aquisição de Bens (6.1+...+6.4)			
6.1. Edifícios, construções diversas			
6.2. Compra de terrenos			
6.3. Material de transporte			
6.4. Máquinas e outro equipamento			
7. Transferências de Capital (7.1+...+7.3)			
7.1. Sector: _____			
7.2. _____			
7.3. _____			
8. Operações Financeiras			
9. Outras Despesas de Capital			
TOTAL (1+...+9)			

O(A) RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

DATA: / /

[illegible]

II C - Associações e outras Entidades de Bombeiros

ESTRUTURA E PESSOAL AO SERVIÇO (*)

BOMBEIROS MUNICIPAIS, ASSOCIATIVOS, OU PRIVATIVOS	Código	QUADRO ACTIVO						QUADRO AUXILIAR				QUADRO HONORARIO	
		COMANDO			OUTROS								
		Activo no Quadro 2	Inactivo no Quadro 3	Inactivo fora do Quadro 4	Activo no Quadro 5	Inactivo no Quadro 6	Inactivo fora do Quadro 7	Activo no Quadro 8	Inactivo no Quadro 9	Inactivo fora do Quadro 10			
1													11
TOTAL	2000												
Comandante	2005												
2º Comandante	2010												
Ajudante de Comando	2015												
Chefe	2020												
Subchefe	2025												
Bombeiro de 1ª Classe	2030												
Bombeiro de 2ª Classe	2035												
Bombeiro de 3ª Classe	2040												
Médico	2045												
Enfermeiro	2050												
Aspirante	2055												
Cadete	2060												
Auxiliar de motorista	2065												
Outros	2070												

BOMBEIROS SAPADORES	Código	PESSOAL AO SERVIÇO 2	BOMBEIROS SAPADORES	Código	PESSOAL AO SERVIÇO 2			
						1	1	2
						TOTAL	2075	
Comandante	2080							
2º Comandante	2085							
Comandante de Companhia	2090							
Adjunto de Comandante	2095							
Chefe Ajudante	2100							
Chefe de 1ª Classe	2105							
Chefe de 2ª Classe	2110							

BOMBEIROS SAPADORES	Código	PESSOAL AO SERVIÇO 2	BOMBEIROS SAPADORES	Código	PESSOAL AO SERVIÇO 2			
						1	1	2
						TOTAL	2075	
Comandante	2080							
2º Comandante	2085							
Comandante de Companhia	2090							
Adjunto de Comandante	2095							
Chefe Ajudante	2100							
Chefe de 1ª Classe	2105							
Chefe de 2ª Classe	2110							

3	SERVIÇO DE INCÊNDIOS (*)
----------	---------------------------------

3.1	RECURSOS HUMANOS
------------	-------------------------

PESSOAL AO SERVIÇO	Código	NÚMERO MÉDIO DE PESSOAS MOBILIZADAS (*)			
		Fogos Rurais		Fogos Urbanos	Fogos Industriais
		Florestais	Outros		
1		2	3	4	5
TOTAL (1+2)		3000			
1. PESSOAL REMUNERADO (*) (1.1+1.2)	3005				
1.1. de Comando	3010				
1.2. Outros	3015				
2. PESSOAL NÃO REMUNERADO (*)	3020				

3.2	MEIOS TERRESTRES
------------	-------------------------

VIATURAS DE SOCORROS A INCÊNDIOS	Código	VIATURAS		VIATURAS AUXILIARES	Código	VIATURAS	
		Número	Idade média (anos)			Número	Idade média (anos)
1		2	3	1		2	3
1. PRONTO SOCORROS (1.1+...+1.4)	3025			6. VIATURAS AUXILIARES DIVERSAS (6.1)	3080		
1.1. Ligeiros (PSL)	3030			6.1. Autogarador (AG)	3085		
1.2. Médios (PSM)	3035			7. VIATURAS TRANSPORTE LIGEIRAS (7.1+...+7.3)	3090		
1.3. Pesados (PSP)	3040			7.1. Autocomando (AC)	3095		
1.4. Especiais (PSE)	3045			7.2. Transporte de Pessoal (TP)	3100		
2. AUTOTANQUES (2.1+2.2)	3050			7.3. Auto-apoios (AA)	3105		
2.1. Médios (ATM)	3055						
2.2. Pesados (ATP)	3060						
3. AUTO-ESCADAS (AE)	3065						
4. PLATAFORMA MECÂNICA (PM)	3070						
5. OUTRAS VIATURAS	3075						

RECEITAS			DESPESAS		
RUBRICAS	Código	Valor (1 000 Esc.)	RUBRICAS	Código	Valor (1 000 Esc.)
1		2	1		2
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.5)	4000		3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.6)	4095	
1.1 Contribuições directas dos associados	4005		3.1. Pessoal (3.1.1+...+3.1.3)	4100	
1.2 Rendimentos da propriedade	4010		3.1.1. Remunerações certas e permanentes	4105	
1.3 Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.4)	4015		3.1.2. Outras Despesas com pessoal	4110	
1.3.1. da Administração Central	4020		3.1.3. Segurança Social	4115	
1.3.2. da Administração Regional e Local	4025		3.2. Bens Duradouros	4120	
1.3.3. do Sector Privado	4030		3.3. Bens não Duradouros	4125	
1.3.4. do Exterior	4035		3.4. Aquisição de Serviços	4130	
1.4 Venda de Bens e Serviços	4040		3.5. Transferências Correntes (3.5.1+...+3.5.3)	4135	
1.5 Outras Receitas Correntes	4045		3.5.1. Sector: _____	4140	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.3)	4050		3.5.2. _____	4145	
2.1. Venda de Bens de Investimento	4055		3.5.3. _____	4150	
2.2. Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.4)	4060		3.6. Outras Despesas Correntes	4155	
2.2.1. da Administração Central	4065		4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.3)	4160	
2.2.2. da Administração Regional e Local	4070		4.1 Investimentos (4.1.1+...+4.1.4)	4165	
2.2.3. do Sector Privado	4075		4.1.1. Instalação de Serviços	4170	
2.2.4. do Exterior	4080		4.1.2. Material de transporte para combate a incêndios	4175	
2.3. Outras Receitas de Capital	4085		4.1.3. Aparelhos, máquinas e equipamento para combate a incêndios	4180	
			4.1.4. Outros Investimentos	4185	
			4.2. Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	4190	
			4.2.1. Sector: _____	4195	
			4.2.2. _____	4200	
			4.2.3. _____	4205	
			4.3. Outras Despesas de Capital	4210	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2)	4090		TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (3+4)	4215	

OBSERVAÇÕES: _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____

SERVIÇO: _____ TEL: _____

LOCALIDADE: _____ FAX: _____

ASSINATURA _____ EXTENSÃO: _____

DATA / /

II D - Associações e outras Instituições de Defesa do Ambiente

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTATÍSTICAS DEMOGRÁFICAS E SOCIAIS
SERVIÇO DE ESTATÍSTICAS SOCIAIS
NÚCLEO DE ESTATÍSTICAS DO AMBIENTE

INQUÉRITO ANUAL ÀS ASSOCIAÇÕES E OUTRAS INSTITUIÇÕES DE DEFESA DO AMBIENTE

PERÍODO A QUE SE REFEREM OS DADOS
ANO DE 1993

ATENÇÃO

PREENCHA ESTE VERBETE DE ACORDO COM AS
INSTRUÇÕES EM ANEXO. SE TIVER DÚVIDAS
CONTACTE OS SERVIÇOS DO INE
Av. António José de Almeida
1076 LISBOA CODEX
TELEFONE (01) 847 00 50 EXT. 1021

DEVOLVA ESTE IMPRESSO DEVIDAMENTE
PREENCHIDO NO PRAZO DE 15 DIAS ÚTEIS,
APÓS A RECEPÇÃO.

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES EXISTENTES EM ANEXO A ESTE IMPRESSO.
A CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS É GARANTIDA POR LEI.

DADOS GERAIS

1

1.1 IDENTIFICAÇÃO

(assinalar com um X a quadrícula correspondente)

1005

Associação ☐ 01

Confederação ☐ 02

Outros (*) ☐ 03

Designação: _____

Número de identificação de pessoa colectiva ou entidade equiparada _____

Localização da sede: _____

1010

Distrito / Ilha _____ Concelho _____ Freguesia _____

Localidade _____ Rua _____

Código Postal _____ Telefone _____ Telex _____ Telefax _____

1.2 CARACTERIZAÇÃO

1015

• DATA DE CONSTITUIÇÃO Ano _____ Mês _____

• ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS

(assinalar com um X a(s) quadrícula(s) correspondente(s))

1. Actividades de Defesa e Protecção do Ambiente (*) ☐ 01
2. Actividades Cinematográficas e de Vídeo ☐ 02
3. Outras actividades Artísticas e de Espectáculo ☐ 03
4. Actividades de Agências de Notícias ☐ 04
5. Actividades de Bibliotecas, Arquivos, Museus e
outras Actividades Culturais ☐ 05
6. Actividades Desportivas ☐ 06
7. Outras Actividades Recreativas ☐ 07

(escolher de entre as actividades assinaladas a principal
e a secundária)

Actividade principal (*)

☐ 08

Actividade secundária

☐ 09

Caso, tenha assinalado como actividade principal, outra que não a Defesa e Protecção do Ambiente,
terminou o preenchimento.

1.3 SITUAÇÃO DA ACTIVIDADE (*)

(assinalar com um X a quadrícula correspondente)

1020

Em actividade ☐ 01

Aguarda início de actividade ☐ 02

Inactividade ☐ 03

Com actividade suspensa em (*) _____ ☐ 04

Dissolvida em _____ ☐ 05

PESSOAL AO SERVIÇO E DURAÇÃO DO TRABALHO PRESTADO	Código	Nº médio de pessoas ao serviço	Nº de horas de trabalho efectivo
1		2	3
TOTAL (1+2)	4005		
1. PESSOAL NÃO REMUNERADO (*)	4010		
2. PESSOAL REMUNERADO (*) (2.1+2.2)	4015		
2.1. Pessoal Dirigente (*)	4020		
2.2. Pessoal Empregado (2.2.1+2.2.2)	4025		
2.2.1. Técnicos Superiores	4030		
2.2.2. Outros	4035		
3. DO TOTAL DE PESSOAL AO SERVIÇO, INDIQUE:	4040		
3.1. Pessoal a tempo completo (*)	4045		
3.2. Pessoal a tempo parcial (*)	4050		

RUBRICAS	Código	VALOR (1 000 Esc.)
1		2
1. RECEITAS CORRENTES (1.1+...+1.5)	5005	
1.1. Contribuições directas dos associados	5010	
1.2. Rendimentos da propriedade	5015	
1.3. Transferências Correntes (1.3.1+...+1.3.3)	5020	
1.3.1. da Administração Central	5025	
1.3.2. da Administração Regional e Local	5030	
1.3.3. do Sector Privado (1.3.3.1+...+1.3.3.3)	5035	
1.3.3.1. Empresas	5040	
1.3.3.2. Instituições	5045	
1.3.3.3. Particulares	5050	
1.4. Venda de Bens e Serviços	5055	
1.5. Outras Receitas Correntes	5060	
2. RECEITAS DE CAPITAL (2.1+...+2.4)	5065	
2.1. Venda de Bens de Investimento	5070	
2.2. Transferências de Capital (2.2.1+...+2.2.3)	5075	
2.2.1. da Administração Central	5080	
2.2.2. da Administração Regional e Local	5085	
2.2.3. do Sector Privado (2.2.3.1+...+2.2.3.3)	5090	
2.2.3.1. Empresas	5095	
2.2.3.2. Instituições	5100	
2.2.3.3. Particulares	5105	
2.3. Operações Financeiras	5110	
2.4. Outras Receitas de Capital	5115	
TOTAL DAS RECEITAS CORRENTES E DE CAPITAL (1+2)	5120	

RUBRICAS	Código	VALOR (1 000 Esc.)
1		2
3. DESPESAS CORRENTES (3.1+...+3.6)	5125	
3.1. Pessoal (3.1.1+...+3.1.4)	5130	
3.1.1. Remunerações certas e permanentes	5135	
3.1.2. Formação profissional	5140	
3.1.3. Segurança Social	5145	
3.1.4. Outras Despesas com pessoal	5150	
3.2. Bens Duradouros (3.2.1+3.2.2)	5155	
3.2.1. Material de Educação, Cultura e Recreio	5160	
3.2.2. Outros	5165	
3.3. Bens Não Duradouros	5170	
3.4. Aquisição de Serviços	5175	
3.5. Transferências Correntes (3.5.1+...+3.5.3)	5180	
3.5.1. Sector _____	5185	
3.5.2. _____	5190	
3.5.3. _____	5195	
3.6. Outras Despesas Correntes	5200	
4. DESPESAS DE CAPITAL (4.1+...+4.4)	5205	
4.1. Investimentos (4.1.1+...+4.1.6)	5210	
4.1.1. Terrenos e Recursos Naturais	5215	
4.1.2. Edifícios e outras construções	5220	
4.1.3. Equipamento básico	5225	
4.1.4. Equipamento de transporte	5230	
4.1.5. Equipamento administrativo	5235	
4.1.6. Equipamento científico	5240	
4.2. Transferências de Capital (4.2.1+...+4.2.3)	5245	
4.2.1. Sector _____	5250	
4.2.2. _____	5255	
4.2.3. _____	5260	
4.3. Operações Financeiras	5265	
4.4. Outras Despesas de Capital	5270	
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES E DE CAPITAL (3+4)	5275	

OBSERVAÇÕES _____

DADOS RELATIVOS AO RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO INQUÉRITO

NOME: _____ TEL: _____
 SERVIÇO: _____ FAX: _____
 LOCALIDADE: _____ EXTENSÃO: _____
 ASSINATURA: _____ DATA: / /

LISTA DE PUBLICAÇÕES

Algumas Publicações
Editadas pelo INE

ESTUDOS, METODOLOGIA, COOPERAÇÃO	AVULSO	ASSIN. *
Estimativas do Parque Habitacional (1991-1992)	550\$00	5
Índice de Volume de Negócios na Indústria Metodologia e 1 ^{os} resultados	630\$00	5
Revista de Estudos Demográficos (Nº32)	5.000\$00	5
Catálogo de Publicações 1995	Gratuito	

NOMENCLATURA E CONCEITOS ESTATÍSTICOS

Classificação Nacional de Bens e Serviços	14.000\$00	6
REFTER - Nomenclaturas Territoriais, Designações e Códigos	4.000\$00	6
Nomenclatura Combinada - Folhas de Substituição 1996	3.100\$00	6

ESTATÍSTICAS GERAIS

Contas Nacionais 1992 (versão definitiva)	5.500\$00	5
Anuário Estatístico de Portugal 1994	9.560\$00	7.650\$00 6
Boletim Mensal de Estatística 1995 (x 12)	2.120\$00	20.350\$00 1
Portugal em Números 1994	Gratuito	

POPULAÇÃO AMBIENTE CONDIÇÕES SOCIAIS

Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio 1994	4.300\$00	6
Estatísticas da Proteção Social, Associações Sindicais e Patronais 1994	1.980\$00	5
Estatísticas da Saúde 1994	8.000\$00	6.400\$00 6
Estatísticas Demográficas 1994	7.500\$00	6.000\$00 6
Estatísticas do Ambiente 1994	3.240\$00	5
Indicadores de Conforto 1995	1.030\$00	5
Estatísticas do Emprego	1.000\$00	3.200\$00 3

AGRICULTURA, SILVICULTURA, PECUÁRIA E PESCA

Balanços Aprovisionamento 1993	650\$00	5
Contas Económicas da Agricultura e Silvicultura N12	1.380\$00	5
Estatísticas da Pesca 1994	2.250\$00	1.800\$00 5
Estatísticas Agrícolas 1994	3.120\$00	2.500\$00 5

INDÚSTRIA, CONSTRUÇÃO E ENERGIA

Estatísticas da Construção de Edifícios 1993	2.190\$00	5
Índice de Produção Industrial	280\$00	2.690\$00 2
Estatísticas da Produção Industrial 1992-1993	1.390\$00	5
Inquérito Mensal à Construção e Obras Públicas	420\$00	4.030\$00 2
Índice de Preços na Produção Industrial	280\$00	2.690\$00 2
Inquérito Mensal à Indústria Transformadora	960\$00	9.220\$00 2

COMÉRCIO INTERNACIONAL

Comércio Internacional	1.090\$00	10.465\$00 2
Estatísticas do Comércio Internacional 1994	7.350\$00	5.880\$00 6
Comércio ExtraComunitário	800\$00	7.680\$00 2
Comércio Internacional - Estimativas do Comércio Intracomunitário	930\$00	2.980\$00 3

SERVIÇOS

Estatísticas do Turismo 1994	4.750\$00	3.800\$00 6
Estatísticas dos Transportes e Comunicações 1994	6.500\$00	5.200\$00 6
Estatísticas dos Transportes Rodoviários de Passageiros e de Mercadorias 1994	2.600\$00	5
Índice do Volume de Vendas do Comércio a Retalho	150\$00	1.440\$00 2
Inquérito de Conjuntura aos Serviços	500\$00	1.600\$00 3
Inquérito Mensal de Conjuntura ao Comércio	1.030\$00	9.890\$00 2

ECONOMIA E FINANÇAS

Empresas em Portugal 1993	2.500\$00	5
Estatísticas das Administrações Públicas 1993	6.900\$00	6
Estatísticas Monetárias e Financeiras 1994	5.800\$00	6
Índice de Preços no Consumidor	1.280\$00	12.290\$00 2
Painel de Empresas 1994	1.200\$00	5
Contas Nacionais Trimestrais	490\$00	1.570\$00 3
Inquérito de Conjuntura ao Investimento	900\$00	1.440\$00 4

ESTATÍSTICAS REGIONAIS

Anuário Estatístico da Região do Algarve 1994	4.050\$00	3.240\$00 5
Anuário Estatístico da Região do Alentejo 1994	4.400\$00	3.520\$00 5
Anuário Estatístico da Região Centro 1994	4.320\$00	3.460\$00 5
Anuário Estatístico da Região Norte 1994	2.700\$00	2.160\$00 5
Estudo do Poder de Compra Concelhio	2.600\$00	5

* PORTES DE CORREIO

	PORTUGAL		EUROPA		RESTO DO MUNDO	
	Assin.	Avulso	Assin.	Avulso	Assin.	Avulso
1	1.200\$00	100\$00	3.600\$00	300\$00	6.000\$00	500\$00
2	1.200\$00	100\$00	2.400\$00	200\$00	3.600\$00	300\$00
3	400\$00	100\$00	800\$00	200\$00	1.200\$00	300\$00
4	200\$00	100\$00	400\$00	200\$00	600\$00	300\$00
5	270\$00	270\$00	1.300\$00	1.300\$00	2.500\$00	2.500\$00
6	500\$00	500\$00	2.000\$00	2.000\$00	4.400\$00	4.400\$00

